

A person wearing a light-colored cap and a patterned shirt is standing in a field of dense green plants. The person is looking down at a plant in front of them. The entire image has a green tint.

Encontros Possíveis

Feminismo e Agroecologia

Ficha técnica

Capa, projeto gráfico e editoração
Carlos Pellegrino

Produção executiva e revisão ortográfica
Fátima Ferreira

Colaboraram na edição
Vera Guedes
Verônica Ferreira
Sheila Bezerra
Maria Carolina Gusmão da Costa

Parcerias nos Seminários, Oficinas e Pesquisa
FASE PE | Centro das Mulheres do Cabo | Centro de Desenvolvimento
Agroecológico Sabiá | Casa da Mulher do Nordeste | Fundação Heinrich Böll |
REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

E 56 Encontros possíveis – Feminismo e Agroecologia /
Organizadora: Carmen Silva - Recife: SOS CORPO – Instituto
Feminista para a Democracia, 2007.

p. 162
Obra coletiva

1. Feminismo 2. Agroecologia 3. Gênero 1. SILVA, Carmen

CDU 396

Edição
SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
Rua Real da Torre, 593 - Madalena - Recife PE
Tel: 81 - 3087.2086 / Fax: 81 - 3445.1905
e-mail: sos@soscorpo.org.br
www.soscorpo.org.br

Apoio
União Européia, EED e Oxfam-NOVIB

impresso no Brasil - novembro 2007

A person wearing a light-colored long-sleeved shirt and a cap is standing in a field of dense green plants, possibly a crop field. The person is looking down at something in their hands. The entire image has a green tint.

Encontros Possíveis

Feminismo e Agroecologia

Encontros possíveis entre feminismo e agroecologia

Carmen Silva e Verônica Ferreira

primeira parte

experiências de mulheres com agroecologia

Agroecologia e Feminismo: uma prática possível

A Experiência do Grupo de Mulheres Xique-xique

Maria Marli de Almeida Romão

A participação das mulheres na constituição de uma feira agroecológica em Palmares

Marli Gondim

Quebradeiras de coco na luta por direitos

Sebastiana Ferreira Costa e Silva

Formação de educadoras comunitárias em Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Urbana com enfoque de gênero

Rodica Weitzman

A agroecologia, as cidades, a agricultura urbana e as mulheres

Sheila Bezerra

segunda parte debatendo agroecologia e feminismo

Desafios do Movimento de Mulheres no contexto do desenvolvimento

Silvia Camurça

Movimento Agroecológico: transformação a partir das experiências

José Aldo dos Santos

Divisão Sexual do Trabalho: desafio para a agroecologia

Maria Betânia Ávila

Agroecologia e Feminismo: um desafio permanente

Maria Emilia Lisboa Pacheco

Gênero e Agroecologia: um campo de possibilidades

Carmen Silva

Agroecologia e agricultura familiar

Marcelino Lima

The background of the entire page is a dense, close-up photograph of green leaves and plants, creating a textured, naturalistic pattern. The leaves vary in shape and size, with some showing prominent veins. The overall color palette is various shades of green, from dark forest green to lighter, more vibrant greens.

Introdução Encontros Possíveis entre Feminismo e Agroecologia

Carmen Silva e Verônica Ferreira

Carmen Silva é Coordenadora de Educação do SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia e membra do Grupo de Trabalho “Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia”. Verônica Ferreira é educadopa e pesquisadora do SOS CORPO.

“Nosso trabalho tem valor!”. Com esta consigna, as mulheres rurais, vêm dizendo para o mundo que são trabalhadoras e exigem a valorização dos seus trabalhos, tanto na produção, como nas tarefas domésticas. Muitos dizem que o trabalho das mulheres na agricultura familiar é invisível, visto pelos seus maridos e pais como ajuda e que elas mesmas não se reconheceriam como agricultoras. Mas “as mulheres não são invisíveis, elas não são vistas no sentido de seu reconhecimento como sujeitos ativos dos processos produtivos (...) não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor”¹.

As mulheres rurais, tanto no âmbito sindical, como nos movimentos autônomos, têm demonstrado, publicamente, a força de sua organização e de suas reivindicações de direitos, seja no que diz respeito à proteção social ao trabalho, seja naquelas conquistas diretamente ligadas à produção, como crédito, assistência e condições de comercialização, ou ainda no que diz respeito, de forma mais ampla, à defesa da cidadania como a documentação, às políticas de saúde e de combate à violência contra a mulher. É desta forma, e com a força da presença nas ruas, que os movimentos de mulheres rurais vêm se construindo como sujeitos políticos e estabelecendo interlocução com o Estado, com a sociedade e, nela, com os outros Movimentos Sociais, entre os quais o movimento agroecológico.

¹ Gouveia, Taciana. Observatório da Cidadania 2003, pg 44 a 49.

No recente Encontro Nacional de Agroecologia², 46% das pessoas presentes eram mulheres e muitas das experiências sistematizadas no processo preparatório eram realizações coordenadas por mulheres, ainda que com alguma contribuição masculina, ou feita completamente por grupos de mulheres. Estes dados demonstram o grau de envolvimento das mulheres na produção agroecológica, mas também a sua disposição em participar, de maneira engajada, deste que foi o principal processo político dos últimos tempos no campo da agroecologia.

Esta publicação se insere nesta perspectiva: criar espaço para a voz das mulheres que estão construindo agroecologia e também para a reflexão de homens e mulheres que contribuem nesta construção. Este é um esforço contínuo do movimento feminista, no qual nós, do SOS CORPO, nos inserimos, o esforço de desnaturalizar o lugar das mulheres no mundo e sua invisibilidade como trabalhadoras e como sujeito político. Em função disso, temos nos dedicado à reflexão sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, no âmbito da agricultura familiar, e ao apoio aos movimentos de mulheres rurais. Recentemente, temos encontrado no movimento agroecológico, um campo de possibilidades para o enfrentamento das desigualdades de gênero na agricultura.

O Movimento Feminista e o Movimento Agroecológico têm em comum a crítica ao pensamento hegemônico e a forma como a vida está sendo violentada pelo capital, nesta era de acumulação transnacional. Ambos não se realizam completamente em seus objetivos sob a égide da dominação, seja das mulheres ou da natureza. Para o movimento feminista, a ênfase é nas relações de desigualdade entre homens e mulheres, que confere ao grupo social masculino maior poder e maior valor em todas as esferas da vida, mas também o feminismo se contrapõe ao modelo de desenvolvimento e à exploração do trabalho. Para o movimento agroecológico, a ênfase é no processo de produção agrícola e

² Encontro Nacional de Agroecologia, organizado pela ANA – Associação Nacional de Agroecologia, em junho de 2006, em Recife - PE.

manejo dos recursos naturais, na crítica aos insumos químicos e no controle das sementes pelas empresas transnacionais, mas também há, aqui, uma preocupação com a mudança nas relações sociais.

“As mulheres e suas organizações têm participado ativamente da promoção da agroecologia. Chamam atenção para a necessidade de valorização do seu trabalho; criticam a hierarquização e fragmentação entre trabalho produtivo e reprodutivo; defendem o compartilhamento das responsabilidades pelo cuidado da casa e da família; reafirmam o direito de serem reconhecidas como agricultoras, camponesas e agroextrativistas”. Esta afirmação é parte da Carta Política do ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Recife, em 2006. Nela, os e as participantes se comprometem a “continuar apoiando e participando de um movimento agroecológico com igualdade de gênero, opondo-se também a todas as formas de manifestação de violência contra as mulheres”.

O Feminismo, como diz Betânia Ávila, é um pensamento crítico e um movimento político. Um movimento que tem se afirmado como sujeito político ao enfrentar a opressão e a exploração das mulheres e ao construir novos direitos. O movimento feminista, a partir de sua relação com movimento sindical no campo e com os movimentos de mulheres rurais, agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas e outras, vem construindo uma concepção sobre como se dá a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. Pesquisas³ têm demonstrado que o trabalho das mulheres na área rural está para além da dupla jornada, que é comum entre trabalhadoras com emprego nas cidades, pois ocorre em uma jornada contínua, do amanhecer até tarde da noite, sem tempo para lazer e tempo para si. O espaço também é pouco separado entre a casa e o quintal, muitas vezes sem distinção entre o que é o espaço de trabalho doméstico e aquele destinado ao trabalho produtivo. Esta situação faz com que

³ Ávila, Silva e Ferreira. Nosso Trabalho tem Valor. Mulher e Agricultura Familiar. Recife. SOS CORPO, abril de 2006.

a sobrecarga de trabalho das mulheres seja muito maior que a dos homens, muito embora o reconhecimento social como trabalhadora seja bem menor, e os ganhos, em termos de renda, mais reduzidos ainda⁴.

Outras organizações feministas compartilham desta visão e têm trabalhado pela organização das mulheres rurais, a partir da perspectiva de produção agroecológica – como por exemplo o Centro das Mulheres do Cabo e a Casa da Mulher do Nordeste – mas há, também, organizações da sociedade civil voltadas para área de desenvolvimento que procuram trabalhar a partir da idéia de que a agroecologia pode contribuir para alterar a situação de desigualdade de gênero, entre elas a FASE e o Centro Sabiá. Com estas quatro organizações temos construído, em Pernambuco, uma relação de parceria, a partir da qual buscamos criar espaços para a voz e a ação política das mulheres no movimento agroecológico.

A esta parceria agregam-se várias outras organizações e movimentos nos momentos que temos construído para pautar esta reflexão, como foi o encontro preparatório das mulheres para participação no ENA, em maio de 2006, o seminário “Encontros Possíveis entre Feminismo e Agroecologia, em setembro de 2006, a oficina “Referenciais Teóricos e Metodológicos para trabalhar com gênero, agroecologia e segurança alimentar”, a oficina sobre “Indicadores de Gênero” e a oficina de apresentação da pesquisa sobre agricultura urbana na Região Metropolitana de Recife, na qual elaboramos indicativos para a conferência de segurança alimentar. Estas três últimas foram realizadas no primeiro semestre de 2007.

Esta publicação resgata debates que marcaram este processo. Na primeira parte vemos as experiências apresentadas no seminário “Encontros Possíveis entre Feminismo e Agroecologia” e o registro do seminário sobre agricultura

⁴ PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmen, FERREIRA, Simone. Mulher e trabalho na agricultura familiar. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2004. 277p. (Série Pesquisas).

urbana e segurança alimentar. Na segunda parte apresentamos exposições que fizeram parte dos seminários e oficinas, nas quais as autoras e os autores conseguiram resgatar parte substantiva dos debates em vários destes momentos de encontro. Estes debates têm alimentado a nossa participação no grupo de trabalho de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, conhecido como GT Mulheres da ANA.

O desafio maior deste período é como manter viva a chama desta articulação entre mulheres que fazem agroecologia, para que elas permanentemente consigam se manifestar a partir de sua situação específica, mas também como parte desta experiência histórica coletiva que é “ser mulher”. O nosso trabalho coletivo é para fortalecer o movimento agroecológico e o movimento de mulheres, possibilitando encontros naquilo que eles têm em comum, e abrindo possibilidades de construção de autonomia econômica para as mulheres.

O movimento agroecológico vem se construindo a partir de uma miríade de experiências. O ENA foi um forte exemplo disso. São experiências diferenciadas de manejo, de produção agroecológica em quintais, agroflorestas, comercialização em feiras, especializadas ou diretas, a grupos de consumidores(as), etc. Mas, todas estas experiências têm em comum o planejamento coletivo do processo, seja em famílias ou em outros tipos de grupos de produção, ainda que o grau de investimento, no ato de planejar o trabalho, seja diferenciado entre as várias organizações assessoras. Outro elemento comum a muitas experiências é a organização local, às vezes em pequenos grupos de produção, às vezes em grandes associações e redes. A reflexão sobre estes dois elementos – planejamento e auto-organização – durante este processo, colocou para nós, desafios políticos, teóricos e metodológicos, os quais seguiremos aprofundando nos nossos encontros.

Estes encontros, e os que se seguirão, têm tido por objetivo aportar, a partir da perspectiva feminista, elementos para compreender a situação das mulheres

trabalhadoras rurais e fortalecer a agroecologia como experiência de construção de novas relações sociais, não apenas no campo da produção, da relação com o ecossistema e com o mercado, como também nas relações entre homens e mulheres no cotidiano. O fortalecimento e visibilidade dada ao trabalho das mulheres como a ruptura com a divisão sexual do trabalho – que não só divide atividades entre os sexos, mas também as hierarquiza – confere desvalor àquelas realizadas pelas mulheres e, como já dito, ocasiona uma longa jornada contínua de trabalho para as mulheres – são grandes desafios colocados pelo movimento feminista e que vêm de encontro a uma concepção de agroecologia como uma reconstrução dos modos de vida, das relações e dos valores.

De sua parte, o fortalecimento da agroecologia desafia as organizações e movimentos de mulheres, em particular o movimento feminista, em suas estratégias de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento, à exploração capitalista sobre as mulheres e a natureza e à mercantilização da vida. Historicamente, foi uma tarefa feminista desconstruir idéias dominantes que associam as mulheres à natureza com o objetivo de naturalizar relações de desigualdade, construídas no campo da cultura, da economia e da política. Tais idéias “essencialistas” - segundo o qual as mulheres têm a natureza como essência e destino, por isso estão mais afeitas a determinadas atividades, como o cuidado com as crianças, a terra etc. – são, por estas razões, criticadas no feminismo. O desafio que hoje se coloca é enfrentar o debate sobre as relações entre seres humanos com a natureza, sem, no entanto, recair no teor essencialista, pois esta é uma tarefa para homens e mulheres.

Sobre como a questão da redistribuição da riqueza está presente no movimento feminista, conforme ressaltou Maria Emília Pacheco, há que se considerar que, nos últimos tempos, no Brasil, há grupos e movimentos de mulheres que estão colocando em questão a crítica ao modelo agrícola e estão enfrentando, muito de perto, a proposta tradicional de crédito; o movimento de mulheres camponesas

está rompendo com a visão mais restrita de pensar só o crédito, ao trabalhar com uma concepção mais geral de financiamento para o campo, que aliás, também é uma perspectiva que orientou o debate das mulheres no Encontro Nacional de Agroecologia. Talvez o que esteja faltando é lermos, de forma mais conjunta, o que parece está apartado.

Esta publicação sinaliza estes desafios, sem, no entanto, esgotá-los, tarefa que só poderá se realizar na própria construção do feminismo e da agroecologia como movimentos que se articulam e nas experiências cotidianas do “que fazer” agroecológico. Pois outro encontro fundamental de feminismo e agroecologia é justo o de se construírem a partir da reflexão sobre a experiência dos sujeitos que os realizam, subvertendo as formas dominantes de construção do saber que, ao longo da história, foi impedimento ao pensamento crítico e uma própria forma de reproduzir ou estabelecer relações de poder. Os discursos científico e tecnológico, aparentemente neutros, têm sido desconstruídos, tanto pelo feminismo, como pelo movimento agroecológico, como formas de controle e dominação a serviço do mercado e do patriarcado. O corpo das mulheres, historicamente tratado como parte da “natureza”, foi e é violado, instrumentalizado, fonte de controle e manipulação e, muitas vezes, de mercantilização.

Tomar a reflexão sobre a experiência como fonte de conhecimento, significa instituir, não apenas um novo modo de produzir saber, mas também uma nova forma de organização e de fazer política. Desse movimento de fazer teoria “de baixo para cima” constrói-se uma outra forma de pensar o mundo que já é, em si, um processo transformador, libertário e cheio do novo.

A construção coletiva do conhecimento, com vistas à transformação do mundo: eis os primeiros e fundamentais encontros entre feminismo e agroecologia. Tanto para o movimento feminista, como para o movimento agroecológico, a transformação do mundo passa pela construção de novas relações sociais, não mais fundadas na dominação e na exploração. O feminismo e a agroecologia –

em uma determinada matriz – colocam em xeque as relações sociais capitalistas, seja no que se refere à exploração do trabalho e à apropriação privada por poucos, da riqueza socialmente produzida por muitos, seja pela mercantilização de todas as esferas da vida, ou ainda pelo modo destrutivo – dos seres humanos e da natureza – em que se fazem a exploração e a mercantilização.

Para a agroecologia, trata-se de construir novas relações de produção, o que passa pela construção de novas relações sociais entre as pessoas, e também pela construção de uma nova relação entre seres humanos e natureza no processo produtivo. Para o feminismo, a construção de novas relações, além de minar as bases da exploração, na qual a apropriação do trabalho das mulheres é um pilar fundamental, remexe com a estrutura particular de dominação sobre as mulheres, que é a dominação patriarcal. Eis que, deste encontro fundamental, surgem particularidades da compreensão do mundo não necessariamente partilhadas ou suficientemente exploradas, como é o caso das relações sociais patriarcais, pelo campo da agroecologia. Disto, resulta um campo fértil de possibilidades, pois o questionamento ao modelo de desenvolvimento, caro ao movimento agroecológico, e a questão da redistribuição da riqueza e da renda são desafios políticos para a teoria e a práxis feminista contemporânea, pois, também, o modo utilitarista de estabelecer a relação com a natureza, conforme resgatou Betânia Ávila, foi historicamente uma relação ou uma forma de domínio patriarcal.

Os desafios são muitos mas, para finalizar, resgataremos alguns que se mantêm, permanentemente, em nossas reflexões. Há um desafio de ordem conceitual que diz respeito a como entendemos e trabalhamos a questão de gênero. Para nós, ao falarmos em gênero, estamos falando em relações sociais entre o grupo social homens e o grupo social mulheres, muito embora isso tenha profunda incidência na vida pessoal e cotidiana de cada uma e cada um de nós. Trata-se de analisarmos como esta desigualdade, historicamente construída, reservou às mulheres condições de menor poder e de desvalorização social,

apesar da resistência de muitas, individual e coletivamente. Trabalhar a questão de gênero significa, portanto, criar condições para a autonomia econômica, política e pessoal das mulheres. Isso remete-nos para outro desafio teórico que é a compreensão de família.

Na nossa compreensão, a família não é um ente em si, é um grupo social composto por homens e mulheres, alguns mais jovens e outros mais velhos, o que os coloca em distintas situações de poder e com possibilidade de inúmeras e divergentes preferências e escolhas. Apesar das distintas formas de organização familiar, sabemos que ainda predomina, entre nós, a reprodução do poder patriarcal, através do qual, ao homem adulto é consignado o lugar central de determinação sobre a produção e a vida de todas as pessoas do domicílio. Trabalhar com famílias, na perspectiva agroecológica, exige, portanto, pensá-las como um grupo social eivado por esta estrutura patriarcal de poder, mas no qual podem ser potencializadas, contraditoriamente, as diferentes expressões de desejos e modos de vida dos seres humanos que as compõem, no intuito de democratizar, não apenas a família, mas todos os espaços da vida social.

Um outro desafio é de ordem metodológica. Construir experiências em gênero e agroecologia, exige princípios político-pedagógicos dos quais não podemos escapar: o princípio do respeito ao conhecimento local, da participação igualitária, da experimentação, entre outros, é bastante caro ao movimento agroecológico com o qual lidamos. Para o feminismo é fundamental o caráter participativo, a discussão sobre todas as dimensões da vida, a reflexão sobre a experiência corporal, a construção de sentido para a experiência de ser mulher, entre outras coisas que partilhamos em nossas ações educativas.

Um elemento metodológico relevante, que podemos destacar na assessoria à implantação de experiências agroecológicas, é o planejamento coletivo da unidade de produção, seja pelas famílias ou outros grupos. A nossa reflexão tem apontado para dois tipos de problema nesta área. O primeiro é que há uma

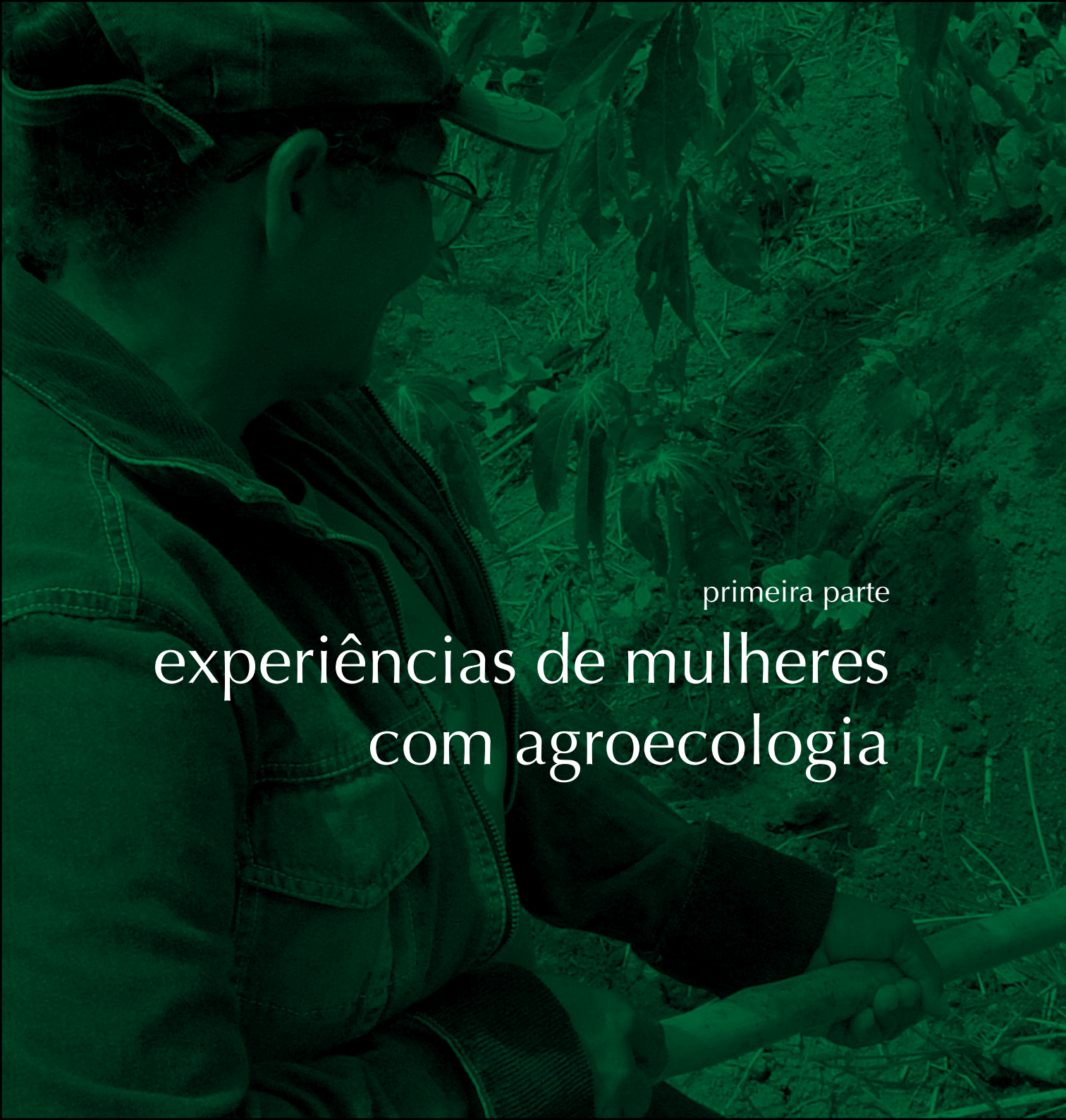
carência de formação entre os técnicos e técnicas, o que dificulta que este elemento seja incorporado por todas as organizações. E o segundo é que, em geral, só é considerado trabalho, e portanto incorporado ao planejamento coletivo, aquelas tarefas diretamente relacionadas à produção, o que deixa de fora do plano todas as tarefas do trabalho doméstico, que são feitas pelas mulheres, fundamentais para a manutenção da vida do grupo ou família, e que são somadas, na vida das mulheres, às outras tarefas que assumem no processo produtivo. Este não reconhecimento do trabalho doméstico como parte do trabalho da unidade de produção, mantém o confinamento das mulheres, em função do tempo e espaço, à vida doméstica, e dificulta a sua participação nos processos políticos.

Um último campo de desafios são aqueles de natureza mais nitidamente política. Para assumir a radicalidade que o conceito de agroecologia nos coloca no que diz respeito às relações sociais, pensamos que é preciso que as experiências locais e processos de articulação em curso contribuam para garantir a presença das mulheres, em condições de igualdade, em todos os espaços e momentos. Ocorre que nós, mulheres, vivemos socialmente uma condição de desigualdade, o que limita a participação, a fala pública, o assumir de cargos de direção e representação, etc. Para enfrentar este problema precisamos favorecer espaços de encontros entre mulheres, impulsionar grupos de mulheres que possam construir autonomia econômica e política, possibilitar a relação dos grupos entre si e com o movimento de mulheres como um todo, que vem se construindo como sujeito político na luta contra as desigualdades. Desta forma, as mulheres que fazem agroecologia, em breve, estarão partilhando, cada vez mais, o direcionamento político deste movimento.

Um outro desafio político diz respeito à defesa de políticas públicas voltadas para produção agroecológica. A agroecologia e a agricultura familiar, juntas ou separadas, vêm disputando com o agronegócio as políticas e os recursos públicos para investimentos na produção e nas condições de comercialização e

assistência técnica. Até agora a balança governamental tem pesado para o lado mais forte. Nos desafia construirmos argumentações, indicadores e escala de produção, que sejam capazes de fortalecer a mobilização social em defesa de políticas públicas para a agroecologia.

Os desafios são imensos, mas o desejo de construir o novo é maior ainda. Os encontros entre agroecologia e feminismo têm se apresentado, para nós, como um campo de possibilidades para a autonomia econômica das mulheres e a sua auto-organização e atuação como sujeito político.

A woman wearing a cap and glasses is shown in profile, working in a field. She is holding a plant stem with both hands. The background is filled with various plants and soil. The entire image has a green tint.

primeira parte

experiências de mulheres com agroecologia



As mulheres estão construindo a agroecologia. Isso está demonstrado na primeira parte desta publicação. Aqui teremos a possibilidade de conhecer várias experiências de trabalho no campo da agroecologia, que são desenvolvidas por mulheres em diversas regiões do Brasil.

Apresentamos a experiência do Grupo de Mulheres Xique-xique que planta, beneficia e comercializa uma variação de frutas e verduras no Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Também vamos conhecer como as mulheres da Zona da Mata Pernambucana, região canavieira, se constituem sujeitos políticos na Articulação das Entidades da Zona da Mata (AEZM), que é uma articulação composta por várias organizações dos movimentos sociais, e a participação das mesmas na construção de uma feira agroecológica, que acontece na cidade de Palmares.

Outros trabalhos realizados por mulheres são as experiências das quebradeiras de coco, que se organizaram para conhecer e lutar pelos seus direitos no Estado do Maranhão, e se organizam como um movimento autônomo de mulheres na área rural.

Com relação à agricultura urbana e segurança alimentar e nutricional, conheceremos a experiência de formação desenvolvida na periferia de Belo Horizonte pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE). Neste mesmo tema temos, também, os resultados de uma pesquisa desenvolvida na Região Metropolitana do Recife - identificação e caracterização de iniciativas focadas de agricultura urbana e periurbana, parte de um processo de pesquisa nacional, que abarcou onze municípios nas cinco regiões brasileiras, entre os meses de novembro de 2006 e maio de 2007. O objetivo foi avaliar a situação atual das iniciativas em agricultura urbana das principais capitais brasileiras, com vistas à formulação de propostas para políticas públicas.

The background of the entire page is a close-up photograph of green foliage, likely a dense garden or forest floor, with various leaves and stems visible. The image is slightly blurred, creating a soft, naturalistic texture.

Agroecologia e Feminismo: uma prática possível

A Experiência do Grupo de Mulheres Xique-xique

Maria Marli de Almeida Romão

Coordenadora do Programa Mulher e Vida Rural da Casa da Mulher do Nordeste, feminista, agroecologista e especialista em agricultura familiar/camponesa e Educação do Campo - UFRPE

Do ponto de vista teórico conceitual, podemos considerar que a agroecologia é uma ciência com condições de fornecer ferramentas capazes de questionar o atual modelo de desenvolvimento capitalista e predatório, e, o feminismo uma ação política das mulheres em favor da transformação das relações sociais entre homens e mulheres, que incide na transformação da sociedade.

Agroecologia se propõe, nesse processo transitório, considerar a sustentabilidade também pela vertente social e não apenas da produtividade e da relação com o ambiente.

Assim sendo, agroecologia e feminismo estabelecem um diálogo ideológico: ambas propõem transformação nas relações sociais. Ambas se colocam como contra-hegemonia ao capitalismo e, portanto devem se contrapor também ao patriarcado, que é base ideológica do modelo capitalista.

A agroecologia vê na agricultura familiar o contexto propício para o desenvolvimento desse novo paradigma de desenvolvimento sustentável, mas não podemos deixar de considerar que a cultura patriarcal é a base de constituição desse modelo de organização do trabalho familiar. Portanto, discutir a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho das mulheres nesse modo de vida, constitui-se num elemento fundamental para que se possa atender ao tributo de equidade e justiça social discutido pela agroecologia.

Do ponto de vista prático, são as mulheres que nos demonstram que, além desse diálogo possível, há também uma prática possível. Associar um novo paradigma de agricultura sustentável a uma ação política em prol da equidade de gênero, onde homens e mulheres possam demonstrar com suas experiências, que agroecologia e feminismo é um diálogo capaz de propor transformações sociais, promover uma sociedade equânime e um paradigma de desenvolvimento sustentável.

Praticando agricultura sustentável com base agroecológica e fomentando a auto-organização das mulheres, como forma de empoderamento e relações solidárias, o Grupo de Mulheres Xique-xique² demonstra como agroecologia e feminismo é uma prática possível.

Oito mulheres que se unem para encontrar formas de resistir à prática assistencialista e improdutiva das antigas frentes de emergências durante secas prolongadas, quando as políticas públicas entendiam esses adventos, naturais na região semi-árida, como tragédias climáticas que precisavam ser combatidas.

Foi da resistência ao trabalho improdutivo das “frentes de emergência” que essas mulheres encontraram a possibilidade de se unirem e propor um trabalho produtivo e lucrativo para gerar renda para suas famílias.

Pensar uma atividade produtiva e geradora de renda, se constituiu no desafio. O grupo fez várias tentativas com bordado, padaria, confecção de fraldas descartáveis, entre outras. Mas, foi no diálogo com a assistência técnica na perspectiva agroecológica e feminista que as mulheres descobriram um grande potencial produtivo em sua comunidade.

Foi do planejamento participativo que o grupo identificou o potencial nas frutas sazonais da região: desperdício no período de abundância e escassez no

² Nome fantasia do grupo de mulheres da comunidade rural de Monte Alegre em Afogados da In-gazeira-PE, inspirado num cacto do bioma caatinga (Chique-chique), símbolo de resistência e luta do povo sertanejo pela sua capacidade de resistência à secas prolongadas.

período de estiagem. Manga, caju, goiaba, umbu, acerola, entre outras frutas, cultivadas em sistemas agroecológicos ou ofertadas pelo próprio ambiente se constituiu em fonte de emprego e renda para essas mulheres.

Assim, a prática histórica de auto-organização das mulheres e a visão agroecológica se transformaram em renda e autonomia para elas. O grupo resolveu investir na transformação de frutas em geléias, doces, sucos e constituiu o seu próprio negócio.

A partir daí, elas investiram em capacitação, organização da produção e no acesso a mercados justos e direto aos(as) consumidores(as). Se filiaram à Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicas e em uma Rede de Mulheres Produtoras na Região do Pajeú.

Planejamento, auto-organização, capacitação e muita luta pelo crédito, foi a receita encontrada por essas mulheres para conseguir recursos para a construção da Unidade de Beneficiamento.

Mas, a organização da produção não foi o único desafio superado por essas mulheres. A dupla jornada de trabalho no roçado e no trabalho doméstico dificultaria o trabalho na unidade de beneficiamento. Era preciso rediscutir com a família a divisão do trabalho. Uma nova perspectiva de organização do trabalho reprodutivo precisava ser enfrentada. Não bastava ter renda, difundir a agroecologia e não transformar as relações de trabalho no interior da família.

Assim, passaram a fazer uma nova abordagem da divisão do trabalho doméstico, conforme podemos verificar na fala de uma das mulheres, coordenadora do grupo:

“Hoje, percebo que o trabalho doméstico não é obrigação só minha: meus filhos e meu marido também são responsáveis pela limpeza da casa e pela comida. Todos fazem o trabalho doméstico comigo. Antes, eu levantava quatro horas da

manhã para fazer o almoço e arrumar a casa, antes de ir para a reunião. Hoje, se tenho que sair para a unidade de beneficiamento, eles assumem o serviço doméstico. Estou criando meus três filhos homens de outra forma, diferente da que fui criada. Eles me valorizam e apóiam o meu trabalho.”

Da compreensão da dinâmica climática da região, da construção do conhecimento agroecológico, da auto-organização no grupo de mulheres foi que o grupo Xique-xique uniu, na prática, princípios do feminismo e da agroecologia: empoderamento, autonomia e práticas de agricultura sustentável.

Entendendo que agroecologia e feminismo são movimentos políticos, o grupo de mulheres Xique-xique vai além da produção. Elas constroem novas relações humanas no interior de suas famílias, difundem os princípios da produção agroecológica e da convivência com o semi-árido e estimulam outras mulheres a participarem desses movimentos.

Através da participação em feiras, eventos, seminários, o grupo divulga sua experiência, estimulando outras mulheres a participarem do processo produtivo e organizativo, seja no espaço familiar, comunitário, seja nos espaços de construção de políticas públicas para a região.

Da experiência vivenciada pelo grupo de mulheres Xique-xique, podemos perceber a dialógica entre agroecologia e feminismo. Sustentabilidade ambiental, produção e geração de renda extremamente vinculadas a empoderamento, autonomia, reconstrução das relações de gênero e reconstrução da organização do trabalho.

Portanto, compreendendo toda a complexidade de um processo em transição como o paradigma agroecológico, entendemos que o patriarcado, assim como o capitalismo são duas estruturas econômico-sociais que precisamos combater. Um

modelo alternativo não poderá ignorar questões estruturantes ao propor outro paradigma de desenvolvimento sustentável, pois são nas estruturas dos sistemas sócio-produtivos que se constrói equidade, justiça social e sustentabilidade.

Assim, percebemos que a transição agroecológica é um processo que envolve mudança de teoria e prática e não apenas uma retórica em discurso.



A participação das mulheres na constituição de uma feira agroecológica em Palmares

Marli Gondim

Agrônoma, técnica da FASE – Federação de Órgãos para
Assistência Social e Educacional, em Pernambuco.

HERANÇAS HISTÓRICO-CULTURAIS

Esta região é denominada Zona da Mata porque, originalmente, era quase totalmente coberta por uma densa mata úmida, a Mata Atlântica, um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade do mundo, mas também um dos mais ameaçados pela ação do ser humano. Alguns elementos desta formação social da Zona da Mata pernambucana:

- A cultura da cana-de-açúcar foi implantada com a mão-de-obra escrava de africanos despatriados;
- A herança das relações de senhor de engenho e escravo constitui uma marca, ainda hoje;
- As relações de trabalho, nos engenhos de cana, hoje ainda, permanecem autoritárias, muito precárias, desiguais principalmente para as mulheres e o assalariamento é um dos símbolos da dependência histórica desses/as agricultores/as;
- Essa é a origem da grande maioria dos/as agricultores/as com quem trabalhamos.

AS MULHERES E A ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Alguns dados ilustram a situação de precariedade e exclusão das mulheres na região:

- Mulheres são 50,55% na Zona da Mata;
- 78,50% das mulheres não recebem nenhum rendimento pelo seu trabalho;
- O trabalho das mulheres é visto como complementar e ajuda à renda familiar;
- De cada três domicílios com chefes de família sozinhos, solteiros ou separados, dois são chefiados por mulheres;

A ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES NA ZONA DA MATA

A Articulação de Entidades da Zona da Mata constitui um espaço de participação privilegiada para os movimentos de mulheres, cujo objetivo inclui, com ênfase, a dimensão de gênero e mais recentemente conta com a participação das agricultoras participantes da Feira Agroecológica da Mata Sul. Uma definição breve da AEZM pode ser assim colocada:

“A AEZM se constitui como fórum de entidades da sociedade civil, que se articulam para mobilizar, difundir informações, promover debates e monitorar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região, numa perspectiva de gênero”

AS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NA EXPERIÊNCIA

A experiência que estamos narrando foi realizada por várias entidades, que, em sua maioria, participam da Articulação de Entidades na Zona da Mata. São

elas: FASE, Centro SABIÁ, CMC – Centro das Mulheres do Cabo e ainda: Cáritas NE II, CPT - Comissão Pastoral da Terra, Ação Social Paróquia dos Palmares, CEAS Rural e Pastoral da Criança.

AS PRÁTICAS COMUNS ÀS INSTITUIÇÕES QUANTO À DIMENSÃO DE GÊNERO

Têm como objetivos:

- O empoderamento das mulheres;
- A construção da igualdade de gênero;
- Incentivo à participação das mulheres nas organizações;
- O fortalecimento político das mulheres;
- A autonomia econômica das mulheres.
- Referências para metodologia nas atividades político-pedagógicas:
- Oficinas com mulheres;
- Seminários e encontros regionais;
- Reuniões de planejamento com a família;
- Problemática sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar.

AS PRÁTICAS COMUNS ÀS INSTITUIÇÕES QUANTO À PRÁTICA DA AGROECOLOGIA

Têm como objetivos:

- Fortalecimento da agricultura sustentável e de base familiar;
- Introdução da produção diversificada nos assentamentos e nas propriedades;

- Contribuição ao debate sobre desenvolvimento sustentável (econômico, social, ambiental, político-institucional);
- Fortalecimento econômico das famílias.

Referências para metodologia:

- Valorização do conhecimento dos/as agricultores/as;
- Construção coletiva do conhecimento agroecológico;
- Ações práticas com sistemas agroflorestais e de produção de hortaliças orgânicas, plantas medicinais e ornamentais;
- Atividades de intercâmbio, estágios, visitas, cursos;
- Fortalecimento de processo de comercialização dos produtos.

AS INSTITUIÇÕES E AS EXPERIÊNCIAS

Individualmente, as instituições acompanham as seguintes experiências:

FASE:

Em Palmares - Grupo de Mulheres de União e Riachuelo trabalham com horticultura orgânica, agrofloresta e piscicultura.

Centro das Mulheres do Cabo

Em Palmares – distrito de Serro Azul

Em parceria com o Grupo de Mulheres de Vitória, realizam a produção e comercialização de hortaliças;

No Cabo de Santo Agostinho – acompanham os assentamentos Arariba de Baixo, Arariba da Pedra e Pau Santo – produzem frutas, inhame e macaxeira.

Centro de Desenvolvimento Agroecológico SÁBIA:

Em Ribeirão – Acompanha mulheres que desenvolvem agrofloresta e horticultura orgânica, são ligadas à Aflora – Associação de Agricultores/as Agroflorestais no Assentamento Serrinha;

Em Sirinhaém – Acompanham mulheres que produzem hortaliças, plantas medicinais e produtos beneficiados e realizam beneficiamento em feira.

A EXPERIÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA

- A feira é uma parceria de várias instituições: Centro das Mulheres do Cabo, Centro Sabiá, FASE, Cáritas NE II, Comissão Pastoral da Terra, Ação Social Paróquia de Palmares, CEAS Rural, Pastoral da Criança e ainda algum apoio da Prefeitura dos Palmares, quanto à infraestrutura do local da feira;
- A feira teve início em março de 2005, embora a idéia de parceria entre algumas entidades já exista desde final de 2002, realizando vários eventos conjuntos, como seminários de planejamento, intercâmbio de experiências, estágios e cursos;
- A partir da preparação para o 2º ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, no Encontro regional da Mata Sul, foi formada a Comissão Agroecológica da Mata Sul. Desta Comissão participam 3 agricultoras e 4 agricultores e educadores/as das entidades de apoio, FASE, CMC, Cáritas, CPT, CMC, Centro Sabiá. Ultimamente são as mulheres que têm participado mais intensamente das reuniões dessa comissão;
- A participação de um agricultor e também de uma agricultora de Sirinhaém – onde já funciona uma feira agroecológica – nas reuniões

da comissão e eventos regionais tem contribuído muito nessa fase inicial de constituição de feira;

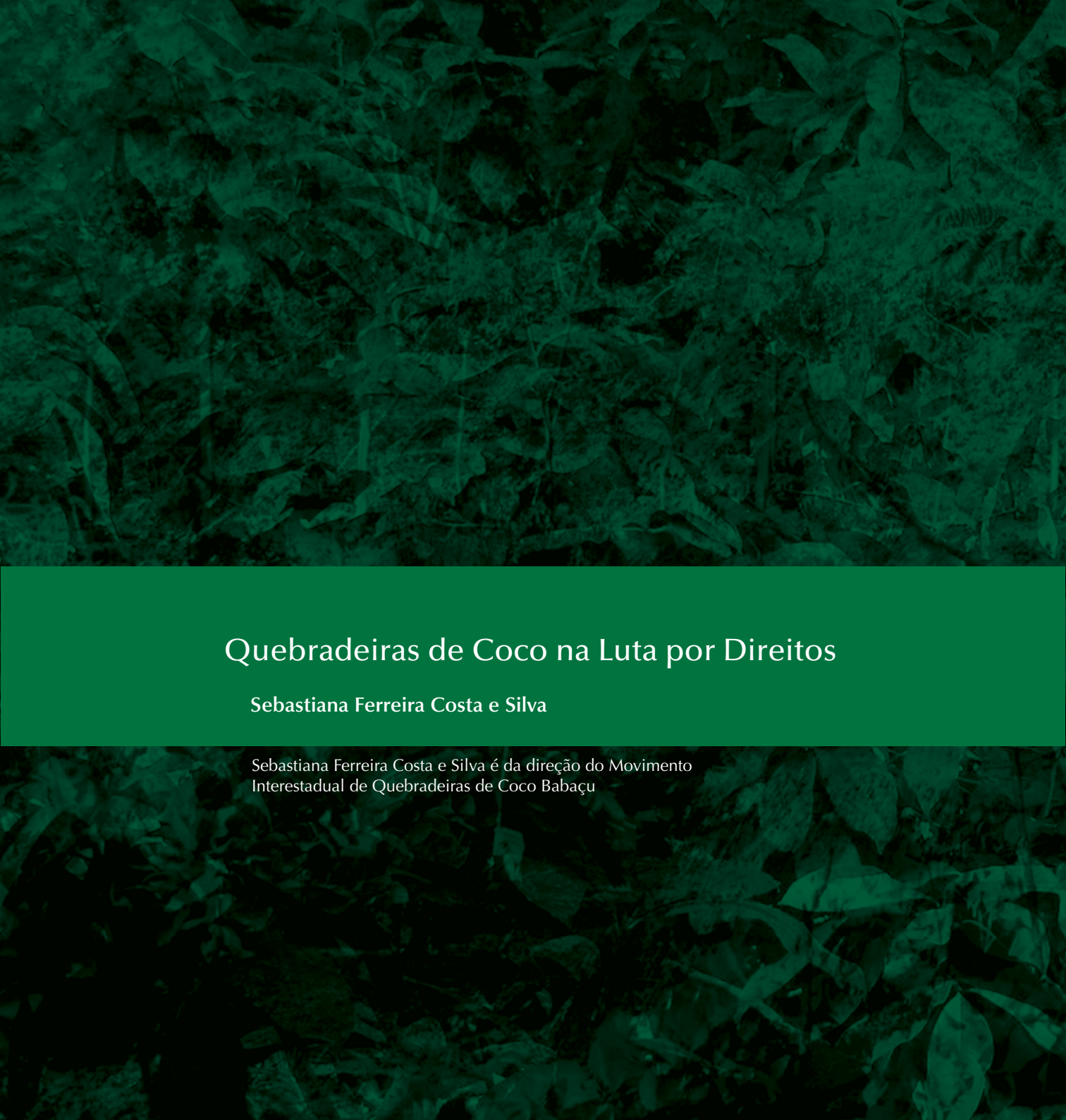
A RELAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS

- Algumas mulheres que participam desta iniciativa têm participado das ações do Projeto Mulher e Desenvolvimento, parceria do SOS Corpo com o Centro das Mulheres do Cabo, das ações de saúde do pólo de Prevenção da Mata Sul e de agendas locais sobre desenvolvimento.

OS DESAFIOS

- Promover a articulação das experiências no âmbito da Articulação de Entidades na Zona da Mata, inserindo este debate no contexto de debates sobre desenvolvimento sustentável;
- Desenvolver metodologias de trabalho que estabeleçam um diálogo entre as questões de gênero e da agroecologia;
- Desnaturalização do papel da mulher na prática agroecológica. Algumas mulheres fazem a comercialização da produção mas, no trato das atividades relativas ao sistema de produção, ainda se ocupam das hortas, das galinhas e do beneficiamento, atividades do entorno próximo e do espaço privado;
- Embora existam vários consensos, ainda há a necessidade de certo nivelamento de conceitos do feminismo, agroecologia e também de desenvolvimento sustentável dentro da AEZM.





Quebradeiras de Coco na Luta por Direitos

Sebastiana Ferreira Costa e Silva

Sebastiana Ferreira Costa e Silva é da direção do Movimento
Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

A missão do MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco é organizar as quebradeiras, fazê-las conhecerem os seus direitos, lutar por eles, defender o meio ambiente, a palmeira de Babaçu e lutar pela preservação desses babaçuais nas áreas de extrativismo. Por que a gente se preocupa em trabalhar a organização das quebradeiras de coco? Por que há muitas quebradeiras que têm vergonha de se identificar como quebradeira. Porque quebradeira é uma profissão desvalorizada, que não tem valor, ou melhor, que elas pensam que não tem valor e sentem até vergonha de dizer “eu sou quebradeira”.

Nós estamos trabalhando esse aspecto porque nós não devemos nos envergonhar de nossa profissão. Nós temos que dizer: “eu sou uma quebradeira”. Melhor do que dizer: “Eu trabalho só em casa”. Nunca ganhei um centavo para cozinhar, cozinho todo dia, mas não recebo nada e, ser quebradeira – essa profissão que a gente julga tão feia - é a profissão que nos dá a possibilidade de aumentar nossa renda familiar. Nós temos orgulho, temos prazer de dizer: “eu sou quebradeira e a minha profissão é tão digna quanto qualquer outra profissão”.

FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO

Em 1990 realizamos o primeiro intercâmbio dos grupos de estudos da ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão. Eu falo da ASSEMA porque ela é a “noiva” do MIQCB, porque ambas organizações fazem o trabalho em conjunto. Nós começamos a fazer essa troca de experiências com o pessoal do Piauí, do Tocantins e do Pará, e no grupo de estudos, trocávamos

essas experiências. Elas falavam um pouco do trabalho delas, da convivência, do que elas faziam para ter esse babaçu, e, nós transmitíamos para elas como fazíamos para entrar nas propriedades em que o babaçu era privado e, assim, passamos a fazer essa troca de experiência.

De 1991 a 1995, chamávamos esse movimento de “Articulação”. Por quê? Porque ele ainda não era reconhecido, era uma articulação, uma troca de experiência mesmo. No quinto encontro, em 1995, nós resolvemos nomeá-lo para que deixasse de ser articulação. Assim o denominamos, formal e juridicamente, como Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Fazemos os encontros regionalmente e dos encontros tiramos 40 delegadas para que possam participar desse encontro geral em que todas as participantes são quebradeiras. No encontro discutimos todos os problemas das quebradeiras, problemas que enfrentam na base, problemas de quebradeiras que apanham do vaqueiro, quebradeiras que não têm o livre acesso ao babaçual, a exemplo das quebradeiras que quebram o coco e vendem para o patrão - não têm o coco liberto para ela quebrar e vender para quem quer, enfim, nós discutimos tudo isso nesses encontros que acontecem de três em três anos. Já aconteceram dois no Maranhão, já aconteceram dois do Piauí e o último foi em Imperatriz, na época que aconteceu a explosão das torres gêmeas em 2001. O MIQCB tem uma coordenação de três anos e a partir do ano que vem, estaremos trocando essa coordenação e formando uma nova coordenação, para que se dê continuidade aos trabalhos do movimento.

EM DEFESA DA PALMEIRA

As leis são aprovadas na câmara municipal mas, para que elas funcionem, precisam que você a faça funcionar na prática, indo lá. Está acontecendo a derrubada, você vai lá, você toma machado, você quebra garrafa, você faz tudo. Por quê? Porque somos nós que temos que fazer a lei valer. Se recorremos à

promotoria, quando estão acontecendo as derrubadas, eles dirão que a terra é privada e se a terra é do fazendeiro o coco também é. A prática para nós não é essa. A terra pode ser do fazendeiro, a gente nem discute isso, ele comprou, ele está zelando, é dele. Mas o babaçu é nosso, é nativo, ninguém plantou e é nosso. Por eles, nós brigamos em qualquer parte do mundo para ter esse babaçu livre. Ainda acontece em muitas propriedades que são privadas, as quebradeiras não terem o livre acesso. Elas passam por debaixo de cerca que tem sete ordens de arame farpado, rasgam as roupas, rasgam as costas... Então, é por isso que nós estamos lutando por uma lei municipal que beneficie as quebradeiras, aproveitando o ensejo da lei estadual que não dá propriamente direito ao livre acesso, mas dá o direito das quebradeiras entrarem nas propriedades e pegarem o coco.

Demos entrada na lei federal mas ela não foi encaminhada, pois chegou à corja de gente ruim que tem lá em Brasília e que não vê as necessidades das quebradeiras. O deputado que estava acompanhando o processo, deu um parecer retirando alguns aspectos que nos beneficiavam e passou a beneficiar os proprietários. Agora estamos com esperança de eleger um outro deputado para que ele possa dar continuidade ao trabalho que nos beneficie. Uma vez estando com a lei federal aprovada, com o apoio da lei estadual e com as leis municipais, ficará mais fácil trabalhar essa questão dos babaçuais.

Eu sou clara em dizer para vocês que esse babaçu é nossa vida lá no Maranhão. No Maranhão, não existe mais mata, não existe mais floresta. A floresta que existe é a dos babaçuais e é por isso que nós defendemos com unhas e dentes e aí daquele que disser: “eu vou derrubar uma palmeira”. Se disser, ele vai se vê com nós quebradeiras, porque é a nossa vida. Nós dissemos assim: “a palmeira é a mãe de todos os filhos”, “é a segunda mãe”, nós tivemos, mas é ela quem cria. É nela que nós vamos lá todo dia, pegamos o coco, quebramos e trocamos pelo leite, pelo café, pelo açúcar, enfim, tudo. É por isso que nós temos essa luta tão intensa de fazer esse trabalho para preservar esses babaçuais.

A VENDA DO BABAÇU

No que diz respeito ao acesso ao mercado, sabemos que o produto é desvalorizado, e não tem preço, o nosso babaçu não tem preço. Os lugares em que se vende melhor são aqueles em que se travou uma luta e se criou uma cooperativa. Nas cooperativas se vende o babaçu por um preço mais justo. Há comunidades que vendem um quilo de amêndoa por quarenta centavos, o que não dá para nada. Imagine, ela quebrando dez quilos de coco e vendendo por quarenta centavos ou cinquenta centavos (a quem ela quiser), ela tem cinco reais. Se ela quebra e vende para o patrão que compra por trinta e cinco centavos, ela tem três reais e cinquenta centavos. Se cinco reais não dá para nada, imagine três e cinquenta?! Dá para vocês terem uma idéia do que eu estou falando? É grave o problema da privação do babaçu e isso existe muito.

Nós estamos tentando buscar esse mercado. Estamos procurando mercado para o subproduto dos babaçuais. O que é o subproduto? Nós utilizamos a amêndoa, mas podemos utilizar também a casca que, queimada, produz o carvão, podemos utilizar a palha para fazer cestos bonitos (e outras coisas muito mais bonitas) e também podemos fazer a farinha do mesocarpo, que é muito forte. Nós estamos buscando mercado para esses subprodutos do babaçu para que se agreguem mais valores a ele. Assim, também os donos de terras verão que nós utilizamos todo o produto do babaçu. Do babaçu você não perde nada, porque até a palmeira, quando ela cai, você pode usá-la como adubo para plantar cebola ou coentro ou outras plantas. É uma árvore nativa que pode ser utilizada por completo.

A QUESTÃO DE GÊNERO

Na discussão sobre gênero, o que nós estamos querendo? Políticas institucionais para que nos sejam viabilizadas condições sociais, culturais e ambientais para viver. As mulheres quebradeiras de coco, embora pertençam a um movimento de mulheres, entendem que o benefício buscado é para todas

as pessoas, ou seja, não visa apenas atender às mulheres. Nós temos pouco conhecimento sobre a questão de gênero. Nós já estamos conversando, mas não temos um conhecimento mais profundo a respeito, e é justamente por isso que estamos buscando aproximação com as organizações feministas. Estamos indo em busca desse conhecimento porque temos toda força de vontade de trabalhar e precisamos estar capacitadas e informadas para melhor começar a trabalhar a companheira que fica lá na base, que não tem a oportunidade de sair e nós estamos aqui adquirindo essas experiências e conhecimentos para que possam ser transmitidos a elas.

A LEGISLAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS PARA O FUTURO

Eu também quero falar para vocês que nós temos uma cooperativa de pequenos produtores agro-extrativistas que também têm, por prática, o trabalho com agricultura orgânica. Como nós estamos fazendo isso? A cooperativa tem um quadro de associados de 180 sócios e, entre esses, já temos 42 famílias que estão trabalhando a partir da agricultura orgânica. Essa agricultura orgânica é importante porque estamos preservando o solo, estamos enriquecendo o solo e trabalhando o babaçu de forma consorciada. Nós temos um hectare de terra para se trabalhar a roça orgânica e dentro desse hectare, nós fizemos uma base e estamos deixando sessenta palmeiras adultas e sessenta palmeiras jovens.

Essa prática nós estamos adotando para as áreas de terra dos fazendeiros também. Por que? Porque as palmeiras que ainda têm lá no Maranhão já estão todas adultas. A tendência é que daqui a dez anos todas elas caiam, porque elas também não resistem ao fogo, não resistem à degradação da terra, não resistem ao agrotóxico e não resistem ao arado que está lá nas terras quase todo ano. E aí nós estamos adotando essa metodologia para os fazendeiros. Estamos lá dizendo: “Nós temos nas leis babaçus livres”, estamos dizendo: “...está aqui, e nós estamos querendo que você cumpra com isso aqui”, pois isso é uma garantia

de que, embora eu possa não alcançar o produto da palmeirinha jovem, o meu filho, o meu neto, o meu bisneto, eles poderão ter no futuro. E se restam apenas as Palmeiras que estão aí, elas vão se acabar e o Maranhão, daqui a dez anos, se a gente não fizer o que estamos fazendo, estará praticamente um agreste só com terra rachada e mais nada.

O trabalho do movimento é intenso e estamos fazendo tudo para que todas quebradeiras sejam conhecedoras do todo do movimento, que elas tenham conhecimentos dos seus direitos e lutem para ter esses babaquais livres, para que também possam dizer: “Eu também tenho direito a uma vida digna”. Mesmo que não seja completa, já será uma boa parte dessa dignidade elas terem o livre acesso de entrar, sair e colher o fruto e utilizar da forma melhor possível.



The background of the entire page is a dense, close-up photograph of green leaves, likely from a plant like basil or similar, creating a textured, natural pattern. The leaves are various shades of green, from light to dark, and are overlapping each other.

Formação de educadoras comunitárias em Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Urbana com enfoque de gênero

Rodica Weitzman

Socióloga, assessora em formação e gênero da REDE e integrante
do GT Gênero e Agroecologia e da Rede Economia e Feminismo.

A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) é uma ONG criada em 1986, com o objetivo de potencializar, articular e intercambiar iniciativas que demonstrem a viabilidade de processos sustentáveis de desenvolvimento no campo e na cidade, através do fortalecimento de organizações comunitárias e da construção participativa de políticas públicas. Desde 1995, a REDE atua em comunidades de baixa renda na periferia de Belo Horizonte, desenvolvendo ações nos campos temáticos de agricultura urbana e segurança alimentar e nutricional. Ao longo dos anos, a REDE tem se dedicado ao desenvolvimento de metodologias participativas de educação popular para subsidiar os processos organizativos das populações rurais e urbanas. A REDE acredita que uma equipe de lideranças capacitadas na temática de segurança alimentar nutricional e nas metodologias participativas de educação popular, tem a capacidade de fomentar processos organizativos nas comunidades e propor alternativas que possam nortear as políticas públicas. Neste documento, pretendemos apresentar as lições aprendidas de uma experiência de formação em segurança alimentar nutricional e agricultura urbana com enfoque de gênero, implementada nas comunidades das regiões leste e nordeste de Belo Horizonte durante no período de 2002-2004. Pretendemos aprofundar sobre as considerações relevantes quando se pretende adotar uma abordagem transversal de gênero nos projetos de cunho educativo

OS “TEMAS GERADORES” DO PROJETO DE FORMAÇÃO: AGRICULTURA URBANA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os temas geradores, a exemplo do que propôs Paulo Freire (1980), nos “círculos de cultura”, são temas que mobilizam o grupo porque se relacionam à sua experiência, tocam nos conflitos e nas possibilidades e aguçam o desejo de troca. No caso deste projeto de formação, a agricultura urbana e a segurança alimentar e nutricional podem ser considerados “temas geradores”, sendo que a questão de gênero é vista como um tema transversal.

Já existiam muitos moradores com práticas de Agricultura Urbana - AU (principalmente plantio em quintais), quando a ONG, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas – REDE iniciou sua atuação nestes bairros, no ano de 1996. O fato de já existirem iniciativas individuais e coletivas em torno da Agricultura Urbana, facilitou a intervenção da REDE nestas comunidades, pois em vez de parecer com uma proposta técnica trazida de fora da realidade local por “experts”, representou um esforço para dar visibilidade para este tema, qualificar as práticas desempenhadas pela população e incorporá-las num processo mais abrangente de desenvolvimento local e sustentável, que pudesse influenciar as políticas públicas locais e municipais.

Até recentemente, acreditava-se que a agricultura em geral e a produção de alimentos que abastecia as populações urbanas só eram realizadas no campo. Mas a agricultura urbana é uma prática antiga, embora só agora tenha despertado o interesse de pesquisadores, governos locais, ONGs e movimentos sociais. Hoje tem-se detectado o fenômeno de um número crescente de moradores urbanos que se dedicam às atividades agrícolas, especialmente nos países menos desenvolvidos. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estimam que cerca de 800 milhões de pessoas se dedicam à agricultura

urbana e desempenham um importante papel na alimentação das cidades em todo o mundo. É importante enfatizar que, a maior parte das pessoas que praticam a agricultura urbana são mulheres.

A interiorização do conceito de segurança alimentar e nutricional por parte da sociedade civil e do governo, nos últimos anos, tem provocado discussões sobre a necessidade de desenvolver projetos específicos que abordam as causas geradoras e estruturais da insegurança alimentar e nutricional, através de estratégias de conscientização e formação. Portanto, este trabalho de formação no campo de SAN - segurança alimentar e nutricional deveria ter como ponto de partida a valorização e recuperação dos hábitos alimentares tradicionais da cultura local e a afirmação do “direito humano à alimentação”, enquanto um fator determinante na conquista da própria cidadania. Esta experiência de formação em segurança alimentar e nutricional e agricultura urbana, portanto, representa uma tentativa, por parte da REDE, de atingir as causas geradoras e estruturais da insegurança alimentar e nutricional, através de uma metodologia inovadora e participativa que envolve a população local diretamente na busca coletiva de soluções.

A experiência de implementação de um projeto de formação em SAN e agricultura urbana, no período entre 2002 e 2004, apostou no seguinte desafio: demonstrar a viabilidade dessa prática, tanto em termos tecnológicos (o uso de tecnologias adaptadas para espaços pequenos) quanto em termos metodológicos (o uso de metodologias de trabalho que possibilitem o protagonismo dos atores locais e seu engajamento em práticas inovadoras de agricultura urbana e SAN). Acredita-se que, a partir do momento que a agricultura urbana ganha credibilidade, por ter experiências-piloto bem-sucedidas, o tema passa a ser uma força aglutinadora para os diversos movimentos sociais e setores de poder público, tanto em nível local quanto regional, estadual e nacional, possibilitando, assim, uma maior união entre diversos setores em torno de uma agenda em comum.

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA PILOTO: PROJETO DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS REGIÕES LESTE E NORDESTE DE BELO HORIZONTE

A intervenção da REDE nas comunidades urbanas teve como ponto de partida as redes locais de desenvolvimento, que se destacaram como espaços de socialização de problemas, dificuldades e melhorias vivenciadas por órgãos públicos, ONGs e grupos organizados formais e informais, que atuam nas comunidades, visando o planejamento e desenvolvimento integrado de atividades e construção de parcerias. Para possibilitar uma ação contínua e qualificada, abrangendo diversas demandas, houve a decisão de trabalhar de forma integrada em locais determinados, chamados de “núcleos de desenvolvimento”. Em 1999, nos bairros Taquaril, Alto Vera Cruz e Granja de Freitas, (da região leste), definiu-se 04 núcleos de desenvolvimento e em 2002, nos bairros Beija Flor e Capitão Eduardo (da região nordeste), definiu-se 02 núcleos. Estes locais foram escolhidos pelos seguintes critérios: eram territórios nos quais existiam vários problemas sociais (tais como violência, desemprego, doenças) e, ao mesmo tempo, apresentavam iniciativas para enfrentar esta situação, através de diversas formas de organização comunitária. Enfim, os núcleos de desenvolvimento foram vistos como “experimentos pilotos” que pudessem demonstrar a viabilidade de realizar ações qualificadas em rede e, conseqüentemente, exercer um efeito irradiador ao nível regional, sendo uma base para influenciar o desenho dos programas e políticas governamentais.

Apesar das atividades de formação e capacitação em diversas temáticas terem envolvido cerca de 220 multiplicadores e 1.500 moradores ao longo de 08 anos de intervenção por parte da REDE, constatou-se a dificuldade de fortalecer a identidade e a organização das pessoas capacitadas para dar continuidade às ações locais. Era evidente que existia a necessidade de construir uma nova estratégia de formação que apostasse na construção coletiva de metodologias

participativas em segurança alimentar nutricional, visando subsidiar a ação multiplicadora de educadores comunitários e famílias nos seus núcleos.

Em julho de 2002, a REDE chamou as lideranças das comunidades urbanas para participar da elaboração de um projeto que pudesse superar estes obstáculos, que já se apresentaram, a partir da criação coletiva de uma nova estratégia de formação. Este projeto, elaborado de forma participativa, representou um passo na construção da autonomia dos grupos locais, sendo que o foco dele estava na consolidação de uma equipe de seis educadoras e três assessores comunitários, com capacidade de mobilizar os moradores em torno das temáticas definidas, assessorar tecnicamente a produção de alimentos saudáveis, coordenar um curso de capacitação e articular o processo local com outras comunidades e grupos, para influenciar na formulação de políticas públicas.

Este modelo de formação, que se iniciou em 2003, teve como foco a formação de famílias das regiões leste e nordeste de Belo Horizonte, enquanto agentes de desenvolvimento local e sustentável, a partir de uma abordagem multidisciplinar, baseada na prática da agricultura urbana, interligada às outras temáticas: resíduos sólidos (lixo), plantas medicinais, segurança alimentar e nutricional e relações sociais de gênero. Este programa de formação aconteceu nos 06 núcleos de desenvolvimento destas duas regiões na periferia de Belo Horizonte, através da execução de um curso de capacitação (com oficinas práticas e teóricas) junto à grupos de famílias, além da experimentação de tecnologias apropriadas nos quintais destas famílias no período de um ano. A equipe de educadoras e assessores comunitários incentivou a troca de experiências, conhecimentos e interação entre as famílias moradoras dos núcleos de desenvolvimento, sendo em total 60 famílias. Desta forma, foram apoiadas as iniciativas já empreendidas pelas famílias, além das experimentações de tecnologias e de receitas, assim com a participação em grupo e eventos, dentro e fora das comunidades.

Os “Diagnósticos Urbanos Participativos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar Nutricional com enfoque de gênero”, realizados em 2002 pelas redes locais de desenvolvimento, serviram como uma base para a execução do projeto de formação em SAN. As informações levantadas nestes diagnósticos, sobre os conhecimentos e práticas da população em relação aos temas enfocados, foram fundamentais para nortear os conteúdos e metodologias a serem utilizados nas atividades educativas. Também, os diagnósticos serviram como um momento de sensibilização das famílias nos núcleos de desenvolvimento sobre os temas a serem aprofundados no projeto, incentivando seu interesse em um maior aprofundamento.

Protagonismo da equipe de educadoras e assessores comunitários na construção de uma metodologia participativa de formação em SAN

Um grande diferencial desse modelo de formação, comparando com os anteriores, é a importância que foi dada à figura das educadoras comunitárias, selecionadas segundo critérios construídos conjuntamente com moradores e parceiros das redes locais das comunidades. Devido à presença expressiva das mulheres na prática da agricultura urbana nas comunidades, a equipe de educadoras comunitárias foi constituída, exclusivamente, por lideranças femininas. Essa mudança no foco dos processos locais, da figura de *técnico local* para *educadora comunitária*, já representa um passo significativo para garantir a multiplicação do trabalho educativo. Ao reforçar o protagonismo dessas educadoras, elas começaram a assumir uma postura de autonomia, passando a ocupar espaços e funções que estavam, até então, a cargo dos técnicos. Ou seja, o simples fato de legitimar as pessoas que foram formadas na própria comunidade, incentivando-lhes a planejar, executar e avaliar as atividades educativas, sem depender da presença de um(a) técnico(a), automaticamente, quebra o conceito construído socialmente de que o único saber que tem valor é o *saber técnico*

e acadêmico. Além disso, para valorizar o papel desses agentes e viabilizar sua dedicação aos trabalhos educativos e organizativos, cada integrante da equipe recebia uma ajuda de custos. Assim, a Rede deixou de ser a executora e animadora direta dos processos nas comunidades urbanas e passou a exercer o papel de assessoria e apoio na formação e articulação da equipe de agentes comunitários.

A partir disso, as educadoras e assessores comunitários assumiram a responsabilidade de planejar e executar as atividades educativas, utilizando diversas metodologias participativas para incentivar a expressão dos participantes, valorizar seus conhecimentos em relação aos conteúdos trabalhados, entender as causas estruturais da insegurança alimentar e buscar soluções de forma coletiva. Ao mesmo tempo, essa equipe enfrentou o desafio de incorporar informações teóricas no processo de aprendizagem, tentando sempre manter um equilíbrio entre teoria e prática, reflexão e ação. O importante é que, nesse processo, foi se quebrando, aos poucos, a noção de que o saber técnico e acadêmico mantém um lugar privilegiado na construção do conhecimento. Instrumentos metodológicos e momentos de intercâmbio foram utilizados para, justamente, possibilitar a complementação entre conhecimento popular e conhecimento científico ou técnico, o que gerou *novo saber*.

Outro sinal do *protagonismo* das educadoras comunitárias foi o seu nível de envolvimento na criação de uma metodologia participativa de formação em segurança alimentar nutricional urbana com enfoque de gênero. Nesse sentido, a equipe teve que nivelar seu entendimento em relação à finalidade da educação informal, conseguindo chegar ao consenso de que o processo de aprendizagem não significa somente *adquirir* novas informações, mas também tem a ver com os sentimentos, atitudes, crenças, costumes e ações dos envolvidos. Percebe-se que é preciso mexer com as várias faculdades do ser humano, não somente lidando com o plano racional, mas entrando também no terreno da subjetividade, o

que facilita a interiorização dos conteúdos por parte dos sujeitos. A visão da Rede e da equipe de educadores(as) e assessores(as) comunitários(as) é que as metodologias participativas não devem ser um fim em si mesmas, mas devem ser utilizadas para a *construção de consciência* no coletivo, tendo como princípio norteador, o processo de formação enquanto projeto político.

Dentro da concepção metodológica, merece destaque o valor atribuído à experimentação e inovação. Os conteúdos trabalhados serviram como *insumos* do processo experimental e houve um esforço para manter uma relação de *retro-alimentação* entre as informações e conhecimentos trabalhados e a vivência. Nesse sentido, a preocupação não foi simplesmente *intercalar* prática e teoria, mas criar uma dinâmica de aprendizagem na qual a prática realmente alimenta a elaboração teórica. No caso da agricultura urbana, essa dinâmica foi visível, a partir da experimentação das tecnologias apropriadas em pequenos espaços pelas famílias, tendo como bagagem sua própria intuição e os conhecimentos herdados por seus antepassados na área rural. As famílias trocavam, entre si, as tecnologias testadas nos seus quintais, mostrando, assim, a viabilidade das mesmas. Nas oficinas, essas experimentações serviram como ponto de partida para o aprofundamento teórico e conceitual.

Caráter multidisciplinar do modelo de formação

Outro diferencial desse modelo de formação é seu caráter multidisciplinar, pois abordava um diverso leque de temáticas, desde plantas medicinais até as relações sociais de gênero. Nos diagnósticos urbanos participativos, verificou-se que muitas famílias plantavam diversos alimentos nos seus quintais, embora seus hábitos alimentares não refletissem essa diversidade. Por isso, percebeu-se a necessidade de conduzir um processo educativo que não fosse simplesmente voltado para a produção agroecológica nos quintais, mas que também pudesse abordar questões ligadas às práticas alimentares.

Nas reuniões de planejamento com a equipe de educadoras e assessores comunitários, discutiu-se a importância de evitar a imposição de regras sobre nutrição humana, tendo o cuidado de sempre valorizar as tradições e costumes em relação a certas comidas e explorar seu valor simbólico no imaginário coletivo e no cotidiano de diversos povos.

Processo participativo de sistematização, avaliação e monitoramento dos impactos do trabalho

O terceiro aspecto que merece destaque é a maior autonomia das educadoras e assessores comunitários no processo de sistematização, avaliação e monitoramento dos impactos do trabalho, bem como na disseminação dessas informações. Para tanto, buscaram-se meios e formatos de comunicação que pudessem ser apropriados pelos agentes comunitários e famílias e que fortalecessem sua identidade, permitindo a expressão do seu olhar sobre os resultados alcançados, tais como vídeo e fotografia. Além disso, havia a prática do registro em *cadernos de campo*, ainda que o ato de escrever sobre as experiências vivenciadas, para uma população que teve formação escolar precária, tenha sido um grande desafio. Entretanto, as falas das próprias educadoras comunitárias revelam sua percepção aguçada sobre a importância da prática do registro no processo educativo:

“Registrar é uma forma de apresentar e comunicar para os outros o trabalho que estamos fazendo. Tudo o que registramos pode ser transformado em cartilhas e vídeos.”

“Registrar é uma forma de avaliar nosso trabalho. É preciso registrar para lembrar depois e não repetir a mesma coisa.”

No ano de 2004, a equipe de educadoras e assessores comunitários conseguiu socializar os principais resultados e desafios do processo de formação com outras

comunidades, organizações e espaços políticos. Esse exercício de *sistematização participativa* ajudou-a a extrair as informações mais fundamentais dessa experiência e a ganhar uma compreensão mais abrangente de suas implicações, o que, de certa forma, lhe preparou para uma participação mais qualificada nos cenários de articulação. Assim, ao longo do projeto, a equipe perdeu seu receio inicial de *ocupar* espaços políticos, como fóruns, conselhos e redes, conseguindo ampliar o leque de parceiros e influenciar na formulação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Percebe-se, então, a partir dessa experiência, a importância de fortalecer a relação entre os processos de formação e os instrumentos de comunicação. Quando essas duas estratégias *andam juntas*, o maior engajamento dos agentes comunitários no campo de articulação política, se torna uma consequência quase natural do processo educativo.

A PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS PROCESSOS EDUCATIVOS E ORGANIZATIVOS

Na agricultura urbana, reconhecemos que são as mulheres que geralmente cuidam do espaço dos quintais, sendo protagonistas na conservação da biodiversidade por garantirem a diversificação de espécies e a manutenção das variedades de sementes. No entanto, percebe-se que o trabalho realizado por elas, especialmente nos quintais, é visto como uma extensão de seu papel reprodutivo, enquanto mãe que *sabe cuidar*. Essa *naturalização* do papel feminino nesses espaços ocorre também porque, de certa forma, o quintal faz parte do espaço privado e doméstico, considerado o território *das mulheres*. Essa visão em relação à agricultura urbana, colocando as mulheres como as que mais plantam, as que mais se preocupam com o ambiente, como se isso fosse um fator natural e não social, historicamente construído, é o primeiro ponto que precisa ser questionado na construção de um marco conceitual que orienta nosso olhar e abordagem metodológica na implementação de projetos e programas de caráter formativo. Embora seja oportuno dar visibilidade e valor ao papel que as mulheres desempenham, enquanto *cuidadoras* das hortas e quintais

nessas comunidades, precisamos ficar atentas para não cair na armadilha do *essencialismo*, reforçando a idealização da mulher enquanto *protetora* e *guardiã* da natureza, dos filhos, idosos e doentes.

O segundo ponto que pode influenciar nosso olhar sobre as relações sociais de gênero é a diferenciação entre participação e poder nas práticas de agricultura urbana e de segurança alimentar e nutricional. Embora as mulheres desempenhem um papel ativo no cultivo dos alimentos nos quintais e nos espaços públicos, bem como na execução de empreendimentos relacionados com o processamento e comercialização de produtos alimentares, isso não necessariamente significa que elas detenham poder sobre tudo que envolve a agricultura urbana. Muitas vezes, na hora de participar dos espaços públicos e decidir sobre a gestão de recursos para finalidades comunitárias, o homem acaba sendo o *porta-voz* da comunidade. Portanto, é preciso buscar formas de valorizar as práticas das mulheres nos seus quintais, mas, ao mesmo tempo, devemos tirá-las da invisibilidade e incentivar sua participação plena nos espaços de discussão, debate e gestão de programas e políticas.

Devemos entender que o foco da discussão sobre gênero não é tanto em relação a quem faz o quê. O importante é *quem* define o papel assumido pelo outro. Nesse sentido, é preciso assegurar que, tanto os homens, quanto as mulheres tenham escolha. No caso do projeto da Rede, o que orientou nossa abordagem metodológica foi a necessidade de dar visibilidade ao conjunto de trabalho realizado pelas mulheres, pelo fato de, em geral, ficar invisível, tendo o cuidado, ao mesmo tempo, de não reforçar os papéis tradicionais. Além disso, de nossa parte, sempre houve o seguinte questionamento: apesar de existir, entre as mulheres, uma vontade, ou desejo, de plantar, será que elas, ao exercerem a função de *porta-voz* dessa prática, não estariam acumulando mais uma função, mais uma responsabilidade no seu já atribulado cotidiano? Dessa forma, na hora de planejar as atividades do projeto junto com as educadoras comunitárias,

considerávamos a importância de não sobrecarregá-las, buscando sempre levar em conta, no planejamento, questões que, às vezes, são vistas como subjetivas e extremamente pessoais, como o tempo para lazer e para cuidar de si mesmas.

Assim, na tentativa de incorporar o enfoque de gênero em nossa abordagem metodológica, nossa intenção foi criar estratégias para promover a maior integração entre homens e mulheres no campo da segurança alimentar e agricultura urbana. Quisemos aproximar os homens dessa prática, buscando incorporá-los nas tarefas para romper com o mito de que trata-se de um *assunto das mulheres*. Por meio de um levantamento das atividades realizadas no campo de SAN e da agricultura urbana (no diagnóstico participativo), foi possível apontar as contribuições masculinas, mesmo sendo pequenas. Por exemplo, os homens, muitas vezes, traziam sementes e esterco para o espaço do quintal e ajudavam na construção de cercas. Ao longo do processo, procurávamos identificar e potencializar essas contribuições masculinas, incentivando sua participação mais plena nas outras atividades, para que pudesse existir uma certa unidade na realização do trabalho, em nível familiar e comunitário.

Visando a alcançar essa unidade, priorizamos em nossa abordagem metodológica, a *re-significação* do quintal enquanto um espaço *familiar*, o que contribuiu para uma melhora significativa nas relações do casal. O valor do quintal cresceu simbolicamente, no imaginário coletivo das pessoas envolvidas, e, conseqüentemente, as relações passaram por transformações. Em alguns casos, as atividades realizadas no quintal representavam os únicos momentos em que todos os membros da família se encontravam para fazer uma ação coletiva.

Dessa forma, questões de *saúde e meio ambiente* deixaram de ser preocupações, exclusivamente, femininas para serem assumidas, de fato, pela família como um todo. O quintal, por sua vez, começa a ser visto como um espaço de convivência familiar e comunitária. Diante disso, percebe-se que é necessário que todo projeto social, que se desenvolva nesse campo de segurança alimentar urbana,

contribua para a *re-significação* do quintal, não somente enquanto um espaço de produção agroecológica, mas também enquanto um espaço voltado para a construção de *novas relações sociais*.

Neste sentido, vale ressaltar o conceito de agroecologia, que norteia nossa atuação com as populações rurais e urbanas e que tem como princípios o desenvolvimento de técnicas de manejo da natureza, considerando todos os componentes do sistema de produção, além da criação de relações sociais e econômicas mais igualitárias, com um enfoque que se difere, significativamente, do modelo desenvolvimentista.

LIÇÕES APRENDIDAS

A construção de um plano de monitoramento participativo com enfoque de gênero nos projetos comunitários de AU

O monitoramento das relações sociais de gênero visa identificar as mudanças sociais que ocorreram nas comunidades e nas próprias organizações a partir da intervenção realizada. No caso deste projeto, criou-se um sistema de registro de forma participativa junto com a equipe de educadoras e assessores comunitários e houve uma discussão dos resultados alcançados em reuniões coletivas; porém, faltou construir, de fato, um sistema de monitoramento mais eficaz que pudesse levantar informações quantitativas e qualitativas.

Portanto, percebe-se a importância de incluir sistemas de monitoramento nos projetos comunitários em SAN e AU, especialmente quando se trata diretamente das relações sociais de gênero. A partir de nossa experiência, podemos apontar algumas observações em relação à construção de um plano de monitoramento participativo:

- 1- Ciente de que os sinais de mudança, especificamente em relação a gênero, podem ser bastante sutis, torna-se necessário elaborar

diversos tipos de indicadores que contemplem as várias dimensões dessa questão e que possam demonstrar a qualidade da participação feminina e masculina nos processos sociais. Neste sentido, é necessário usar bastante criatividade na escolha dos “meios de verificação” que possam demonstrar essas mudanças. Por exemplo, o uso de instrumentos metodológicos, como fotografia e vídeo, possibilitam levantar informações que não surgem, facilmente, através da linguagem verbal, dando, assim, mais condições para “decifrar” os “códigos” não-verbais e as expressões “não ditas”.

2- Algumas técnicas, como a “rotina diária” e a “matriz de análise de gênero” podem ser utilizadas, tanto no momento inicial de um projeto, servindo como um tipo de diagnóstico das relações sociais de gênero, quanto na sua última etapa, servindo assim, como uma base de comparação entre “o antes” e “o depois”. Desta forma, os atores envolvidos podem analisar se as relações sociais de gênero modificaram, comparando os resultados coletados ao final com o diagnóstico inicial.

3- Em relação à questão da geração de renda, percebe-se a necessidade de construir um sistema de monitoramento econômico que analise as contribuições distintas dos homens e das mulheres na economia doméstica, especialmente no campo da agricultura urbana. O paradigma vigente de desenvolvimento econômico considera que a renda deve ser gerada a partir de iniciativas de comercialização no espaço “público”, reforçando mais uma vez a invisibilidade do trabalho doméstico.

Por causa desta visão, a renda gerada pelas mulheres, através do trabalho doméstico ou das outras tarefas que elas exercem, como plantação, colheita, criação de pequenos animais e preparação de remédios caseiros, não é

considerada. Porém, na prática, temos visto que essas tarefas “invisíveis”, que as mulheres exercem, têm uma interferência direta na economia doméstica e no orçamento familiar. Por exemplo, quando as mulheres aproveitam os alimentos produzidos no espaço privado, melhora a qualidade da alimentação e diminui a ocorrência de doenças na família. Como consequência, há menos gastos com remédios alopáticos e alimentos.

Nosso desafio, então, é construir uma metodologia de monitoramento econômico que possa dar mais visibilidade para as contribuições das mulheres, no âmbito doméstico, e desmitificar esta noção de que a produção de bens e serviços acontece somente no espaço público.

A sustentabilidade sócio-ambiental e econômica dos processos locais

Podemos perceber que os agentes comunitários ocupam um lugar importante no desenho dos projetos comunitários. Porém, ao basear uma estratégia de ação no protagonismo das comunidades, devemos questionar a sustentabilidade sócio-ambiental e econômica da proposta, levando em consideração os papéis sociais de gênero. Muitas vezes, as mulheres que se envolvem nos trabalhos comunitários sofrem de uma sobrecarga de tarefas, pois além de sua constante preocupação com a sobrevivência da família, em termos financeiros, elas também sentem a obrigação de realizar as tarefas domésticas. A partir de nossa experiência, temos percebido que muitas mulheres, que foram capacitadas nos processos locais, acabam abandonando o trabalho comunitário em função de oportunidades de empregos formais e informais, ainda que em sua maioria rendem baixos salários. Isto nos leva ao seguinte questionamento: Como o trabalho das(os) agentes locais de desenvolvimento (sendo que a maior parte são mulheres) deve ser financiado?

A estratégia utilizada em nosso projeto de formação, a de garantir uma *ajuda de custos* para viabilizar o trabalho das educadoras e assessores comunitários,

funcionou durante um certo período de tempo, mas não representa uma solução definitiva. Considerando que os recursos humanos são o alicerce dos processos educativos e organizativos, é necessário pensar em alternativas que possam garantir o envolvimento de agentes comunitários de forma continuada, sem criar laços de dependência.

Nivelamento da concepção de gênero adotada pelos integrantes da equipe executora do projeto possibilita a transversalidade

Qualquer projeto ou programa institucional tem como ponto de partida a visão estratégica da entidade e suas concepções em relação aos assuntos abordados. Quando não existe clareza, de ponto de vista estratégico, em relação aos objetivos e resultados esperados no projeto ou programa que está em execução, geralmente o mesmo não é bem sucedido.

Em relação à questão de gênero, como é um tema bastante complexo e ainda pouco incorporado pelas ONGs que trabalham com agricultura sustentável, segurança alimentar e desenvolvimento comunitário, é necessário garantir um processo de capacitação para a equipe que se encarrega da execução de determinado projeto ou programa. Neste processo de capacitação, deve-se buscar um certo nivelamento de sua compreensão ao plano conceitual e um consenso em relação às formas de incorporação da perspectiva de gênero nas estratégias e ações propostas. É preciso possibilitar um dialogo aberto entre os integrantes da equipe executora sobre as diversas visões e formas de captar fenômenos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo e WEITZMAN, Rodica. **Documento: Diagnóstico Urbano Participativo- Capitão Eduardo, Beija Flor e Beira Linha.** Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Belo Horizonte, 2003.

BUNCH, Rolando. Duas Espigas de milho: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo AS-PTA, Rio de Janeiro, 1995.

GT GÊNERO. **Gênero em Rede**. Publicação do Grupo de Trabalho sobre Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA – Programas em Tecnologias Alternativas. 2002. 4p.

INSTRAW. Entendendo o gênero: as palavras e seus significados. In: **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento: uma abordagem básica**. Distrito Federal, Brasília: Ed. Conselho dos Direitos da Mulher, cap. 2, p. 15-20. 1996.

NOBRE, Miriam. **Agroecologia, crédito e economia solidária desde a perspectiva feminista no Brasil**. Texto apresentado nas Jornadas Estrategias Positivas de Desarrollo. La visión SUR en el empoderamiento de las mujeres para la equidad de género. Bilbao. 2005.

PETERSON, Paulo. “Gestão do Conhecimento Agroecológico: subsídio para o Seminário Interno/ outubro de 1998”, 2004.

SILIPRANDI, Emma. **Políticas de Segurança Alimentar e Papéis de Gênero: desafios para a mudança de modelos de produção e consumo**. Caderno de Textos da II Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2003. p. 28-32

WEITZMAN, Rodica e MAGALHÃES, Marilda. **Diagnóstico Urbano Participativo em Segurança Alimentar Nutricional e Agricultura Urbana com enfoque de gênero**. Documento interno da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Belo Horizonte, 2002.

The background of the entire page is a close-up photograph of green foliage, likely a dense garden or forest floor, with various leaves and stems visible. The image is slightly blurred, creating a soft, naturalistic texture.

A agroecologia, as cidades, a agricultura urbana e as mulheres

Sheila Bezerra

Sheila Bezerra é mestra em Antropologia pela UFPE, pesquisadora do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia e integrante do Fórum de Mulheres de Pernambuco

Antes de tudo, antes de qualquer coisa que possa ser dita acerca do levantamento das iniciativas de Agricultura Urbana em Recife, principal objetivo deste artigo, é preciso dizer que tanto a agroecologia, quanto a agricultura urbana têm sido percebidas hoje² como alternativas a um modelo hegemônico de desenvolvimento, pois ambas pressupõem um jeito “diferente” de enxergar e estar no mundo (e as cidades nesse mundo). Também primam por autonomia de mulheres e homens quanto aos processos de produção e geração de renda e enfim, até certo sentido, pela segurança alimentar quando a agricultura urbana é desenvolvida com este intuito.

Decerto que nem toda agricultura urbana está desenvolvida sob os “auspícios” da agroecologia, ou ao menos preocupada com a produção orgânica, contudo e embora este seja um desejo de quem entende o método do cultivo agroflorestal/agroecológico como o mais “sustentável”, a agricultura urbana e periurbana – AUP – vem ser visibilizada e ressaltada quanto a sua importância, porque dentre outras coisas, tem se configurado como uma nova possibilidade de sustentabilidade e/ou viabilidade da cidade.

A cidade (ou as cidades) referida aqui é entendida através da perspectiva da cidade-imagem-espço-poder, sendo seu conceito tomado das referências do

¹ Encontro sobre Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras - Região Metropolitana de Recife; Recife, 03 de abril de 2007 – Local: SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia.

antropólogo Normando Jorge Albuquerque de Melo, segundo o qual, a cidade é uma “importante e complexa experiência de (des) humanidades (e a condição do humano nela implicado)”.

As humanidades com seu prefixo de negação (des) como utilizado acima, significa uma série de processos que representam bem a insustentabilidade e/ou a inviabilidade que têm sido as cidades para a população que as “vive” (e também que a reproduz), a exemplo da violência, da exclusão, da pobreza, do desemprego, enfim, aspectos que convivem lado a lado com cidades cada vez mais verticais que, por sua vez, estimulam ainda mais a horizontalidade (e por vezes também verticalidade) das favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, enfim, espaços e imagens, que falam do poder que define o que e a quem dar direitos, especialmente referentes à moradia e serviços básicos.

O lar de dona Maria é uma palafita. Ela tem duas filhas, dentre elas uma que aprende a engatinhar sob os olhos receosos da mãe. No seu barraco não há banheiro, não há pia, não há água (a água é coletiva, localizada num beco de palafita e utilizada pelas palafitas vizinhas), há ratos, lixo entulhado, restos de animais, e urubus.

Há incertezas e/ou certezas pouco felizes. Incerteza pela saúde de suas filhas, incerteza por suas vidas, uma vez que receia vê-las, a qualquer momento, por um minuto de descuido, caídas na maré; incerteza por uma cidade que não a permite caminhar por determinados lugares públicos, incerteza quanto à impossibilidade de utilizar um transporte público no dia que se segue, por seu custo ou por seu “des-roteiro”, enfim, a incerteza de um mundo melhor, ou mais concretamente, a incerteza de uma cidade democrática.

Maria é a junção de, pelo menos, duas mulheres que, não há muito, falaram um pouco de suas vidas para a pesquisadora que vos fala, e que foram entendidas como representantes simbólicas e materiais das tantas mulheres de carne e osso desse lugar a que nos referimos como *cidade*. São elas, as mulheres que mais

sentem o peso da ausência dos acessos. Há segregação espacial: pobres (mulheres e homens) são segregados e com a pobreza as pessoas de raça/cor negra. Ademais, na base do funil desse apartheid sócio-espacial, estão elas: as mulheres.

Elas estão a cuidar, a acordar mais cedo e /ou dormir mais tarde esperando com baldes e outros vasilhames, a água oriunda do racionamento municipal, são elas a estarem privadas dos lugares públicos pelo receio da violência e também a ocupar os principais lugares de reivindicação (dentro dos conselhos, nas lideranças comunitárias, etc), por melhores condições de vida para suas filhas e filhos, para si mesmas e, enfim, para sua comunidade.

São as mulheres, aquelas que mais se interessam, também, pelas iniciativas da agricultura urbana agroecológica (esta que vem apontando, entre outras iniciativas, estratégias de resignificação e reinvenção do espaço urbano, no sentido de sua viabilidade) por entenderem que a mesma, com base na utilização de pequenas extensões de terra, ou a partir de formas alternativas de cultivo, venha a ser a possibilidade de uma alimentação saudável, cuja base estruturadora se ausenta da utilização de herbicidas e/ou outras substâncias químicas, o que lhe garante, e a sua família, segurança alimentar e nutricional (ou seja, saúde).

Além da questão da alimentação, propriamente dita, tal iniciativa lhes oferece a possibilidade de autonomia financeira, uma vez que o dinheiro que custeia o alface, o coentro, o tomate, ou o manjericão de sua salada ou molho do feijão, já pode ser utilizado em outra necessidade. De forma mais direta, o possível excedente de sua produção pode, ou poderia vir a ser, quem sabe, também a própria alternativa à geração de renda, e, por assim dizer, sua independência do mercado, este mesmo que não coincidentemente a exclui.

EXPERIÊNCIAS EM AGRICULTURA URBANA

A afirmação acima é feita com base na pesquisa realizada na Região Metropolitana de Recife – *Identificação e caracterização de iniciativas focadas*

de agricultura urbana e periurbana na Região Metropolitana de Recife, esta que identificou, entre outras coisas, pelo menos 43 mulheres envolvidas diretamente nas iniciativas, ao passo que os homens somaram 23. Tal pesquisa, a partir de agora, vem ser detalhada quanto aos seus caminhos, (des) caminhos e resultados.

A Identificação e caracterização de iniciativas focadas de agricultura urbana e periurbana na Região Metropolitana de Recife fez parte de um processo de pesquisa que abarcou 11 municípios nas 5 regiões brasileiras, entre os meses de novembro de 2006 e maio de 2007, cujo objetivo foi avaliar a situação atual das iniciativas em agricultura urbana e periurbana das principais capitais brasileiras, com vistas à formulação de diretrizes para um programa nacional.

Após o levantamento, foram apresentados os resultados, o histórico e a metodologia em encontro local, com a presença de movimentos sociais e ONG's atuantes, a exemplo, do Fórum de Reforma Urbana e Articulação de Mulheres da Zona da Mata. Ainda contou com a presença de todas as instituições entrevistadas para este levantamento, como também outras instituições parceiras do SOS CORPO.

Mas “O que é agricultura urbana e periurbana?” - O conceito que permeou este levantamento é multi dimensional e inclui: produção, transformação (de pelo menos um produto de origem urbana, de forma artesanal, em pequena agroindústria familiar e ou comunitária, promovido pela sociedade civil ou poder público, etc.), serviços (em pesquisa, capacitação, geração de tecnologias, assessorias, créditos locais, etc.), de produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) para auto-consumo e/ou comercialização.

Entende-se que na Agricultura Urbana se reaproveita de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (sementes, mudas, composto, húmus, e reuso de água e reaproveitamento de resíduos sólidos, etc.) e suas atividades

podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas;

Ainda no tocante às bases conceituais da agricultura urbana e periurbana, estas devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero, através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos, promovendo a gestão urbana socioambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades.

Recife foi uma das cidades apontadas para o levantamento na região Nordeste e o SOS CORPO - Instituto Feminista para Democracia, a instituição responsável pelo processo de pesquisa local em parceria com a REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - responsável pela coordenação nacional da pesquisa.

Em princípio, foi feito um levantamento de todas as iniciativas de Agricultura Urbana presentes na RMR (pelo menos aquelas que foram possíveis no momento da pesquisa) com a finalidade de descrição dos tipos e caracterização das iniciativas, localização, identificação da instituição promotora, parcerias e contatos. Assim, levantamos, pelo menos, 60 iniciativas entre feiras agroecológicas, iniciativas de produção animal, vegetal e de insumos, bem como aquelas também voltadas para comercialização, transformação e serviços.

A identificação de tais iniciativas foi realizada pelo método de “bola de neve”, através dos contatos com representantes das instituições a exemplo do Centro Sabiá, Centro Nordestino de Medicina Popular, Centro das Mulheres do Cabo, Prefeitura da Cidade do Recife e da Universidade Federal de Pernambuco.

Buscavam-se, então, iniciativas que representassem atividades de produção (animal, vegetal e insumos), transformação, comercialização, consumo e serviços, que fossem desenvolvidas em espaços intra-urbanos, urbanos e peri-urbanos das

áreas metropolitanas ou vinculadas à dinâmica das áreas metropolitanas, ainda que fossem articuladas com a gestão territorial e ambiental e orientadas para a Segurança Alimentar Nutricional e Economia Popular Solidária/ Comércio Justo e Solidário, que fossem sujeitos de políticas de AUP existentes e, por fim, que respeitassem as particularidades das distintas regiões.

Para a análise focada foram escolhidas 12 iniciativas, pelo menos duas apoiadas com recursos do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, em parceria com o governo local e 8 resultantes da ação da sociedade civil, apoiadas ou não, com recursos (humanos e/ou financeiros) ou não de ONG's ou da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A seguir, uma breve descrição de tais iniciativas focadas:

O Sítio São João está localizado no Município de Abreu e Lima - RMR, e está voltado para a produção agroflorestal “pensando na terra, vegetais, enfim, da vida de um modo geral”. O trabalho começou em 1994 junto com o Centro Sabiá e desenvolve as atividades de produção, transformação e comercialização. Tudo é produzido na própria área, inclusive insumos, e também desenvolvem ações de doações e troca (compras simbólicas - trocam por mudas ou sementes); recebem assessoria do Centro Sabiá e doação de sementes que são provenientes de outras regiões, tais como o açaí e cupuaçu, fazem Intercâmbio entre agricultores de sementes (que algumas vezes não têm) e os produtos são comercializados, tanto na própria propriedade, quanto na feira agroecológica do bairro das Graças.

O Centro de Medicina Popular-CEMPO é uma organização não governamental, iniciada em 1980 e formalizada em 1989 com o objetivo de levar conhecimentos para a população e divulgar as plantas medicinais como forma de promoção da saúde e alimentação. Tem uma dimensão local, mas também municipal e estadual. Trabalha com crianças, jovens e adultos e suas principais atividades são produção de plantas medicinais, palestras, capacitações e comercialização dos produtos beneficiados. Possui o apoio, tanto do governo local em convênio

com o MDS, quanto do Centro Nordestino de Medicina Popular - CNMP e Fase - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

O Centro de Saúde Popular Raízes da Terra - CESPRATE - tem duas principais linhas de ação relacionadas às políticas públicas e ambiental, e outra mais relacionada à segurança alimentar. No início, em 1996, as pessoas, que atualmente constituem o CESPRATE, não tinham clareza do que seria a iniciativa de investir na fitoterapia. Hoje entendem a mesma como uma forma de fortalecimento da agricultura familiar, como sendo importante em termos ecológicos de preservação das espécies e resgate da cultura. Segundo Maria José, uma das responsáveis da instituição “hoje há a possibilidade de se pensar em dizer que a fitoterapia é uma tecnologia social” uma vez que também possui suas implicações diretas nas políticas de saúde e quando se sentem cada vez mais envolvidos com tais processos, através, por exemplo, dos conselhos de saúde.

O CESPRATE existe desde que existe também a pastoral da saúde, ou seja, data de 1996 sua origem e está intimamente relacionada com a ação da igreja católica, uma vez que eram grupos de igreja que estimularam a experiência de cultivo de plantas medicinais enfocando o eixo de saúde e doença. Hoje, já autônomos da igreja e com sede própria, estimulam famílias locais a terem seus próprios quintais de produção fitoterápica e enfocam a melhoria de qualidade de vida das pessoas.

As principais atividades são produção de fitoterápicos (xaropes e pomadas) e palestras – uso e cultivo de plantas e políticas públicas voltadas para fitoterapia. É a comercialização que vem garantindo o auto-sustento. Para a comercialização, realizam todo o processo de cultivo, coleta (separação, lavagem, quarentena, infusão, maceração etc.), manipulação dos remédios e comercialização.

O Lar Fabiano de Cristo comporta a quarta horta tomada para este levantamento. É uma instituição que tem filiais em todo Brasil. Quando solicitaram apoio da Prefeitura da Cidade do Recife já possuíam 46 canteiros

(inativos) e 4 caixas d'água. As hortas foram reativadas em 2004. Já havia um espaço ocioso. Os funcionários não colocaram o trabalho para frente. Uma vez que a prefeitura passou a apoiar, o Lar se sentiu incentivado e hoje funciona bem.

Em princípio, o perfil das pessoas que foram incluídas na iniciativa das hortas eram aquelas com problemas de saúde e desnutrição, com o intuito de que tivessem um suplemento alimentar e também uma alternativa de renda. “...inicialmente era feito com pessoas doentes, com desnutrição, câncer e problemas cardíacos...”. Atualmente existe uma rotatividade das famílias das crianças atendidas pelo Lar. Também tem aceitado pessoas voluntárias. As principais atividades são capacitação, plantio e colheita de fitoterápicos e horti-fruti; cuidado com a terra, produção de alimentos orgânicos e participação nas feiras. “As famílias vêm aprender a encontrar um apoio para alternativas de renda lá fora”.

As **atividades de produção de camarões** situadas na ZEPA - Zona Especial de Proteção Ambiental Caranguejo e Campo Tabaiães, são as iniciativas seis e sete descritas aqui, representando as iniciativas de produção animal em viveiros localizados em Recife. Em geral, os proprietários atuais dos viveiros são filhos dos donos antigos. Hoje se configura como lugar de geração de renda para os proprietários dos viveiros mas também para outros/as moradores/as das comunidades.

É importante salientar também que as iniciativas se localizam em áreas de remanescentes de mangue e ZEPA – Zona Especial de Proteção Ambiental. Também têm peixe e siri, contudo, essas criações não são contínuas. Por exemplo, o siri é produzido por safra, em geral de setembro a março e não são vendidos, são doados para a comunidade que podem pegá-los para consumo e venda. Compra as larvas à Netuno (grande empresa do ramo). A ração é comprada a uma fábrica da Paraíba. Vende diretamente à empresa Netuno, a cada 8 meses.

As Hortas abaixo de linha de transmissão de energia e próximas ao viaduto, pelo menos duas representantes das várias que se localizam na órbita da CEASA – Central de Abastecimento Alimentar de Pernambuco, tiveram por iniciativa ocupar espaços “imprevistos” para a prática de agricultura urbana, ação esta decorrente do desemprego e da possibilidade de auto-consumo e geração de renda. É também, sem dúvida, a retomada do espaço, que antes da construção dos viadutos e da utilização dessas faixas para linhas de transmissão de energia, já era “reservado” à cultura da plantação por familiares antigos e desconhecidos (que passaram a revender em tais espaços). Nessas áreas são produzidos coentro, alface, cebolinha, bredo e quiabo. No local, as atividades (informação dos agricultores entrevistados) existem há 7 anos, ou seja, desde 2000. As principais atividades da iniciativa são produção, comercialização e auto-consumo. As sementes e demais insumos são adquiridos, através de fornecedor da CEASA. Não possui nenhum apoio. Os produtos são vendidos tanto ao lado da plantação, quanto na CEASA, quando vende para ‘atravessadores’.

As iniciativas abaixo-breve-descritas estão localizadas no bairro de Sítio dos Pintos - Recife - e estimuladas pelos estudantes da UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco, através de uma professora da universidade.

A iniciativa 9, cuja responsável é **Maria José** tem seu processo semelhante às outras casas de Sítio dos Pintos. Foram os/as estudantes da UFRPE que visitaram as casas, dentre elas a casa de Eunice, D. Mirian, D. Maria José e Adriana. Os/as estudantes organizaram reuniões para discussão, planejamento e capacitação para ensinar como manejar a terra e demais técnicas para cultivo. Também estimulavam uma possível comercialização para geração de renda. A entrevistada disse ter gostado da iniciativa por implicar diretamente na melhoria da saúde, uma vez que seus produtos não têm agrotóxicos e porque planta fitoterápicos, como também pela melhoria da renda da família, já que deixa de comprar o que produz. Segundo a entrevistada a horta dura de 3 a 4

meses. As reuniões começaram mais ou menos no mês de setembro de 2006 e a iniciativa como um todo (reuniões/plantio) terminou em janeiro de 2007. As principais atividades da iniciativa foram as reuniões de planejamento das atividades realizadas pelos/as estudantes, e, a posteriori, o plantio feito pela própria Maria José, e a colheita, que segundo a mesma, é feito por qualquer pessoa que precise. O processo de transformação, citado pela entrevistada, é o lambedor caseiro feito para consumo doméstico.

A iniciativa 10 tem por responsável **Miriam**. A entrevistada disse ter gostado da iniciativa porque na época não comprava fora o que conseguia plantar e porque os/as clientes de seu bar (que fica no local de sua residência) gostavam de ser servidos com hortaliças frescas. Pelo que se pôde apreender da entrevista, ela já possuía a iniciativa de plantar macaxeira, batata, inhame (eram 800 covas de inhame). Geralmente plantavam em setembro e colhiam no mês de fevereiro do ano seguinte, vendendo em grandes quantidades. No momento da entrevista não havia nenhum tipo de plantação.

Segundo a entrevistada a horta durou de 3 a 4 meses. As reuniões começaram mais ou menos no mês de setembro de 2006 e terminaram meados de dezembro/janeiro. A entrevistada disse ainda que as visitas das/os estudantes dependem de seus semestres na universidade, o que implica em ausência de continuidade da iniciativa entre um semestre e outro. As reuniões aconteciam à noite com a comunidade local e estudantes da universidade. Houve a doação de sementes por parte da universidade, mas também já havia sementes suas. Seu marido plantou, e o que foi produzido, consumido em casa e comercializado no bar.

Iniciativa 11 é representada por **Eunice**. A mesma se sentiu estimulada para ter mais conhecimento (sua mãe plantava macaxeira e ela sabia um pouco), bem como cultivar plantas medicinais para fazer uso pessoal da produção (como para a comunidade se beneficiar daquele produto). Também pela possibilidade de seu produto ser vendido posteriormente, gerando renda para sua família. A

entrevistada afirmou não ter chegado a mexer na terra. A iniciativa das reuniões se deu em meados de maio de 2006 e a última reunião foi em dezembro de 2006. Não chegou a produzir nada, por falta de financiamento.

A iniciativa 12 foi representada por **Adriana** que se sentiu estimulada tanto pela curiosidade, quanto pelo desejo de ter uma horta para consumo. Disse ter tido a oportunidade através dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Chegou a plantar alface, coentro e algumas plantas medicinais. A iniciativa durou enquanto durou também o acompanhamento dos estudantes. Começou no mês de agosto de 2006 e terminou no mês de novembro quando uma turma de estudantes que faziam acompanhamento finalizaram suas atividades (pelo semestre da universidade também ter acabado). As principais atividades da iniciativa foram as reuniões com a comunidade e equipe de estudantes; a exposição de plantas pelos mesmos, a doação e passeio nas sementeiras; foram feitas visitas aos projetos de agrofloresta, bem como orientação quanto às sementes de plantas adubadoras. Em relação à produção propriamente dita, a entrevistada citou a pequena produção de coentro e a iniciativa de plantio de capim elefante para melhorar o solo.

BALANÇO DAS EXPERIÊNCIAS

Ressaltando-se o caráter qualitativo da pesquisa, as iniciativas, pelo menos cinco delas estavam, no momento da pesquisa, envolvidas com o cultivo de plantas medicinais, duas delas apenas com esse tipo de cultivo, as outras, pelo menos nove (9) plantam frutas e verduras. Duas das atividades são voltadas para produção de camarões e uma para a criação de abelhas (também transformação e comercialização dos seus produtos).

Da produção vegetal e de plantas medicinais, pelo menos 2 seguem um método voltado para a produção orgânica agroecológica/agroflorestal; duas têm sua produção orgânica (não especificaram se era agroecológica). No tocante à

produção animal ele pode ser configurado como convencional insustentável, porque são dependentes dos insumos e precisam comprá-los para uso. As demais experiências, pelo menos seis delas, se enquadram nos processos de produção baseada em método convencional, sendo que duas afirmaram usar herbicidas.

Pelo menos 8 iniciativas comercializam seus produtos, 12 sinalizaram auto-consumo, 2 trocam seus produtos por serviços, 4 fazem troca por outros produtos e pelo menos 3 produzem insumos que vão desde compostos orgânicos, adubos, mudas e redes de pesca.

No tocante à caracterização dos envolvidos, diretamente, nas experiências levantadas, podemos destacar que as mulheres são as principais envolvidas, uma vez que foram elas a maioria contabilizada nessa pequena amostra com pelo menos 43, ao passo que os homens somaram 23. A exceção para os mesmos está nas experiências de produção de camarão nos períodos em que há despesca e se necessita de mais pescadores (propositalmente no masculino) e força física para a manutenção dos viveiros, nesse período somam 40 homens.

Quanto à perspectiva geracional são, em geral, jovens e adultos com pelo menos duas presenças de idosos. Também, em geral, são pessoas de baixa renda, moradoras da periferia e de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, cuja cor/raça também se classifica, na sua maioria entre pardas e negras. A maioria possui baixa escolaridade com apenas o ensino fundamental incompleto e ou analfabetos (as). Quando há referência ao ensino superior, os trabalhos são esporádicos e voluntários em instituições mais organizadas. As ocupações assinaladas durante o levantamento, foram as seguintes: agricultores/as; manipuladoras, pescadores, lavadeiras e catadeiras de camarão, farmacêuticas e engenheira agrônoma.

Quanto às beneficiárias e beneficiários, o levantamento englobou todas aquelas pessoas que, de alguma forma direta são/foram beneficiadas a partir de iniciativas, sejam/fossem os/as próprios(as) trabalhadores(as), sejam/fossem

seus/suas familiares. Importante salientar que, uma vez perguntados/as sobre beneficiários/as, alguns/mas chegaram a citar a *natureza*, uma vez que também ela é beneficiada com as técnicas da agrofloresta. Outras pessoas se referiram também à comunidade em geral e à vizinhança por haver tão importante iniciativa no seu entorno. Em todo caso, infelizmente, estes/as beneficiários/as não foram passíveis de comensurabilidade e certamente são imprescindíveis de serem citados, uma vez que desejamos entender os processos e os elementos que o engendram.

Assim, no que diz respeito à caracterização dos/as beneficiários(as) acima, as mulheres somam o número de 53 entre trabalhadoras e familiares (que também, muitas vezes, são trabalhadoras) e os homens o número de 33 (sem a consideração dos trabalhadores esporádicos). Considerando os trabalhadores esporádicos esse número aumenta em 17, totalizando 50 homens beneficiários. Quanto ao aspecto geracional, os/as beneficiários/as são desde crianças (até 14 anos) a idosos/as (acima de 60 anos), contudo, a maioria certamente está entre jovens e adultos (14-49). Similar às análises dos/as principais envolvidos/as, sua raça/etnia pode ser caracterizada, principalmente, por pardos/as/negros/as e seu perfil sócio-econômico se situa na condição de pobres/baixa renda e, em menor grau, em classe média.

Das iniciativas levantadas, duas se integram totalmente na cadeia produtiva, duas se integram parcialmente e 8 não se integram, pois seus insumos são adquiridos, em geral, fora do local de produção, seja a partir da compra, seja a partir da doação. Os insumos utilizados nas iniciativas e citados nas entrevistas foram: água, sementes, adubos, larvas de camarão, ração, herbicidas e mudas.

No âmbito geral da pesquisa, houve uma tentativa de captar a visão das mulheres, contudo, isso nem sempre foi possível, tanto porque o instrumento da pesquisa não focou tal problemática, quanto, e principalmente, pelo fato de que as mulheres, em geral, estão nos bastidores, ou no lugar de ajuda (embora elas

estejam presentes em grande parte das atividades e sejam maioria dos sujeitos que desenvolvem as experiências). Nas experiências mistas, ainda que participem, do ponto de vista público, a referência é para os homens envolvidos.

Naquelas iniciativas apoiadas por instituições e cujo trabalho, em geral, é realizado por mulheres, as pessoas responsáveis disseram que essas mulheres, muitas vezes provenientes de contextos de extrema vulnerabilidade, se sentem apoiadas, se sentem úteis, tanto para elas mesmas, quanto para sua família, também se mostram mais confiantes e isso tudo, certamente, vem ser o resultado do reconhecimento e apoio ao trabalho desenvolvido pelas mesmas.

Essa perspectiva esteve presente, tanto nas experiências do CEMPO e do CESPRATE, quanto do Lar Fabiano de Cristo, com a diferença de que nas duas primeiras iniciativas, as mulheres estão envolvidas, principalmente, nas atividades de beneficiamento, o que, aliás, tem sido uma característica muito comum no tocante à divisão sexual do trabalho: nas atividades de produção agrícola, as mulheres, embora participem da produção, estão mais presentes na transformação/beneficiamento. Na produção de camarões, elas participam da seleção e limpeza.

No que diz respeito às mulheres autônomas (4 iniciativas) ou que não contam com apoio público, essas se mostraram dependentes dos “homens da casa”. Isso acontece, principalmente, porque, em geral, são mulheres adaptadas ao modo de vida urbano e não têm muita familiaridade ou iniciativa para o cultivo, bem como também já estão bastante cansadas por ocasião de suas jornadas diárias e pouco dispostas para o trabalho braçal (de carregar peso, bater estaca etc.).

DESAFIOS PARA A AGRICULTURA URBANA EM RECIFE

Um outro aspecto que pode ser considerado aqui, obtido através da responsável do Centro Nordeste de Medicina Popular, é que as iniciativas, cujas principais envolvidas são mulheres, têm uma grande possibilidade de

não ter continuidade, a exemplo da horta comunitária de São Lourenço da Mata, cujas mulheres não tinham onde deixar seus/suas filhos/as, viram seus primeiros produtos sendo furtados, bem como suas hortas sendo saqueadas por falta de cuidadores/as ou vigias para os horários noturnos e acabaram por não dar continuidade à iniciativa.

Todos os dados e análises expostos, até o momento, foram apresentados no Encontro sobre Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras – Recife, como indicado anteriormente, e o seu propósito foi divulgar as informações, bem como através das participações e proposições do coletivo (a partir da análise dos potenciais e desafios verificados), gerar condições para formular proposições de diretrizes políticas e operacionais para a realidade local.

A seguir constarão dados relativos a tal encontro mas também àqueles provenientes das entrevistas focadas que não coincidentemente foram incitados a falar sobre as mesmas questões a exemplo dos problemas, soluções e potencialidades para a promoção da Agricultura Urbana e Periurbana, as possíveis contribuições dos atores envolvidos como Governos, Organizações Não-Governamentais, comunidades e conselhos, bem como os desafios políticos e as ações necessárias para o fortalecimento da Agricultura Urbana.

Assim, no tocante à importância da Agricultura Urbana e à possibilidade de pensá-la como alternativa ao desenvolvimento sustentável, as falas enfatizaram que a AU é importante por contribuir para uma alimentação mais saudável e mais rica do ponto de vista nutricional; porque preserva o meio ambiente ficando mais saudável e mais verde; por resgatar conhecimentos populares do meio rural levando-o para o ambiente urbano articulando-o, por exemplo, às diferentes gerações. Também por se configurar como uma possibilidade de geração de renda; por ser uma forma viável de ocupação urbana; por contribuir para uma nova atitude em relação ao lixo quando esse passa a ser transformado e reciclado, bem como contribui para que a utilização da água venha a ser

repensada dentro da perspectiva da sustentabilidade. Ainda possibilita melhor qualidade de vida para as mulheres, uma vez que estimula também sua auto-estima e como “efeito colateral” pode contribuir, inclusive, para a sua saída das situações de violência.

Dentre os problemas apontados no sentido da promoção da Agricultura Urbana estiveram os seguintes: recursos financeiros apertados; ausência de articulação das políticas públicas ou falta de integração das secretarias; ausência de áreas que articulem potencialidades, por exemplo de entrada de águas, energia e possibilidade de manutenção da iniciativa; ausência de lugares específicos e ou apoios efetivos para a comercialização sem a presença de atravessadores.

Ainda enquanto problemas estão: a pressão das estruturas urbanas - mercado imobiliário, crescimento desordenado, industrialização da economia etc; a fragilidade ou ausência de políticas públicas que reconheçam a agricultura urbana como estratégia de ocupação do espaço urbano e de produção de alimentos; o desconhecimento ou preconceitos criados pela sociedade sobre quem desenvolve esse tipo de atividade; pouca organização social e consciência dos grupos sobre a importância dos seus trabalhos; ausência de apoio técnico/acompanhamento das iniciativas; ausência de irrigação (água e técnicas apropriadas); no caso de AU familiar foi apontado o problema da ausência de espaço e em relação às mulheres, ausência de infra-estrutura para estas uma vez que têm sido elas as principais envolvidas nas iniciativas de promoção da Agricultura Urbana.

As soluções apontadas para os problemas acima foram as seguintes: utilização das estratégias, tecnologias e conhecimentos acumulados por organizações da sociedade civil no campo da agricultura agroecológica e pelas próprias populações que já praticam esse tipo de atividade; maior disponibilidade de recursos para as atividades previstas; articulação das políticas públicas, bem como incentivo governamental; trabalho articulado das secretarias (assistência social, saúde...); adequação dos projetos às realidades locais; lugar especial

para as pessoas comprarem e venderem, sem a intervenção de atravessadores; elaboração de leis que definam com clareza os limites da expansão urbana e seu ordenamento, assim como possam se alinhar a um modelo de desenvolvimento que respeite a diversidade de iniciativas econômicas e sociais; elaboração das políticas públicas que reconheçam a agricultura urbana e periurbana, como atividade que amplia o nível de segurança alimentar das populações locais/comunitárias, dinamizando a economia familiar e local, cumprindo assim um importante papel de ocupação dos espaços urbanos.

Ainda enquanto soluções, estão as seguintes: que além de reconhecer a AUP, as políticas públicas precisam garantir as condições para o seu desenvolvimento (como assessoria técnica e organizacional, crédito, mercado, entre outros, através dos preceitos da economia popular e solidária); divulgação, valorização e visibilidade pública desse tipo de atividade, como meio para o estímulo e ao reconhecimento da sociedade; apoio técnico e capacitação em gestão de empreendimentos econômicos e solidários; irrigação; ensino de técnicas que não dependem de espaços grandes de terra; infra-estrutura para as mulheres desenvolverem seus trabalhos.

No que diz respeito às potencialidades apontadas, estiveram presentes as seguintes: espaços físicos (terra) ociosos e ou pessimamente desenvolvidos; água “disponível” em algumas áreas; demanda de produção de alimentos para ampliar o nível de segurança alimentar das pessoas; qualidade dos produtos, uma vez que estes, produzidos em pequena escala, possuem valores agregados da agroecologia; base política interessante em relação aos conselhos; potencial de diminuição de desemprego; recursos humanos (de pessoas físicas e organizações) dispostos e disponíveis, com interesse inclusive de estudantes/escolas; estratégias, tecnologias e conhecimentos acumulados por organizações da sociedade civil no campo da agricultura agroecológica e pelas próprias populações, que já praticam esse tipo de atividade; agrobiodiversidade presente,

principalmente nos quintais da periferia dos centros urbanos, com a produção de frutas, ervas medicinais, flores, entre outros.

No que diz respeito à possibilidade de ação no nível local e contribuição de atores estratégicos, o encontro elaborou um leque de possibilidades a serem consideradas por ONGs, comunidades, poder público e universidades. Caberia às ONG's, por exemplo, a organização, formação sócio-educativa, produção de conhecimento, apoio técnico e fortalecimento da sociedade civil, através da contribuição técnica, quanto ao manejo do solo e estímulo à agroecologia; identificação dos grupos e iniciativas, das tecnologias e de organizações de assessoria técnica no campo agroecológico; formação com intercâmbio de experiências e saberes; articulação com os espaços de elaboração e controle de políticas públicas, entre tais políticas se cita a Política de Saúde da Mulher.

As ONGs e movimentos sociais, que atuam nesta área, poderiam estar articuladas com os conselheiros e lideranças que visitam os postos de saúde; estimulando a organização e formação política das comunidades, a participação, inserção nos espaços de interlocução com o governo e o controle social; a formação de sujeitos políticos em SAN – Segurança Alimentar e Nutricional e AU- Agricultura Urbana; a formação dos sujeitos quanto à geração de renda, tendo em vista a EPS – Economia Popular Solidária; a formação política quanto às questões de gênero, raça, classe; apoio com recursos financeiros em pequena escala; disponibilização de sementes e estrumes, isopor.

Às comunidades, grupos de mulheres agricultoras, associações comunitárias de bairro, associações de agricultores e agricultoras agroecológicos, grupos familiares de periferia, escolas e igrejas, caberia a articulação política, mobilização e controle social, através do apoio na identificação e articulação das iniciativas e grupos no bairro/comunidade; iniciar processos definindo o que querem, o que desejam e o que podem fazer para mobilizar-se, realizar eventos para difundir/ ampliar o uso de plantas medicinais e das hortaliças que cultivam.

Aos governos caberiam a implementação de políticas públicas ao nível nacional, estadual e municipal, através de ações como mobilização e transferência de recursos para incentivo à implementação das iniciativas, tanto àquelas já existentes, quanto aquelas que têm potencial; assessoria técnica aos grupos; organização e estruturação das estratégias de comercialização; processos de formação com ONG's e movimentos sociais e estímulo à ação pró-ativa, no sentido de alavancar a capacitação de gestores e técnicos. Os governos federal e estadual deveriam também criar programas de AU para que possam ser acessados pelas prefeituras municipais com geração, organização e disponibilização de informações sobre Agricultura Urbana; articulação e apoio às iniciativas de produção agrícola urbana com as diversas políticas no campo da SAN; disponibilização de terrenos ociosos pertencentes ao governo local e de insumos; financiamento de projetos, com crédito desburocratizado, como incentivo e apoio às iniciativas da população na implementação e gestão das hortas e pomares comunitários; diagnóstico inicial para a implementação de projetos locais em AU; suporte técnico, capacitação e planejamento; disponibilização de transporte e apoio técnico para capacitação; criar estratégias para “otimizar” a parceria entre os(as) produtores(as); estímulo à presença das feiras agroecológicas; estímulo à prática da educação nutricional; trabalhar a comunicação nos espaços das comunidades; criar estratégias que estimulem e possibilitem a articulação da agricultura rural e urbana e prestar informação à sociedade acerca das más consequências do consumo e utilização de agrotóxicos.

Também as universidades teriam papel importante na promoção da AUP, no tocante à produção de conhecimento e extensão universitária, através da inserção do tema da economia popular e solidária nos programas de disciplinas e realizar experiências integradas (entre disciplinas/departamentos) de estímulo e apoio às iniciativas. A partir do programa de extensão há potencialidade de capacitação em segurança alimentar, plantas ornamentais, plantas medicinais, entre outros, como forma de geração de renda. É preciso, também, buscar financiamento de estudos na área.

No tocante às ações necessárias para fortalecer a AUP nas cidades, foram apontadas como necessárias, capacitações técnicas e políticas para as comunidades, inclusive com a presença de material explicativo; o desenvolvimento do hábito de uso de outras estratégias de plantio, a exemplo das plantações suspensas e do uso de garrafas PETI; identificação das pessoas e instituições que possuem informações no sentido de conjugar esforços; identificar o público consumidor dos produtos provenientes da Agricultura Urbana como forma de retroalimentação das informações e, conseqüentemente, das ações; conscientização da sociedade para que se alimente de uma forma mais saudável e divulgação dos produtos sem agrotóxicos; discussão mais efetiva em relação à política municipal voltada para a AU (ex: colocar a questão na câmara dos vereadores) e certificação do selo agroecológico.

Quanto aos desafios políticos que a AUP coloca para os movimentos sociais (de mulheres, agroecológico e de luta urbana), estiveram colocados no debate do encontro de Recife: o acesso à terra, o acesso à água, a valorização do/a agricultor/a, reconhecimento e estímulo quanto a sua identidade como forma de valorizar também o que se consome e a sua qualidade; trabalhar para a superação da desigualdade de gênero (as mulheres ainda são colocadas no lugar de apoio e ajuda, e por isso muitas vezes não são remuneradas e seus trabalhos não são valorizados); sensibilização dos/as gestores/as; ensino de técnicas alternativas que sejam produzidas com base agroecológica; resgate cultural da prática do cultivo; desenvolvimento de um processo educativo de valorização da agricultura como processo que possibilita a melhoria da qualidade de vida; criação, incentivo e apoio aos espaços de comercialização, troca de experiências/ intercâmbio.

Em princípio, é necessário que a Agricultura Urbana venha a ser percebida como uma política pública a ser efetivada, ou seja, que seja reconhecida em sua importância e que haja condições para seu desenvolvimento. No tocante à criação de animais como camarões, por exemplo, existe o desafio da articulação da geração

de renda e não comprometimento do meio ambiente. O encontro reafirmou o papel do Estado na efetivação das políticas públicas e o papel das Organizações na divulgação das informações, inclusive acerca das políticas públicas. Ficou claro a necessidade de utilizar a AU como estratégia de desenvolvimento social, político e econômico, com estímulo através, por exemplo, de isenção fiscal e com a abertura de crédito específico para agricultores/as urbanos/as e apoio a associações e cooperativas de produção.

Algumas outras questões foram apontadas, algumas mais polêmicas, outras menos. Uma primeira destas questões seria o acesso à terra. Houve a presença do discurso de que para a promoção da AU não é necessário terra ou sua propriedade, uma vez que a mesma pode ser desenvolvida a partir de muitas outras estratégias de plantio. Contudo, a questão não seria, necessariamente, o poder sobre a terra, ou sua propriedade, mas sim, capacidade e potencialidade de utilização de espaços ociosos, ou seja, acesso não necessariamente em relação à propriedade, mas ao seu usufruto. Esta, contudo, é uma questão polêmica, uma vez que os movimentos sociais defendem o direito à terra para plantar e viver.

Outra questão polêmica foi permeada pelo tema da identidade do/a agricultor/a urbano/a, uma vez que se colocou que o desenvolvimento desse novo hábito de plantação (urbana) independe da identidade do “ser agricultor/a”, pois para tanto não seria preciso ser agricultor/a para desenvolver a atividade da AUP, ou seja, qualquer pessoa poderia vir a desenvolver tal habilidade e em diferentes espaços e a partir de diferentes estratégias (mesmo dentro de apartamentos, etc.).

A questão acima parece suscitar outras (questões) referentes às diferentes perspectivas da Agricultura Urbana, pois o reconhecimento da identidade reverbera, não só em possibilidades diferentes de “conceber” o desenvolvimento da AUP, mas também nos processos relativos à profissão e, por assim dizer, em sua implicação nos direitos trabalhistas e previdenciários de mulheres e homens que trabalham na AUP há anos e têm essa atividade como trabalho principal.

Outras questões apontadas fazem referência à importância da formação da juventude na agricultura urbana, como possibilidade de diminuição da violência urbana; falou-se também que a AUP pode e deve ser encarada como estratégia para a melhoria das relações humanas, bem como possibilidade de autonomia das mulheres, mães ou não, em relação ao que comer; e ainda como meio de valorização do seu local de moradia.

Diante de tudo exposto, das necessidades, problemas, possibilidades, polêmicas e principalmente, desejos, seja em torno da cidade, seja especificamente em torno da agricultura urbana, seja especificamente em torno das mulheres, ou em torno da agroecologia, percebemos que mais que possíveis interfaces, estas questões estão intimamente imbricadas e, por assim dizer, não são passíveis de verificação, análises e/ou demandas de forma isolada. É preciso reafirmar que tanto a Agricultura Urbana como a Agroecologia se colocam como contraponto ao modelo de produção hegemônico (quando preza por uma produção de qualidade e voltada para o auto-consumo potencializado), o que nos indica que essas interfaces poderão dar origem à mobilização, à articulação e formação dos sujeitos coletivos, em prol da segurança alimentar, buscando estratégias para tal e repensando as formas de estar no mundo.

É nesse sentido que é possível vislumbrar a relação entre feminismo e agroecologia, uma vez que, discutir e pôr em xeque os processos hegemônicos de produção, vem reverberar invariavelmente em muitas outras questões que dizem respeito ao questionamento dos próprios paradigmas vigentes relacionados não só à idéia de desenvolvimento e à racionalidade que a mobiliza (no caso tem sido a econômica), como também nas outras questões políticas que estão no seu entorno e que se situam, por exemplo, nos processos microestruturais das relações (tanto no que diz respeito àquelas que temos, quanto àquelas que queremos).

Nesse caso, as relações que ainda temos (e que não queremos) são aquelas que colocam a mulher como responsável pelo alimento, pelo lugar de ajuda (nas

relações de trabalho/produção), mas que contraditoriamente não proporciona a essa mulher autonomia, não só no que diz respeito, diretamente, à alimentação e renda, mas também, em relação a si mesma, em relação a sua família, ao espaço urbano e moradia, enfim, ao acesso ou o direito à cidade.

Por fim, as ações que estiveram no entorno desta pesquisa e que definitivamente, fizeram parte das análises deste levantamento, fazem parte do projeto de mobilização do SOS CORPO, no sentido de que mais discussões possam surgir a partir da relação Agricultura Urbana, Agroecologia e Feminismo com o intuito de que estas impliquem em melhoria das condições alimentares, na viabilidade das cidades e também na qualidade de vida das mulheres.





The image is a full-page background photograph with a green color overlay. In the foreground, on the left, is a close-up of a woman's head and shoulders, looking down. Her hair is dark and curly. In the background, on the right, is a man wearing a light-colored short-sleeved shirt and dark shorts, working in a field with tall plants. The sky is visible in the upper right.

segunda parte

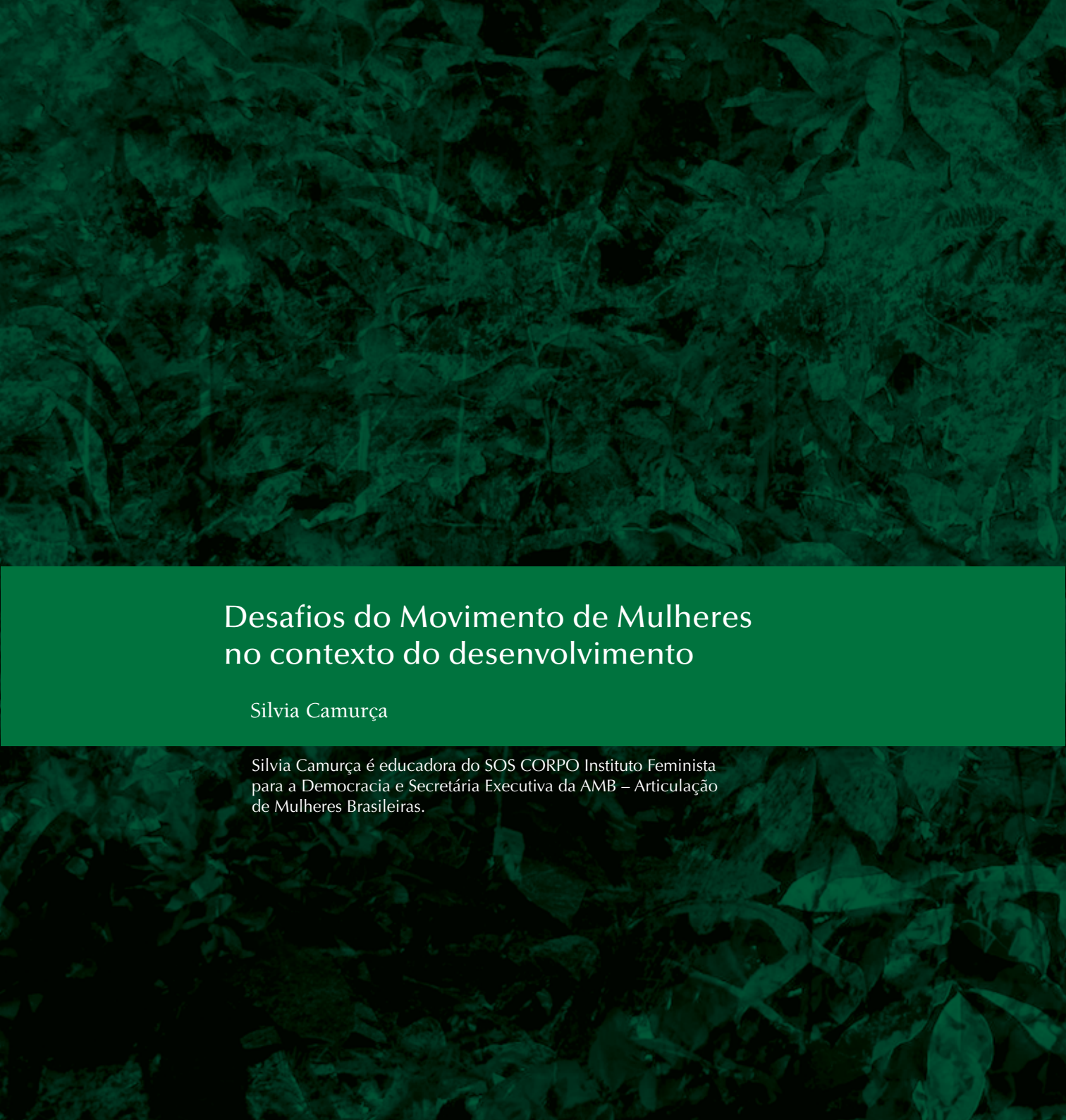
debatendo agroecologia e feminismo



A reflexão coletiva sobre agroecologia e feminismo marca esta segunda parte da publicação. Isso é possível porque mulheres e homens de diversas organizações e movimentos sociais têm se reunido para pensar sobre a situação das mulheres na agricultura familiar e o diferencial possível, a partir das experiências agroecológicas.

Apresentamos, aqui, exposições feitas durante as oficinas e seminários, que marcam a articulação entre organizações de agroecologia e organizações feministas em Pernambuco. A idéia é discutir os desafios para o Movimento de Mulheres e para o Movimento Agroecológico no enfrentamento com o modelo de desenvolvimento fortemente fincado na perspectiva capitalista e patriarcal.

Ao mesmo tempo, buscamos, neste debate, trazer à luz algumas possibilidades teórico-políticas e metodológicas, que possam contribuir para o aprofundamento da aproximação entre feminismo e agroecologia. Respeitamos as diferenças, mas temos certeza que, neste encontro, muitas possibilidades se abrem para favorecer a autonomia das mulheres e garantir uma produção alimentar sustentável e soberana em nosso país.



Desafios do Movimento de Mulheres no contexto do desenvolvimento

Silvia Camurça

Silvia Camurça é educadora do SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia e Secretária Executiva da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras.

No debate na AMB, consideramos que existem quatro problemáticas que tomamos como importantes a serem enfrentadas pelo movimento de mulheres e que dizem respeito ao atual contexto e ao projeto de desenvolvimento que está em curso.

FINANÇAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma primeira questão tem a ver com finanças públicas. O tema vem se tornando relevante, na medida em que o contexto das políticas públicas vai sendo ocupado por uma perspectiva de redução dos gastos sociais, em função de liberar recursos, seja para investimento, seja para produção de superávit.

Várias organizações de movimentos sociais integram o Fórum Brasil Orçamento e essa discussão começou a ganhar corpo, especialmente, após a instalação do governo Lula. Muitos movimentos tinham uma expectativa que houvesse uma expressiva alteração e inversão da lógica de uso das finanças públicas, o que não se confirmou. Há, sim, algumas alterações, mas não na proporção que se desejava.

Isso passa a ser uma discussão que ocupa a atenção daquelas organizações que já discutiam a influência no orçamento público e passa a ser uma preocupação,

porque se impõe como um limite para algumas políticas, especialmente nas áreas sociais, que são do interesse do feminismo e do movimento de mulheres.

Uma expressão exemplar foi a luta pelo FUNDEB—o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, na qual a nossa briga foi tentar incluir as creches como parte desse fundo. A luta por creche é algo importantíssimo para o cotidiano de milhares de mulheres. Nós tivemos um momento de ascensão de investimento aí antes, mas, a partir do governo Fernando Henrique, caiu e, praticamente, foram eliminados os financiamentos públicos nessa área. Agora com o FUNDEB, não sem dificuldade, os movimentos conseguiram incluir creches, porém, ainda de forma gradativa e a briga continua. Mas as finanças públicas interferem em muitas outras coisas, a exemplo da qualidade do SUS, a qualidade das escolas públicas, em toda política de moradia, entre outras coisas.

Essa dinâmica das finanças públicas, na lógica que vem prevalecendo, ou seja, como parte desse projeto de desenvolvimento que está em curso, é um obstáculo ao avanço da luta feminista. O feminismo demanda uma outra forma de relacionamento do Estado com algumas funções atribuídas às mulheres, como a função da maternidade, a função de cumprir com todos os cuidados familiares. Então, para nós, isso se torna um problema.

Uma outra movimentação que tem a ver com as finanças públicas é aquela que faz a crítica à própria política econômica. Pretendemos discutir a questão tributária incluindo a forma de arrecadação no Brasil, que é o que explica a concentração de renda. A forma de captar os recursos no Brasil, e a forma de gastar, aumenta a desigualdade. No Brasil, cobra-se impostos desigualmente. Paga menos quem ganha mais e paga, proporcionalmente, mais quem ganha menos. Isso atinge muito as mulheres, especialmente, dos setores populares. Entretanto, é um tema árido, distante e difícil de se construir um campo de aliança para enfrentá-lo.

Isso é ainda pior, quando percebemos que as finanças públicas passam a ser compreendidas em um outro sentido que não o do financiamento e construção de políticas distributivas para alterar essa desigualdade. Isso tem muito a ver com o ambiente cultural, que é um outro problema desse contexto para o feminismo.

AMBIENTE CULTURAL E MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO

Esse ambiente cultural, de um lado, está carregado por um ideário liberal crescente, conservador e também fundamentalista. No caso do Brasil é o fundamentalismo cristão, que é a religião que prevalece no ocidente.

O que tem de problema nesse ambiente cultural? Em primeiro lugar a influência do neoliberalismo cria uma ambiência aonde tudo vai podendo virar mercadoria, sem que isso seja visto como problema. Se nos primórdios o feminismo falava da mulher como objeto, criticava a tentativa de fazer da mulher objeto, hoje tem toda a discussão da mercantilização do corpo das mulheres, que se aprofundou de uma maneira até então ainda não vivenciada.

Na AMB, vem crescendo a preocupação com essa mercantilização do corpo das mulheres, da sexualidade, em especial quando está associada a um outro elemento da conjuntura que é uma espécie de descarte do feminismo, ou seja, uma idéia de que não é mais necessário que as mulheres façam a luta feminista.

A revista Veja, que é um exemplo de revista de pensamento conservador no Brasil, hoje, alguns meses atrás, fez um número especial só sobre os prejuízos que o feminismo trouxe para as mulheres, usando um discurso que já está se tornando comum, que é afirmar que nós mulheres éramos mais felizes e saudáveis, antes de “tanta emancipação”. Os dados que usam são os índices (reais, é verdade) de adoecimento entre as mulheres, enfartes, estresse, que “antes”, não tínhamos. Dizem que antes do feminismo.

Este é um discurso conservador que vai ganhando espaço editorial e vai fazendo sucesso como aquele livrinho “Mulheres Inteligentes e Escolhas Insensatas” e outras coisas mais. É óbvio que todos esquecem, ou omitem por opção, o adoecimento maior das mulheres, adoecimento de longa data, decorrente da dupla jornada e aquele outro processo de adoecimento, mais antigo ainda, decorrente do confinamento no ambiente doméstico, da violência e outras formas de dominação. Falo das doenças mentais, entre as mulheres, falo do uso e abuso de tranquilizantes pelas mulheres, um problema de saúde pública.

Mas não, vivemos num contexto em que prevalece a idéia de que a pseudo igualdade já está conquistada e que o feminismo já deu o que tinha de dar, sendo que, parte de seus resultados foram nefastos, foi deixar as mulheres trabalhando mais e adoecendo mais. Uma idéia absurdamente perniciosa para as mulheres.

Então vejamos, nesta ambiência cultural liberal-conservadora temos o campo da mercantilização, que avança sobre as mulheres, aguçando essa dimensão do problema das mulheres como objeto, questão apontada há muito tempo pelo feminismo. Tem também essa forma ideológica da mídia de tornar o feminismo algo irrelevante. Soma-se a isto um terceiro elemento: o crescimento no mundo do fundamentalismo, no nosso caso, o fundamentalismo cristão, incluindo igreja católica e as igrejas protestantes.

Os setores progressistas de todas as igrejas cristãs estão bastante preocupados com o campo fundamentalista porque tanto ameaça a própria permanência dos trabalhos da igreja progressista, como do ponto de vista do feminismo recolocam muito fortemente concepções bastante conservadoras do lugar da mulher na sociedade. Assim sendo, nós estamos num ambiente cultural nada favorável à luta feminista: com antigos problemas se aprofundando e com problemas, que se supunha já superados, reaparecendo com uma força imensa.

Esses setores conservadores religiosos, praticamente, destruíram a teologia da libertação e outros espaços de apoio para os movimentos sociais. Estão

crescendo em poder político, nas eleições isso é muito expressivo, a forma de influenciar as bancadas. Assim, ressurgiu uma discussão de defesa do Estado Laico, de como um Estado democrático precisa ser independente de preceitos religiosos e ressurgiu toda uma discussão com relação às religiões afro.

Para se ter uma idéia de como a situação é grave, em Manaus, por exemplo, com apoio de sete setores de igrejas cristãs, se criou um movimento mestiço que nega o movimento negro e diz que a maioria da população é mestiça e que é preciso um movimento mestiço. A principal questão desse movimento mestiço é a negação das religiões afro como religiões.

No campo do movimento de mulheres, o conservadorismo aparece, especialmente, na área da discussão da sexualidade, dos direitos reprodutivos, do problema do aborto, e isso tem se colocado como um grande obstáculo e ameaça, na medida que esses setores vão ascendendo aos espaços de poder e aos espaços de participação, como conselhos de saúde e outros espaços de controle de políticas públicas.

Nós temos, hoje, efetivamente, uma ameaça a um Estado Democrático, ao princípio do Estado Laico, que está na constituição brasileira, por conta de um contexto conservador, liberal, mercantilizador da vida e dos corpos das pessoas. Esse ambiente cultural é um grande problema a ser enfrentado, do ponto de vista do feminismo, especialmente, no campo das práticas sociais cotidianas, mas também na repercussão que isso traz na constituição dos poderes instituídos, por exemplo, no Estado.

O PROBLEMA DA NÃO AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

Um terceiro campo de preocupações no contexto é a questão da autonomia econômica das mulheres, que se cruza um pouco com as questões das finanças públicas, porque a autonomia econômica das mulheres vai para além da idéia de um emprego. Trata-se de as mulheres terem a possibilidade de terem o seu

dinheiro, com controle sobre o seu dinheiro e autonomia, como pessoa adulta, e não serem dependentes, economicamente.

Esta é uma discussão antiga entre os movimentos de mulheres, é a questão da dependência econômica das mulheres em relação aos pais ou aos maridos. Hoje, a possibilidade das mulheres poderem ser seres com independência econômica se vê limitada por várias questões.

De um lado, tem a questão do desemprego, a maior exploração das mulheres, o mercado de trabalho segmentado, os piores postos de trabalho, em geral, que é onde tem a maioria da população feminina e as mulheres sendo as primeiras a serem demitidas em momentos de crise. Há um contexto extremamente ameaçador à possibilidade da independência financeira das mulheres, pensando, por exemplo, na área do assalariamento urbano.

Mas, na medida que não avança o fundo público de moradia, fundo para saúde, fundo para creche, o contexto que pode possibilitar as mulheres de terem alguma independência financeira, também piora. Se você tem uma moradia, por exemplo, na cidade, você pode não ter um emprego, mas você pode abrir uma barraca e ganhar algum dinheiro ali e manter alguma independência financeira. Mas, se você não tem a moradia, você também não tem a creche onde deixar as crianças, se você não tem a terra para plantar, você vai ficando muito limitada nas possibilidades de conquista de autonomia.

Nós, mulheres, somos da classe trabalhadora, o sexo desprotegido. A maioria das pessoas que estão excluídas do acesso à previdência são mulheres, porque 70% dos trabalhadores que estão no setor informal são mulheres, não por acaso, e a maioria dos que estão em trabalho precário, também são mulheres.

As mulheres saem e voltam ao mercado de trabalho, porque, às vezes têm que parir ou cuidar de criança, ou alguém da família adoeceu e elas têm que largar tudo e cuidar da pessoa. Nós, mulheres, temos uma vida profissional mais

irregular, por isso também ficamos com uma participação muito irregular nos benefícios sociais.

Nós temos uma sobrecarga de trabalho por conta da dupla jornada, temos trabalho remunerado para garantir alguma independência financeira e o trabalho não remunerado, para a própria família, com tudo que isso significa. Você tem uma inserção no mercado de trabalho, seja no mercado assalariado rural ou no mercado urbano, bastante precária. Nós acompanhamos a luta das mulheres pelo direito à propriedade, seja da casa na cidade ou da terra na área rural, e a luta pela titulação em nome das mulheres.

A AMB, até hoje, tem uma composição, preponderantemente, urbana, seja nas capitais, nas periferias ou nas cidades do interior. Mas tem, também, participação de mulheres rurais. Especialmente na área urbana essa questão da autonomia econômica está se colocando como um problema urgente, dada a situação de crise e a um contexto que parece não apontar muitos horizontes do ponto de vista dos programas de governo. Parece que, no curto prazo, não haverá grandes modificações, seja no plano dos investimentos na produção, seja nos gastos sociais.

Por outro lado, nós sabemos que o governo Lula, nesse último ano, já passou por uma série de crises. Não falo da corrupção, eu falo das críticas colocadas pelos movimentos sociais em relação à política econômica, em relação ao limitado avanço na área da reforma agrária, aos limites no avanço do aprimoramento do Sistema Único de Saúde, e agora teve o manifesto em relação ao fundo de moradia. Isso amplia as chances de alterar, um pouco, o contexto no segundo governo.

Estas três problemáticas: as finanças públicas, o desafio da independência financeira das mulheres, e a ambiência cultural conservadora, vão permanecer em um horizonte largo, não é coisa de curto prazo. É uma tendência, a financeirização do sistema capitalista, o modo como ele funciona agora e a

influência disso sobre as finanças públicas dos Estados dependentes não vai reduzir-se da noite para o dia. É um contexto problemático, de médio e longo prazo, a ser enfrentado.

A CRISE NA POLÍTICA

O quarto problema, que eu queria discutir, é a questão da crise na política. Já há alguns anos setores dos movimentos sociais, entre eles a AMB, vêm discutindo uma coisa que tem se chamado de reinvenção da política. Começamos a fazer essa discussão em 2005, depois fizemos debates no Fórum Social Nordestino, avançamos com o debate no Fórum Social Brasileiro, e chegamos, agora, a uma plataforma sobre a reforma política que estamos tentando aprimorar.

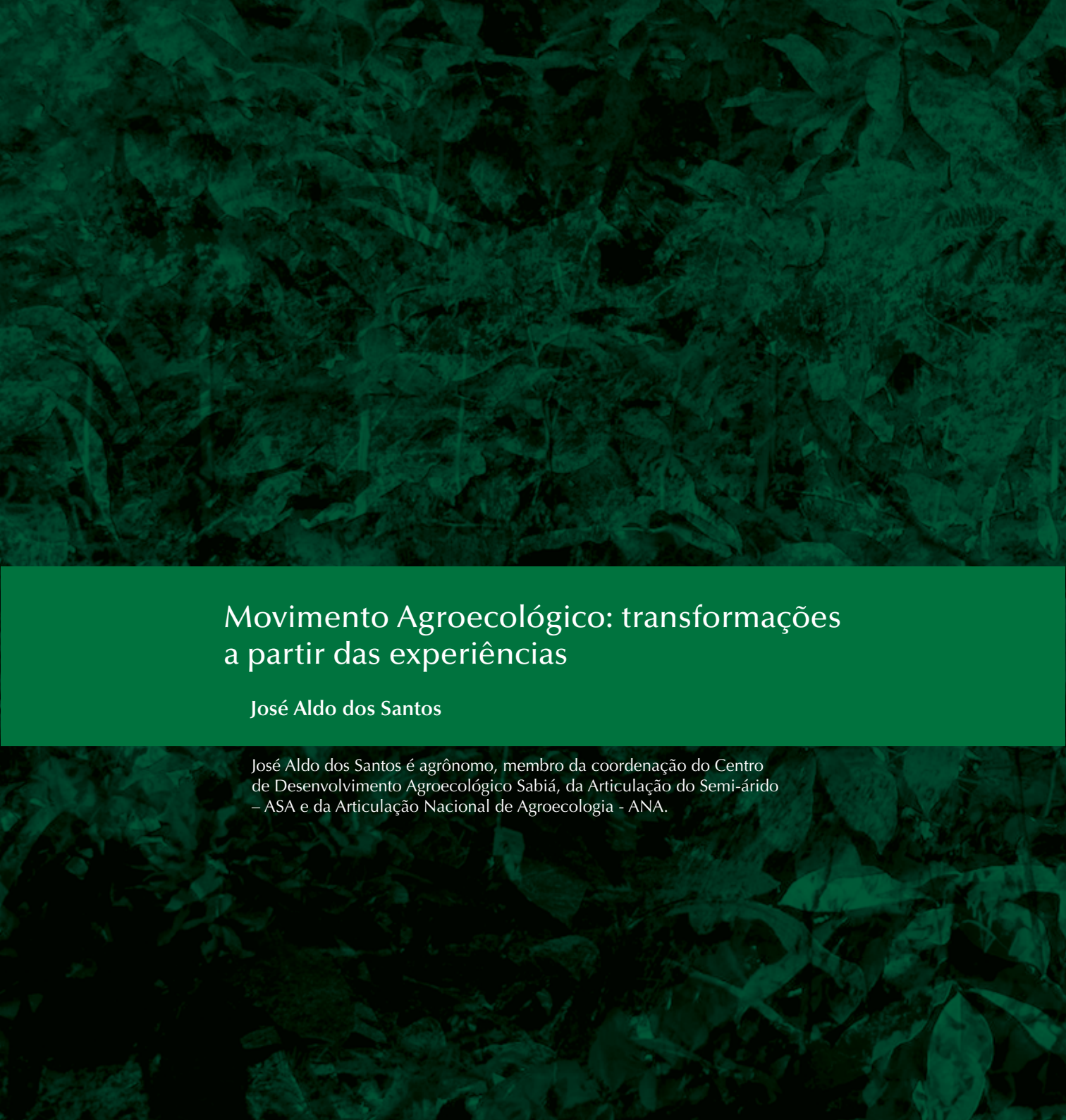
A idéia consensual é que, do jeito que está o sistema político brasileiro, não há base institucional para enfrentarmos melhor esses desafios - esses três que a AMB vê e outros, que outros movimentos vêem, e que outros setores do feminismo vêem. Temos que retomar o sentido da política em pelo menos algumas frentes. A idéia é estarmos construindo, com diferentes movimentos sociais, um debate sobre o sentido da participação política, de modo a remobilizar os movimentos e a sociedade para uma presença política no debate sobre o Brasil. Isso tem haver com a crise da democracia representativa, o legislativo, e os poderes executivos.

Na verdade, a tendência dos partidos é resumir a discussão da reforma política à reforma partidária e eleitoral, e estamos querendo influir nos instrumentos de participação, na comunicação e na questão do judiciário, que é um poder intocável, sem qualquer controle externo.

A gente quer discutir o controle social, também, sobre o Judiciário, o Congresso Nacional, deputados estaduais e vereadores e não só sobre os executivos. Mas queremos, principalmente, discutir os mecanismos da democracia participativa e seu fortalecimento. Por um lado, eles estão jogados na vala comum da crítica de que os conselhos não fazem sentido. Entretanto, ninguém tem coisa melhor

para botar no lugar e se reconhece a necessidade de ter espaços de controle sobre o poder público.

Por outro lado, queremos discutir o sentido de participação política, entendendo a constituição de movimentos sociais como expressão de participação política legítima, especialmente, no contexto de criminalização dos movimentos sociais em que estamos.

The background of the entire page is a dense, close-up photograph of green leaves and plants, creating a textured, naturalistic pattern. The colors range from deep forest green to lighter, sunlit green tones.

Movimento Agroecológico: transformações a partir das experiências

José Aldo dos Santos

José Aldo dos Santos é agrônomo, membro da coordenação do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, da Articulação do Semi-árido – ASA e da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA.

Para fazer uma análise do contexto, no olhar do movimento agroecológico, é importante colocar em que quadro nós estamos inseridos e quais são as forças que estão dominando. Estamos inseridos no quadro de neoliberalismo, mesmo em crise, um quadro de domínio nacional de algumas transnacionais sobre a questão da alimentação. Só para se ter uma idéia, o grupo que comprou o hiperbompreço, Wal-Mart, detém hoje 8% dos alimentos do mundo. Significa dizer que a Wal-Mart é uma força internacional que interfere no debate do contexto no campo agroecológico. Falar hoje de agronegócio não é falar só da grande propriedade da terra, é falar de uma dimensão mais ampla, da dimensão do controle do capital internacional. Quando eu falo do agronegócio da cana, o agronegócio da soja, eu não estou falando mais só do grande plantador de cana, do grande plantador de soja, estamos falando de toda uma cadeia econômica internacional. Esse é um contexto do campo empresarial, da macroeconomia, no qual está inserido, hoje, o nosso contexto de ação do campo agroecológico.

O que é mais grave é ver se falar de contexto internacional com todo um discurso de elementos ambientais. Eles falam da cana, falando de energia limpa, energia pura. Falam da soja falando também da construção de possíveis matérias prima para um biocombustível. Este discurso é também um elemento importante nesse contexto que nós estamos vivenciando.

Na construção dos últimos dez anos no Brasil, é impressionante como, ideologicamente, chegou à sociedade a visão do agronegócio como sendo produtor de alimentos, como gerador de economia para o país. A balança comercial tem um peso muito forte do agronegócio. Esse discurso ideológico tomou, não só mais o debate político da classe média, classe alta, ele tomou a classe social mais popular. Tem até um lema que diz: “O negócio do Brasil é o agronegócio ou o agronegócio é o negócio do Brasil”. Nesse lema está embutido um debate forte do nosso contexto.

Em 2004 o grande produtor, o produtor que estava desenvolvendo o agronegócio, recebeu 24 bilhões de recursos do governo federal. A agricultura familiar e a agricultura camponesa receberam 3 bilhões. Isso é oito vezes menos, e tem movimento social avaliando o seguinte: os agricultores familiares ou camponeses que não pegaram o crédito estão melhores do que quem pegou o crédito. Está em crise o debate sobre o crédito da agricultura familiar. Por que está em crise? Porque o modelo do repasse do recurso da agricultura familiar é um modelo que, na expressão popular, engorda o agronegócio. Por quê? Ele já vem com um pacote definido e isso quem gerencia, quem tem o lucro, de fato, não é a agricultura familiar, é uma relação direta com a empresa, o maquinário, todos os adubos e os insumos que vêm nessa relação do pacote.

Há uma mudança em 2005 muito significativa. A agricultura familiar cresceu de 3 e pouco para 9 bilhões, mas, ao mesmo tempo, o agronegócio cresce para 45 bilhões. O crescimento é sempre desproporcional, ao mesmo tempo você tem, para reforma agrária, apenas 3,4 bilhões. A desproporcionalidade dos distintos recursos do governo, dos recursos públicos destinados para o setor do agronegócio, o setor da agricultura familiar e camponesa, é desproporcional, considerando ainda os instrumentos de acesso que a agricultura familiar tem.

O povo do agronegócio tem um poder de mobilização política impressionante. O último ‘tratoração’ que fizeram, eles conseguiram negociar três bilhões. Nós

estamos num processo de financiamento público extremamente preso a uma lógica macroeconômica definida pelo governo federal. Essa é uma definição macro. Como é que nos colocamos num debate internacional, frente ao que nós estamos vivenciando, hoje, com reflexo do governo federal? Isso é um elemento importante, nesse contexto, para nós considerarmos quando estamos falando do nosso movimento agroecológico.

O SENTIDO POLÍTICO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

O Movimento Agroecológico não está inserido só no embate de apresentar o conjunto de experiências locais, como tendo um papel fundamental de geração de políticas públicas, é preciso ter um embate de ser sujeito político de uma transformação que é muito mais ampla do que só o nível local, da comunidade. Isso é um sentido novo, colocado para o debate do movimento agroecológico.

Na década de 70 e 80 as nossas lutas eram em função de grupos de agriculturas biológicas, grupos de agricultura alternativa, que tinham sentido dentro das universidades, dentro das escolas técnicas. Hoje, o sentido político que ele trás tem um debate mais amplo de que o movimento agroecológico só no sentido técnico. Ele amplia com os centros, com as universidades, com os movimentos sociais. A grande questão colocada hoje, é que nós não tínhamos idéia, 15-20 anos atrás, de que os movimentos sociais, sejam eles de agricultura familiar, economia solidária, desenvolvimento local, rural ou sustentável, todos precisam colocar a essência do debate da agroecologia, como elemento que vai além da dimensão tecnológica. É esse aspecto que eu vejo que, no contexto atual, a gente faz uma leitura do significado do papel dos movimentos feministas, movimentos das quebradeiras de coco, quilombolas, à luz de uma abordagem agroecológica colocada como elemento de base científico, tecnológico, e sócio-político. Não é mais um contexto pensado a partir da técnica da boa experiência que produz ambientalmente mais sustentável. Ela tem outros elementos, pois não é só

experiência que gera segurança alimentar, que gera novos direitos territoriais, que gera novas relações com o mercado. O Movimento agroecológico tem um sentido político na transformação nesse contexto que estamos vivenciando.

Nós devemos analisar, também, em que contexto nós vamos estar inseridos nos próximos anos e, faço isso, chamando um pouco para nossa responsabilidade coletiva sobre a construção nessa diversidade. Esse é um elemento estruturante do debate da agroecologia: ele se pauta, ele se constrói a partir da diversidade e é isso que, muitas vezes, faz com que o movimento tenha uma vida de ressignificação do processo democrático de desenvolvimento diferente do que nós construímos até então. Por que nós estávamos pautando ou por uma destonalidade de um movimento, de uma organização ou de uma instituição? O desafio é que processos de redes nos colocam a construção a partir de elementos diferentes.

DESAFIOS DO NOVO CONTEXTO

Os desafios de mudança no campo da agroecologia, no campo do feminismo, no campo mais amplo da mudança democrática do novo governo, não podem ter um significado muito simples, como foi nesse momento. Por que isso? Porque o contexto coloca dois desafios para nós. Garantir de fato uma nova concepção para a sociedade do significado do agronegócio. Porque o agronegócio se constituiu numa lógica que dizemos, no popular, “é um novo rótulo para uma velha garrafa”. É a garrafa do latifúndio, é a garrafa velha do processo da oligarquia e o rótulo novo é a produção de alimentos pautada pelo avanço tecnológico e, é claro, a industrialização da agricultura.

O processo da revolução verde ele continua, da década de 70 até hoje. Transgênicos, nanotecnologia... não tem mais limites. O limite é o processo de mercantilização, o processo de aumento do controle. A previsão no campo das sementes é de que nós teremos seis grandes transnacionais controlando todas as sementes do mundo.

Esse é um debate de que, quando trazemos para esse campo, trazemos um campo prático, concreto como elemento transformador de um processo mais amplo, que muitas vezes nós não estamos conseguindo, ainda, fazer a leitura. Qual é a leitura que eu tenho de um caderno de sistematização de experiências? A leitura que tenho de um movimento como o da ocupação da Aracruz Celulose? Qual é o significado para o embate político nesse contexto do movimento agroecológico?

No atual contexto do governo Lula, nestes quatro anos, nós conseguimos alguns avanços no campo da agroecologia. Quais os avanços? Pessoas que estão dentro do governo encontraram algumas brechas. Não mais do que isso. Os avanços não foram como elemento de política pública. O grande avanço – e aí só para dizer o seguinte: os conselhos têm um papel estratégico – é que nós conseguimos o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, por dentro do Consea. O PAA tem um grande peso político. Inclusive, ele começa a ser contestado pela organização mundial do comércio, porque ela diz que no PAA está embutido uma lógica de subsídios de crédito diferenciado, enquanto o Brasil luta para cair o subsídio agrícola de outros países. Por quê? Porque é um programa que chega direto. Eu escutei depoimentos de crianças em escolas, de mulheres dizendo: o meu alface, o meu coentro, está lá para fazer a sopa da escola. Coisa que não acontecia. Agora, eu não posso dizer que com uma ação dessa nós revolucionamos, mudamos a lógica das políticas públicas governamentais. Não mudamos! Mas temos elementos, temos subsídios, para ampliar esse processo. Eu acredito e imagino que um novo contexto de articulação dos movimentos pode fazer uma pressão diferente no próximo governo.

O próximo governo não está pautado pela agroecologia, ele vai mais para a direita do que a gente imagina. No Encontro Nacional de Agroecologia - ENA, nós conseguimos ter cinco dias de um evento onde todas as diversidades estavam presentes, o fruto disso foi um conjunto de troca, de intercâmbio de

informações, de geração de conhecimento, que se expressou numa carta política que faz a crítica ao governo, que junta a unidade do processo político e coloca desafios para a construção das políticas públicas. Eu acho que o ENA tem um significado, não como um evento, ele é um espaço de mobilização, de expressão das diferenças do campo agroecológico. E o campo agroecológico estava muito bem expresso com um poder de participação impressionante no debate, inclusive no que diz respeito à inclusão política das mulheres. Eu acho que foi um outro marco do II ENA, diferente do primeiro.

Têm dois desafios para nós do movimento agroecológico. Primeiro a defesa da agricultura familiar como base social e econômica do mundo rural. Quando eu estou falando agricultura familiar, estou incluindo a agricultura camponesa, os(as) assentados(as), os(as) quilombolas, os(as) ribeirinhos(as)... Toda a diversidade dos povos que estão no mundo rural. Esse é um grande desafio, porque a própria existência da expressão sócio-político-cultural dessas famílias, dessas pessoas, é um significado de mudança no contexto da relação com a sociedade. Só para se ter uma idéia, se estima de que a cada ano desaparecem 100 mil estabelecimentos de agricultura familiar no país. Isso se deve à concentração de terra, expulsão. A lógica do acampamento, assentamento, não consegue recuperar essa defasagem de desaparecimento de estabelecimento da agricultura familiar no país. Significa que é preciso uma luta para nós garantirmos que essas populações possam estar existindo, enquanto protagonistas e sujeitos da mudança política.

E um outro desafio é a promoção da agroecologia como paradigma científico-tecnológico da agricultura. Essa promoção da agroecologia está intrincada com os processos dos movimentos sociais. Nós temos como convicção, dentro do debate na Articulação Nacional de Agroecologia, que o fortalecimento do movimento agroecológico só vai se dar se cada movimento internalizar nas suas bandeiras, nos seus processos, a agroecologia como referencial. Se isso não acontecer não vamos ter mudança efetiva de cada movimento.

Entender a agroecologia como uma ciência, entender agroecologia como resignificado social e político das famílias do campo, nessa transformação. E acreditamos que, com essa ação em rede dos diversos movimentos sociais a gente possa fazer um contexto nos próximos quatro anos diferente do atual.

The background of the entire page is a dense, close-up photograph of green leaves and plants, creating a textured, naturalistic pattern. The leaves vary in shape and size, with some showing prominent veins. The overall color palette is various shades of green, from light to dark.

Divisão Sexual do Trabalho: Desafio para a Agroecologia

Maria Betânia Ávila

Maria Betânia Ávila é socióloga e coordenadora geral do SOS
CORPO Instituto Feminista para a Democracia

É um prazer estar aqui nesse seminário. Para nós, do SOS CORPO, é super importante esse momento. Mas não só para o SOS CORPO, também para a Casa da Mulher do Nordeste, Fase, Sabiá e Centro das Mulheres do Cabo. É um prazer termos conseguido fazer em conjunto e termos conseguido esse conjunto de participantes. Quer dizer, tem um duplo conjunto aqui. Um duplo coletivo. O coletivo que organizou e o coletivo que está aqui participando. No fim o que prevalece é o coletivo que está aqui. O seminário será o que esse esforço conjunto conseguir transformar.

A minha tarefa é falar da concepção teórico-política do feminismo e o trabalho das mulheres. A reflexão a partir da qual eu vou dialogar, aqui com vocês, é um pensamento sobre a questão do feminismo já ancorada no conceito de trabalho. Eu vou falar sobre a questão do trabalho como uma dimensão estratégica e estrutural do feminismo, do ponto de vista teórico e prático. O que vai organizar o meu pensamento sobre o feminismo hoje é a questão do trabalho. Eu acho que pode ter outras dimensões que estructurem também, o trabalho não é a única dimensão que estrutura o feminismo, mas, pra mim ela é fundamental.

O feminismo, na perspectiva que eu trabalho, é um pensamento crítico, um movimento político e uma prática política. Dentro desse movimento político já tem pensamento crítico e prática política, ambos questionando as relações sociais de dominação e exploração das mulheres, tanto materiais, quanto simbólicas.

Um movimento de transformação social, transformação das relações desiguais de gênero, portanto, um movimento de transformação da vida das mulheres. Mas para transformar a vida das mulheres, é necessário transformar as relações sociais. Nós não podemos transformar a vida das mulheres deixando o mundo no mesmo lugar. As propostas liberais falam de uma igualdade nesse mesmo sistema, tentam dizer que nós podemos chegar em algum lugar de igualdade sem mudar o que está em torno, mas isso é uma hipótese e uma proposta falsa. Ela está centrada numa proposição de oportunidade para algumas pessoas apenas, que é justamente a referência da proposta liberal, mas não é dessa que eu vou tratar. A ordem social que mantém esse sistema, que o reproduz, é uma ordem social capitalista e patriarcal. E ela já está organizada, já se sustenta com base nessas desigualdades. Quer dizer, superar essas desigualdades é parte da superação do sistema que está aí.

A militância e a reflexão crítica-teórica formam a práxis feminista desde a sua origem. Faz parte do movimento feminista uma prática de militância, de denúncia, de proposição, de transformação dos pensamentos, da lógica que está aí, faz parte do movimento uma reflexão crítica e a construção de um pensamento teórico. Como eu falei antes a dominação inclui dimensões simbólicas e materiais. Uma grande questão da dimensão simbólica é como o conhecimento foi produzido, porque a produção do conhecimento sempre foi hegemonizada por uma forma androcêntrica, quer dizer, patriarcal, de produzir o conhecimento. Então, no feminismo, nós temos que construir uma teoria crítica, uma produção teórica que diga: “olha, essa produção teórica, das ciências, que está aí não explica a nossa desigualdade”. Só se começa a tratar da desigualdade entre homens e mulheres a partir do feminismo, como uma teoria crítica, porque na tradição se olhava o mundo, mesmo quem criticava o mundo, via todas as desigualdades, mas achavam que as desigualdades entre os homens e as mulheres faziam parte de uma naturalidade da realidade social.

Por isso que o feminismo precisou, desde a origem, ter uma prática política, ser um movimento político, mas ter um pensamento crítico também, construir uma teoria crítica que interpelasse, inclusive, a produção científica.

A questão do trabalho é, para o feminismo, uma questão teórica e uma questão política. Na prática feminista, mas não só nela, conhecer e agir são dimensões inseparáveis para construção do sujeito. Para sermos sujeito político, para sermos sujeito da transformação, é preciso que nós conheçamos a realidade, tenhamos capacidade de analisar a realidade criticamente para agir, porque não podemos agir espontaneamente. Esses processos, como esse seminário, fazem parte justamente desse momento importante para nós como sujeito, onde nós conhecemos e preparamos uma ação também em relação ao mundo e às coisas que nós queremos transformar.

A questão do trabalho é uma questão estrutural na conformação das relações de gênero. Através de uma análise do trabalho, podemos explicar uma dimensão básica da lógica de reprodução social capitalista e patriarcal e, a partir dessa análise, encontrar os elementos importantes que estruturam a exploração e dominação das mulheres.

As análises sobre trabalho, que todo mundo aqui se coloca, vem de uma tradição, que não é a tradição liberal, é uma tradição que tem origem numa teoria crítica também, que é a teoria marxista, a teoria do materialismo dialético, que leva em conta a história e a construção histórica das coisas. O grande legado dessa teoria, para o feminismo, é essa idéia de teoria crítica, independente de que nós tenhamos algumas discordâncias com algumas coisas, temos que reconhecer que é daí que nasce a idéia da teoria crítica. De forma simples, teoria crítica quer dizer: eu vou pensar o mundo não do jeito que eu vejo o mundo, do jeito que eu olho para ele e acho que ele é, eu vou pensar o mundo indo mais além, mostrando o que está por trás de tudo isso, criticando, inclusive, as explicações sobre o mundo.

A teoria crítica marxista mostra que a relação capital-trabalho é uma relação estruturante das relações sociais nesse sistema e que essa relação capital-trabalho é, e será, sempre conflitiva, contraditória, e que a exploração é a forma de realizar esta relação. Essa relação entre o capital e o trabalho se realiza através da exploração de um setor da sociedade por outro. Já aconteceram outras formas de trabalho ao longo da história da humanidade. As pessoas que estudam o trabalho dizem que nas sociedades primitivas existia um modo de trabalho livre. Quer dizer, ninguém se apropriava do trabalho de ninguém, todos trabalhavam para suprir as necessidades gerais. Depois veio o modo escravista. No escravismo o proprietário se apossa não apenas do trabalho, mas se apossa do outro e da outra. É a posse da condição do outro, é a negação, inclusive, dos outros, das outras, como sujeito.

TRABALHO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A história do Brasil tem como base, na sua formação social, o trabalho escravo, e o trabalho escravo tem como base, uma relação social de raça. Portanto, não só houve o trabalho escravo no Brasil, como foi o trabalho escravo da população negra. É bom que nós guarde isso, a questão do trabalho na formação social brasileira está fundada numa relação escravista não só de uma classe sobre outra, mas de uma raça sobre outra. A população negra livre veio da África e foi escravizada no Brasil. Da África não veio escravo, da África veio povo. A escravidão se deu como uma relação social aqui. Nós também aqui temos que pensar isso, se estamos pensando o Brasil, pensar a relação trabalho, gênero, raça e classe. No caso do Brasil temos resquícios de trabalho escravo sendo descoberto ainda hoje.

Um outro modo de relação de trabalho é a relação feudal. Há uma grande discussão se o Brasil já teve feudalismo ou não, mas esse não é o nosso caso aqui. Na relação feudal não tinha a posse do outro, essa posse escravista, mas a propriedade era do senhor e outros trabalhavam nessa propriedade, não tinham

salário, mas produziam e a maior parte do que produziam ia para os senhores da terra, para os reis, os servos ficavam com alguma coisa para sua sobrevivência e também não tinham posse de nada.

E finalmente temos as relações capitalistas, que se baseiam na apropriação da força de trabalho. E qual é a grande questão desta relação? É que a força de trabalho das pessoas se torna uma mercadoria, as pessoas vendem sua força de trabalho. A primeira mercantilização que o capitalismo fez foi mercantilizar a força de trabalho das pessoas. A sua energia, o seu tempo, o seu saber, a sua capacidade, tudo isso forma a sua força de trabalho e a sua força de trabalho virou mercadoria, você vende essa força de trabalho. E, através da transformação da força de trabalho em mercadoria, o capitalista se apropria da força de trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Marx fala do trabalho como um lugar da própria construção do nosso ser, do nosso sentido mesmo. É pelo trabalho que nós nos construímos como ser. E fala da importância do trabalho como uma questão coletiva. Quer dizer, é como coletivo que nós produzimos. Mas também falava do trabalho, mesmo Marx, como uma forma de dominação da natureza. Do ponto de vista feminista mesmo, se apoiando na teoria crítica marxista, nós fazemos a crítica a essa idéia do trabalho nessa perspectiva. O campo agroecológico também. Temos que trazer algumas críticas, porque precisamos repensar o trabalho na sua relação com a natureza. Quer dizer, o trabalho não só como um instrumento de dominação da natureza. Como é que nós vamos reconceitualizar isso?

Nessas grandes teorias sobre o trabalho a questão central da relação social está centrada no conceito de classe social, determinada nessa relação entre o sujeito que mantém os meios de produção que é o capitalista, a classe burguesa, e quem vende sua força de trabalho que é chamado o proletariado. Quando nós, na perspectiva feminista, vamos questionar o trabalho, nós vamos ver outras coisas, a formação de outras relações sociais, como a relação social de gênero.

A divisão social do trabalho, classicamente, só foi pensada entre os que detêm os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho. Tem uma autora chamada Cristina Carrasco que diz que a visão feminista está muito próxima da economia marxista por sua visão histórica e de relações sociais, mas ela aponta o limite de considerar apenas o campo da produção e das relações de classe. Tem a produção, mas tem também a reprodução. A reprodução não é puramente substrato da produção. Essa relação entre vender a força de trabalho e não ter os meios de produção não explica tudo. Inclusive, porque, nessas explicações, uma grande parte do trabalho que foi consignado às mulheres está fora dessa análise: o trabalho doméstico, o trabalho não remunerado feito pelas mulheres.

Atualmente alguns teóricos falam muito do fim do trabalho, que é parte da construção da ideologia neoliberal, que diz que o trabalho acabou, que não é mais central na compreensão do mundo. Quem prega o fim do trabalho está, certamente, longe, e não ver os trabalhadores e as trabalhadoras dos países do sul e as suas condições precárias, e cada vez mais sobrecarregados(as) de trabalho.

O feminismo, como dimensão política, sempre discutiu a questão do trabalho, tendo o trabalho das mulheres como bandeira política, alguns momentos mais, outros momentos menos. Na década passada eu acho que isso refluíu, quer dizer, baixou um pouco o debate, mas eu acho que há uma retomada nesses últimos seis ou oito anos, uma retomada da questão do trabalho como a questão central. Nós temos que dar o mérito ao movimento sindical, pois foi o movimento sindical que manteve o trabalho como pauta social e política. Podemos dizer que as demandas foram limitantes ou foram muito corporativistas nesses últimos tempos, mas manteve o trabalho como uma pauta social e uma pauta política.

As feministas trouxeram uma nova concepção da divisão do trabalho que não nega divisão social de trabalho, mas que radicaliza, do meu ponto de vista, a teoria crítica sobre o trabalho, porque diz: dentro da divisão social do trabalho tem a divisão sexual do trabalho, tem uma separação entre trabalho produtivo

e trabalho reprodutivo, e também entre trabalho assalariado e trabalho não assalariado. Esta explicação está dentro de uma corrente do pensamento feminista que diz que a divisão sexual do trabalho é um elemento estruturante das relações de gênero, ou das relações sociais de sexo, que significa a mesma coisa. A questão do trabalho, nessa perspectiva, é estruturante da própria concepção feminista da desigualdade entre homens e mulheres.

A desigualdade entre homens e mulheres não se restringe a relações puramente pessoais, evidentemente que essa é uma dimensão das relações sociais, mas são as formas como as relações sociais estão estruturadas em geral. São as práticas sociais, os padrões de comportamento, as normas, as instituições, e finalmente a distribuição da riqueza e do poder, que conformam as estruturas da sociedade.

Para a corrente teórica que vê a igualdade como uma questão de busca de oportunidade a divisão sexual do trabalho é explicada como uma complementariedade orgânica. Ela constrói elos através dos papéis sociais complementares: o homem faz isso, a mulher faz aquilo. É complemento. Isso, na teoria, se chama uma visão funcionalista, quer dizer, explica como funciona aparentemente, mas se nós formos olhar direitinho não é assim que funciona. Eu sempre digo: longe de nós feministas a idéia de complementariedade. Ela é uma armadilha. Na complementariedade nós sempre fomos o complemento. Portanto, uma teoria que explique a relação entre os sexos como complementariedade não nos serve porque, inclusive, não vai nos dá os elementos críticos para pensar a relação entre homens e mulheres. Nem essa relação e nem outras, porque a relação de gênero não está sozinha. Eu só expliquei que existe esse pensamento, mas não é ele que eu tomo como referência. Para uma outra, que é essa com a qual eu trabalho, a divisão sexual do trabalho, ou a divisão social do trabalho mesmo, são relações contraditórias, de antagonismos formadas por opressão, por exploração, e são relações de poder. Não é uma maneira de funcionar, de complementar. Ela envolve relações de poder, relação de exploração e relações de dominação.

Para nós tratarmos de divisão sexual do trabalho é necessário ter uma crítica do conceito de trabalho. Uma questão central é definir o que é trabalho. Dentro da teoria Marxista, o que é tomado como trabalho, é aquela ação que faz um produto que tem valor de troca. Eu faço uma coisa com o meu trabalho, aquilo vai para o mercado, tem um valor de troca, isso é considerado trabalho, aquilo que produz mais valia. O que é a mais valia? É a construção, justamente, do lucro e da acumulação, a fórmula que constrói o lucro e da concentração do capital.

As feministas fazem a crítica sobre isso dizendo que tem trabalho que produz valor mercantil, valor de compra e venda, mas tem trabalho que produz outros valores. Esta é a nossa crítica. Será que a única maneira de dizer que alguma coisa tem valor é quando se pode comprar e vender? Quais são os outros valores? Quer dizer, vemos o trabalho como a ação de transformar algo para atender nossas necessidades. Eu transformo algodão em tecido e aqui eu tenho um produto final que vai para o mercado, mas eu transformo, no interior do espaço doméstico, feijão cru em uma comida saborosa, para atender a necessidade da vida das pessoas. Qual é o valor disso? E por que se diz que não é trabalho se implica em uma ação, numa colocação de energia, de produção, de inteligência, de criatividade, se você está transformando algo? Quando eu cuido de uma criança, o que é isso? Eu estou fazendo uma coisa fundamental, não só da reprodução social, mas da reprodução da própria espécie humana. Então, por que isso não tem valor?

Segundo uma autora francesa que se chama Daniele Kergoat, a divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, e simultaneamente, a captação pelos homens das funções de forte valor social agregado. A divisão sexual do trabalho, segundo ela, está ligada também a significações, a outras formas e lugares ocupados pelos homens no mundo, na política, na religião, etc.

Para Kergoat essa forma de organização social tem dois princípios que organizam a divisão sexual do trabalho: o princípio da separação: há trabalhos

de homens e há trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico: um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher. O princípio hierárquico vai se reproduzindo de várias maneiras, tanto na estrutura macro, como na estrutura micro. A primeira hierarquia, o trabalho produtivo, apesar das mulheres fazerem também, é pensado como trabalho de homens e vale mais que um trabalho reprodutivo que é pensado como um trabalho das mulheres. Temos aí uma primeira hierarquia. Mas as mulheres no mercado de trabalho, fazendo o mesmo trabalho e tendo a mesma função, ganham menos do que os homens. Está aí uma outra dimensão da hierarquia. É porque as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo que isso acaba definindo o que é o seu lugar de menor valor no trabalho produtivo.

No Brasil, o salário das mulheres, na média geral, equivale a 68% do salário dos homens. Quer dizer, a mulher fazendo o mesmo trabalho que o homem faz, recebe só 68% do que o homem ganha. Isso é uma média geral mas, se nós tomarmos o trabalho das mulheres negras, esse percentual é menos de 50%. Então, essa hierarquia e essa valoração do trabalho está marcada por relação de classe, por relação de gênero e por relação de raça, no Brasil e em outros lugares do mundo. Nessa hierarquia do valor do trabalho são as mulheres negras que têm, no Brasil, o seu valor de trabalho na esfera produtiva com menos valor, portanto, lugar estruturante de desigualdade de raça e gênero. Por outro lado, as empregadas domésticas, que são a segunda maior categoria de trabalhadoras mulheres do Brasil (a primeira é das trabalhadoras rurais), é a categoria com menos direitos sociais, com níveis de exploração do trabalho dos mais bárbaros, e é também, composta majoritariamente pelas mulheres negras. Portanto, no Brasil, há confluência desses três elementos, a hierarquia de classe, raça e gênero. É parte da formação social do Brasil.

Muitas coisas aparentemente já mudaram, como por exemplo, as mulheres estão no mercado de trabalho cada vez mais, mas elas sempre estiveram,

desde os primeiros anos da formação do sistema capitalista industrial as mulheres e as crianças são força de trabalho, por isso eu vejo esta presença maior no mercado como mudança, não como transformação. Ainda prevalece a permanência das mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico e a permanência da sua desvalorização. Isso produz e reproduz a desigualdade da divisão sexual do trabalho.

O mercado de trabalho também se organiza por uma divisão social, e dentro dela a sexual, a qual está associada a divisão central entre trabalho produtivo-homens e trabalho reprodutivo-mulher. Portanto, as desigualdades no mercado de trabalho são importantes na análise, mas só através de uma análise que relacione mercado de trabalho e trabalho doméstico é possível aprofundar a compreensão dessa relação de desigualdade das mulheres na divisão sexual de trabalho. Na vida cotidiana, nós podemos ver como se dá essa contradição.

Existem muitas teorias sobre trabalho doméstico, mas há, por exemplo, uma teórica, Christine Delphy, que diz que o trabalho doméstico não é uma tarefa, o trabalho doméstico é uma relação social. Ela se diz materialista, marxista, mas ela tem uma teoria que diz que o trabalho doméstico é um modo de produção doméstica que convive com o modo de produção capitalista, que constrói uma determinada forma de exploração e dominação das mulheres. Inclusive, o casamento é a estrutura social que organiza essa forma de exploração. Uma outra teórica, Heleieth Saffioti, diz que o trabalho doméstico é uma forma de trabalho pré-capitalista que co-existe com a forma de produção capitalista. Marx dizia que, paralelo ao sistema capitalista, têm outras formas que se reproduzem de maneira não hegemônica. Heleieth Saffioti é uma teórica feminista brasileira que adota a perspectiva Marxista. Ela diz que o trabalho doméstico está relacionado à dominação patriarcal. Cristina Carrasco, diz que não seria possível a manutenção do trabalho assalariado na produção sem a sustentação do trabalho reprodutivo no âmbito doméstico.

TEMPO E TRABALHO DAS MULHERES

Para manter esse sistema se reproduzindo com aumento do nível de concentração de renda, com nível de desigualdade por um lado e essa dominação patriarcal por outro, isso não poderia se apoiar só no trabalho produtivo. Não se trata só de pensar se o trabalho doméstico vai ser remunerado ou não. Eu não acho que nós temos que mercantilizar todas as relações, mas temos que pensar qual é o valor desse trabalho; porque uma coisa é concreta, esse trabalho tem um impacto enorme na acumulação capitalista. A mais valia é analisada por uma fórmula marxista com base no tempo do trabalho empregado para produzir. É isso que agrega valor. Eu não vou falar disso aqui agora, porque é muito complicado, quero dizer apenas que é baseado no tempo. A média social do tempo é que deveria definir qual é o valor de um salário para o trabalhador ou uma categoria de trabalhadores. O tempo pago leva em conta o que essa pessoa precisa para se reproduzir. Ela tem que comprar comida, roupa. Tem que descansar para poder acordar no outro dia, etc. Na conta desse tempo não está o trabalho que transforma o produto que eu comprei em alimento para eu comer. Por exemplo, no valor do salário, está contada a compra do feijão, mas não está contada a preparação do feijão, não está contado quem cuida das crianças, essas coisas do trabalho doméstico.

A minha pergunta é a seguinte: Aonde está o tempo para fazer esse outro trabalho? E a minha resposta é a seguinte: Esse tempo é tirado da existência das mulheres, contado como tempo de existir das mulheres. Por isso a questão do tempo das mulheres não é só uma questão do tempo do trabalho, objetivamente, é uma questão da existência, o meu tempo de existir, de me construir como ser, como sujeito, é um tempo que não é visto, não é contado. Como Cristina Carrasco diz, é impossível, neste sistema, generalizar para todas as pessoas o tempo do trabalho produtivo e o tempo livre para se reproduzir. É preciso que existam aquelas pessoas cujo tempo livre está comprometido com uma outra

tarefa, que é a tarefa do tempo reprodutivo, no qual ela cuida da reprodução de todos. Sem essa pessoa, que é uma mulher, iria minar as bases da acumulação desse sistema. Essa divisão é uma divisão capitalista, mas ela é uma divisão patriarcal também, porque ela se constitui, não só numa divisão que afeta no sentido da acumulação do capital, mas ela também produz uma desigualdade entre os homens e as mulheres. Por isso eu disse, no começo, que o trabalho é um elemento estrutural das desigualdades sociais. Não estou dizendo que é o único, mas ele é, certamente, um elemento fundamental na construção dessa relação social.

A forma de desenvolvimento capitalista produziu, historicamente, uma vida cotidiana onde o tempo que conta, o tempo que tem valor, é aquele empregado na produção da mercadoria, gerador da mais valia e a mais valia é base da acumulação do capital. Portanto, a apropriação do tempo de trabalho é uma dimensão fundante e permanente da sociabilidade capitalista, quer dizer, das formas das pessoas se relacionarem, construindo suas vidas. No entanto, o tempo com o trabalho doméstico, no cuidado com a reprodução da vida das pessoas, não é levado em conta na distribuição do tempo, dentro das relações produção-reprodução. São duas lógicas absolutamente irreconciliáveis porque, inclusive, são dois tempos marcados diferentemente. A lógica do trabalho que se faz não remunerado, não pode está pautada pelas mesmas lógicas que definem o outro trabalho e elas são irreconciliáveis.

Nós vimos que, mesmo as tarefas que as mulheres fazem, sobretudo na agricultura, que produzem coisas para o mercado, portanto com valor de troca, são colocadas na categoria de trabalho doméstico, o que faz com que não seja percebido, também, como trabalho de valor. Nós fazemos um esquema para explicar, mas ele é muito mais complicado porque uma coisa vai dando sentido à outra. Por exemplo, quando as mulheres vão para o mercado de trabalho o patrão diz: ‘a mão-de-obra feminina é muito cara, é mais cara do que dos homens,

por isso elas têm um salário menor'. Faz uns dois ou três anos que Lais Abramo, que trabalha na Organização Internacional do Trabalho (OIT) fez uma pesquisa sobre isso. O resultado mostra que, o que é caro é que tudo que diz respeito aos custos com direitos sociais e trabalhistas ligados ao trabalho reprodutivo é colocado na conta das mulheres. Por exemplo, creche, tempo de amamentação, dispensa para levar filhos/as ao médico, etc. A Constituição Brasileira diz que toda empresa tem que ter creche, e não só as empresas que têm mulheres. No cotidiano as mulheres vão para o trabalho produtivo levando consigo as preocupações com o trabalho reprodutivo, como diz Michèle Ferrand. Portanto, vão com a cabeça dividida, porque vai pensando no que deixou em casa.

AGRICULTURA FAMILIAR: UMA QUESTÃO PARA O FEMINISMO

Uma outra reflexão importante em um seminário sob agroecologia é a questão da agricultura familiar. A agricultura familiar é uma forma de produzir que implica em relações sociais a partir de um conceito que organiza pessoas, que é o conceito de família. O conceito de família define uma estrutura, uma instituição que, nesse sistema patriarcal capitalista, tem um sentido muito preciso. É necessário entender que família é uma instituição básica na reprodução da desigualdade de gênero. Já existem mudanças, mas o que hegemoniza a concepção de família, até hoje, é a concepção burguesa de família baseada na divisão sexual do trabalho, baseada na romantização da violência intra-familiar e na violência doméstica como tabu.

Quando o movimento feminista denunciou a violência contra a mulher, ele quebrou uma espécie de tabu da moral burguesa, porque o imperativo era “você pode ser infeliz com o seu marido, você pode apanhar do seu marido, você até pode violentar seus filhos, mas não deixe que seus vizinhos saibam, nem que a sociedade saiba”. O conceito clássico de família sustenta essa ideologia. A mulher está sofrendo, está levando porrada e está achando que o outro a ama.

O cimento da família tem uma idéia de amor, como diz Helena Hirata , que é toda baseado na sujeição. Quer dizer, “eu faço por amor!” O trabalho doméstico tem essa alta definição afetiva aí. Como tudo é contraditório, eu acho que nós temos que resgatar uma dimensão afetiva de cuidar dos outros, mas nós temos que libertar o afetivo da dominação, libertar o afetivo da violência. As mulheres se apaixonam por homens violentos e romanciam que o amor desse homem violento vai ser transformado pelo amor delas. O Jurandir Freire diz o seguinte: homens violentos amam de forma violenta e acrescenta uma questão: resta saber se nós vamos continuar chamando de amor, uma relação violenta.

Eu digo que a revolução é material e é simbólica porque a família se reproduz com base numa dimensão simbólica, ideológica, que é essa concepção de unidade, mas a família se reproduz também numa base material de dominação que é a divisão sexual do trabalho. E quando nós temos empregadas domésticas na nossa casa, nós estamos acrescentando à divisão sexual do trabalho uma divisão de classe, porque quem trás o elemento de classe para dentro das famílias são as empregadas domésticas, porque são as únicas que estão dentro do domicílio... na família você pode ter conflito de geração e de gênero, mas é dentro da mesma classe. Conflito de classe quem traz são as empregadas domésticas. Há uma contradição entre o interesse das empregadas e das patroas, por melhor que as pessoas achem que são como patroas.

Eu entrei tanto no conceito de família porque é bom lembrar que, quando nós estamos chamando Agricultura Familiar nós estamos falando de uma concepção hegemônica de família, que é essa concepção burguesa. E eu acho que também se romantiza muito, às vezes, quando se fala na agricultura familiar como se ali as relações de família fossem harmonizadas pela graça da natureza. Na pesquisa que nós fizemos sobre trabalho das mulheres na agricultura familiar, uma das coisas detectadas foi o problema da produção dentro do espaço doméstico, não só como sobrecarga de trabalho, mas também como fator de adoecimento das

pessoas, porque estão expostas a outros elementos ligados ao armazenamento de produtos, execução de múltiplas tarefas, etc.

Salientei a questão da agricultura familiar e, a partir dela, o conceito de família, porque compreendo que é nesse contexto que muitas das experiências da agroecologia acontecem.

O PROBLEMA DO ESSENCIALISMO E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

No debate sobre agroecologia e feminismo, muito se diz sobre a questão do essencialismo, de um possível vínculo maior entre mulheres e natureza, o qual passo a discutir aqui. Todos participamos de uma história no mundo e estamos inseridas em contextos sociais e culturais determinados. É lógico que as mulheres têm uma experiência histórica política diferente dos homens, isso é uma primeira questão. A segunda questão é que as mulheres compartilham, na vida cotidiana, uma experiência diferente dos homens, marcada por contradições e dificuldades que são próprias da experiência social das mulheres. As feministas, ao tratarem da questão política e da questão do pensamento, da teoria, também colocaram essa outra forma de experimentar o mundo, com a experiência de ser mulher, como um lugar de produzir conhecimento na dimensão política.

Estas experiências diferenciadas, de ser homem e de ser mulher, têm consequências diferenciadas. Um dos problemas é que elas nunca foram, na tradição, olhadas como um lugar político, um lugar de produzir conhecimento. Agora, a questão de ‘essencializar’ o ser mulher é dizer: eu sou mais cuidadosa porque eu sou mulher. Nós temos que ter, realmente, uma análise muito crítica sobre isso porque não se trata de um eu biológico. Não existe nada que esteja organizado nesse mundo que seja, por si, só natureza. Quer dizer, nós estamos aí com as nossas relações sociais, com os nossos afetos, com a nossa capacidade de mudar, de criar, de reinventar. Então, todas nós somos afetadas por nós mesmas porque nós vamos nos construindo no dia-a-dia, na história, na política, na

ciência. Esse corpo biológico das mulheres é resignificado na cultura e na vida social, já se tem uma experiência sobre isso. Independente de tudo, a idéia do essencialismo é contraditória com qualquer proposta de transformação, para mim a contradição principal é essa. Como é que eu vou defender a transformação social se eu acredito numa dimensão essencializada do ser mulher? Com isso eu não estou negando que, historicamente, as mulheres tenham sido responsáveis por determinadas coisas e estejam com maior capacidade, maior sensibilidade e maior percepção sobre essas coisas, porque isso faz parte de uma trajetória social e histórica.

Então, quando as mulheres lá de um lugar construíram uma prática cultural que valoriza os insumos naturais como fertilizadores, como por exemplo, a experiência de uso do sangue da menstruação, que foi mencionada aqui, é uma prática cultural. É, inclusive, uma prática significativa em outro sentido, porque a menstruação é um tabu. Quem fez a sociedade falar em menstruação também foram as feministas, antigamente menstruar era coisa feia e as mães não ensinavam nem as jovens como proceder na primeira vez que isso acontecesse. É uma prática, portanto, que quebra com esse tabu que rompe com a idéia de sangue menstrual como algo doentio. É uma coisa que pode ser considerada interessante ou pode ser considerada polêmica, agora é uma prática cultural, não há essencialismo nisso. É isso que eu quero dizer. Ela pode ser uma prática valorizada, mas não coloca um sentido de que a mulher é essencialmente parte da natureza, diferentemente do homem. As mulheres produzem práticas culturais, assim como os homens produzem práticas culturais.

E para finalizar, há a questão do feminismo e gênero. O gênero é uma categoria de análise da ciência social. Gênero não é nem mulher, nem homem, nem feminismo. Gênero é uma categoria para analisar a realidade social, é um conceito para tratar da realidade social. Classe explica a relação entre capital e trabalho. O conceito de raça, tal qual o movimento negro trouxe, vai tratar das questões

das desigualdades de raça. Gênero vai tratar das questões da desigualdade entre homens e mulheres e como elas estão estruturadas. Porque os movimentos sociais, os movimentos políticos colocam problemas que fazem com que a ciência avance. Os movimentos colocam questões para ciência, eles dizem: isso não é natural não, isso é social, é histórico. Aí a ciência social vai ter que analisar. Quem fez a ciência avançar, do ponto de vista da análise da relação capital-trabalho, foram os movimentos proletários. Quem está fazendo a ciência avançar, do ponto de vista racial no Brasil, é o movimento negro porque o racismo era naturalizado. Quem faz a ciência avançar, do ponto de vista da relação entre homens e mulheres, é o feminismo porque pensa, porque lança novas questões e transforma. Aquilo que era percebido como alguma coisa evidente, natural, passa a não ser e tem que ser transformado. É uma relação dialética. Porque a produção de conhecimento também recoloca questões para os movimentos sociais.

É bom nós termos muito cuidado porque há várias perspectivas de gênero. Existe, por exemplo, uma perspectiva de gênero, hegemonizada pelo Banco Mundial, que está baseada na complementariedade, nos papéis de gênero, que serve para criar projetos de desenvolvimento nos quais as mulheres fazem as tarefas que vão baratear os custos das políticas públicas, para baratear os custos do desenvolvimento. Quando usamos a categoria de gênero, nós usamos na perspectiva feminista da transformação social e eu acho que quem, de fato, acha que essa relação tem que ser transformada tem que afirmar essa perspectiva. Eu acho que na agricultura familiar ou na agroecologia, ou em qualquer campo produtivo cultural ou social que nós estivermos tratando, nós temos que pensar a conexão entre esses conceitos de gênero, raça e classe. Sobretudo no Brasil não dá para pensar nenhuma realidade social sem pensar que ela está estruturada em relações de raça, gênero e classe.

Uma coisa muito importante e comum aos dois movimentos – feminista e agroecológico - é o combate à mercantilização e, como foi dito aqui, os dois

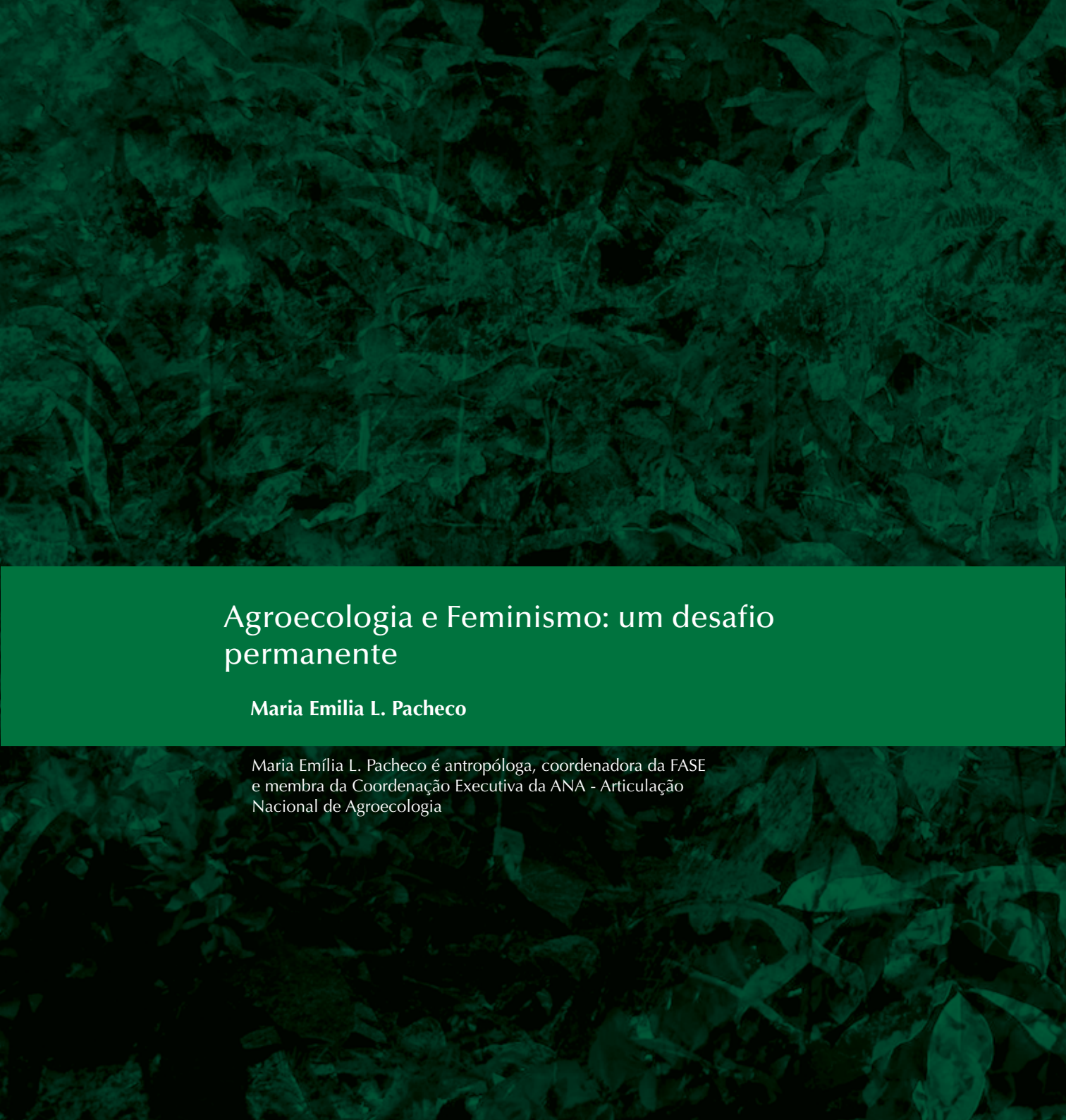
são movimentos críticos, anticapitalistas. Mas existem vertentes também desses movimentos que não são anticapitalistas. Nós estamos falando dos alinhamentos que estão presentes neste encontro, para não generalizar. A questão da mercantilização é um núcleo duro da estratégia capitalista porque não só se mercantiliza os bens comuns, o corpo das mulheres, mas também é uma estratégia de transformar cidadãos e cidadãs em consumidores e consumidoras. É uma transformação dos direitos em mercadorias também. Uma coisa que nós precisamos tratar muito bem é a diferença entre direito dos consumidores e o consumo virar o substitutivo dos direitos, há uma diferença importantíssima, que a mídia confunde todo dia. Uma coisa é defender os direitos dos consumidores outra coisa é a destruição dos direitos pela perspectiva do consumo como lugar de inserção social. Nesse ponto esses dois movimentos, feministas e da agroecologia, me parece que podem estar bem afinados, no combate à mercantilização.

O movimento agroecológico precisa avançar na crítica ao patriarcado, porque um dos elementos da construção patriarcal da representação do mundo também é essa dominação absoluta sobre a natureza, é esse pater poder, é este homem, como representação, que domina a comunidade, as mulheres, a reprodução e que domina a natureza. No conceito de patriarcado original, o patriarca não era um conceito restrito à consanguinidade do pai. Ele dominava os(as) seus(suas) próprios(as) filhos(as) consanguíneos(as), mas ele era dono de toda sua comunidade, das mulheres, de quem nascia no geral e do que era produzido. O feminismo precisa aprofundar também o debate sobre patriarcado.

As experiências em agroecologia precisam, realmente, trabalhar de uma maneira mais profunda a questão de gênero a partir dessa perspectiva da divisão sexual do trabalho, mas o movimento feminista também tem que tratar mais aprofundadamente, a partir da crítica da família, como é que nós percebemos novas questões trazidas, por exemplo, sobre o trabalho infantil. Porque se fomos

nós, as feministas, que trouxemos a crítica à questão da família, nós também não podemos restringir a questão da família à relação entre os homens e as mulheres, adultos ou parceiros afetivos sexuais. Porque foi a denúncia da violência contra as mulheres, na família que produziu esse efeito de tratar a questão da violência contra as crianças no âmbito familiar.

O trabalho infantil na agroecologia, o qual foi mencionado aqui, e colocada a questão se é um trabalho ou se é uma experiência educativa, necessita de uma discussão bastante profunda. Talvez seja um diálogo importante entre feministas e movimento agroecológico, primeiro porque, trata-se de uma prática de trabalho infantil, independente ou não, de ser considerada de caráter educativo. Segundo porque, as crianças estão coladas, de novo, nas mulheres e no espaço das mulheres. Muitas questões podem ser levantadas. Se no campo é uma experiência educativa, isso também vale para experiências na cidade? Não podemos cair em armadilhas. Nós vamos defender também que as crianças trabalhem na marcenaria como processo educativo? E quando ela é educativa, dentro de uma escola profissionalizante ou no espaço de trabalho remunerado? Eu não estou querendo fazer uma transposição mecânica. Eu só estou querendo dizer o seguinte, quando nós levantamos uma crítica, ela não pára no lugar que nós levantamos, ela vai desarrumar, um pouco, a idéia no geral. É necessário seguir no debate crítico sobre essa questão.

The background of the entire page is a dense, close-up photograph of green leaves and plants, creating a textured, naturalistic pattern. The leaves vary in shape and size, with some showing prominent veins. The overall color palette is various shades of green, from deep forest green to lighter, sunlit greens.

Agroecologia e Feminismo: um desafio permanente

Maria Emilia L. Pacheco

Maria Emília L. Pacheco é antropóloga, coordenadora da FASE e membra da Coordenação Executiva da ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

Na década de 1980, na América Latina, inicia-se o debate e construção da abordagem da Agroecologia, em um contexto de questionamento profundo ao modelo de agricultura dominante. No Brasil, os movimentos sociais e elaborações teóricas de estudiosos comprometidos com a defesa de uma nova proposta agrária e agrícola, expressavam a crítica ao que passou a ser chamado de modernização conservadora. O que isso significa? É exatamente a crítica ao padrão das mudanças na agricultura baseado na monocultura, na concentração de terra e na utilização de insumos químicos. As mudanças que ocorreram na agricultura, no Brasil, não se basearam na democratização das relações no campo, na desconcentração de terra e no respeito ao meio ambiente. Pelo contrário, a palavra concentração é chave para entender o que é esse sentido da chamada modernização conservadora, assim como a degradação ambiental.

OS IMPACTOS NEGATIVOS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Se voltarmos aos tempos da colonização no Brasil, vamos ver que a história de nossa agricultura baseou-se na grande propriedade, na monocultura para a exportação, no trabalho forçado dos escravos e no descaso com o meio ambiente. Diante da vastidão de terras, da abundância dos bens da natureza – matas e rios – os colonizadores adotaram práticas como se os recursos naturais fossem inesgotáveis. Empregaram tecnologias de cultivo da terra que não levaram

em conta as características de nosso meio ambiente tropical e não tiveram a preocupação em conservar a nossa gigantesca biodiversidade.

A partir dos anos 1970 e 1980, o Brasil intensificou esse modelo insustentável de uso da terra e da água. A utilização intensiva da mecanização, assim como dos fertilizantes inorgânicos, dos agrotóxicos, dos equipamentos pesados de irrigação, e das variedades híbridas de sementes, provocaram grandes danos sociais e ambientais. A degradação dos solos, o comprometimento dos recursos hídricos, o desmatamento e destruição das matas e florestas, a redução da variedade das espécies, a contaminação dos alimentos, foram consequências que presenciamos nas últimas décadas, junto com a expulsão de milhares de famílias do campo. Esta chamada *Revolução Verde* provocou mudanças também no ensino, na pesquisa e na extensão rural, que tiveram o sentido de dar sustentação a essa nova forma de produzir.

A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA

De forma crescente, o que temos assistido nos últimos tempos é a industrialização e artificialização da agricultura. As sementes, por exemplo, foram progressivamente mudando, em razão de ter havido também transformações tecnológicas e na ciência. Cada vez mais as sementes nativas, também conhecidas como crioulas, foram ameaçadas pelas sementes híbridas e, mais recentemente, pelas sementes transgênicas. As empresas que controlam as sementes são as mesmas que controlam os produtos farmacêuticos e também os produtos consumidos para saúde e para o corpo da mulher. Essa mudança precisa ser analisada a partir do seu impacto na agricultura, bem como na vida das mulheres.

O mercado passou a ser um lugar central na modernização da agricultura. Nada que passe fora do mercado é valorizado. Isso é um aspecto também importante, que tem consequência no papel e no sentido da ciência. A ciência

passou a exercer a função de fornecer a base da mudança tecnológica, por isso costumamos falar de tecnociência. Até os saberes habituais dos camponeses e camponesas, e das populações tradicionais tendem a ser expropriados pelas empresas, porque precisam deles para atender aos seus interesses na fabricação de produtos da indústria química e farmacêutica.

Como tudo virou mercadoria, estamos num momento também em que tudo vira patente. Houve um tempo na história, até o final da década de 1960, que patente era apenas o direito de quem escreve e de quem compõe. Foi nos Estados Unidos, em 1971, que um biólogo solicitou concessão de patente para um microorganismo projetado para dar tratamento ao derramamento de óleo nos oceanos. Na época ele trabalhava para a General Eletric. Pediu que fosse registrado o que ele considerou uma invenção e isso deu margem para uma grande discussão nos tribunais. Muitos juízes consideravam que seres vivos não são patenteáveis. Mas, depois toda a resistência, foi sendo quebrada e pela primeira vez na história houve o patenteamento de um ser vivo. Essa decisão deu as bases para a privatização e comercialização do domínio genético, que se estendeu e começou a fazer parte dos acordos internacionais.

Mais recentemente as empresas se uniram aos laboratórios, inclusive aos laboratórios públicos, e estão, agora, trabalhando uma nova técnica chamada Terminator. Algumas de vocês já ouviram falar? A semente produz numa só safra e para a seguinte ela é estéril. A semente contém dentro dela algumas particularidades que são invisíveis e que fazem com que elas morram. Há movimentos políticos chamando, e acho muito apropriado, de sementes suicidas. No início do ano, quando houve, aqui no Brasil, a reunião sobre a Convenção da Biodiversidade, os movimentos sociais propuseram e foi aprovada a proposta de manter a chamada moratória, quer dizer, não permitir que seja liberado esse tipo de tecnologia. Mas ela está batendo na nossa porta, pois existe um grande interesse econômico das grandes corporações.

AS RESPOSTAS DA AGROECOLOGIA

Em sua construção histórica, a agroecologia tem trabalhado os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas produtivos e de preservação de recursos naturais, com uma abordagem que articula vários aspectos: incentiva técnicos(as) e pesquisadores(as) a dialogarem com o saber dos(as) agricultores(as) e identificar as respostas técnicas que aplicam em seus estabelecimentos; propõe o desenvolvimento de agroecossistemas baseado nas interações ecológicas, com utilização de recursos renováveis acessíveis, localmente, e com baixa dependência de insumos comerciais; valoriza a diversificação da produção e a preservação da biodiversidade; estimula o estabelecimento de circuitos curtos de comercialização dos produtos.

A aplicação desses princípios visa atingir objetivos como: melhorar a produção de alimentos nas unidades produtivas, fortalecendo e enriquecendo a dieta alimentar, através da valorização de produtos locais/tradicionais e conservação de variedades cultivadas, locais, e manejo de recursos florestais; aumentar a diversidade vegetal e animal e promover o uso eficiente de recursos locais para diminuir os riscos; melhorar a base dos recursos naturais através da conservação e regeneração do solo, para o controle da erosão; ter formas de conservação e de captação da água; garantir que sistemas alternativos resultem em fortalecimento da organização social.

Na Articulação Nacional de Agroecologia, estamos entendendo que a luta pela soberania alimentar é um tema articulador. É impossível falar de soberania e segurança alimentar sem fazer a defesa intransigente da biodiversidade, do direito à terra e território, das culturas alimentares regionais e do resgate de culturas que estão se perdendo, e da importância do auto-consumo. Estamos contra a homogeneização dos padrões, tanto na produção, como também no consumo. Isso se articula com a questão da relação com o mercado com prioridade para as relações diretas entre produtor e consumidor. Por isso,

valorizamos os mercados locais com as feiras agroecológicas. É um tema que nos leva também a aprofundar o debate sobre o papel das mulheres, tão importante para a segurança alimentar. Está associado ainda à importância das articulações políticas para enfrentar a questão dos acordos internacionais, que, cada vez mais, impõem restrições às políticas públicas. Qualquer iniciativa que seja vista como subsídio a essa pequena agricultura é condenada pela Organização Mundial do Comércio.

PONTOS DE ENCONTRO PARA MUDANÇAS DE CONCEPÇÃO E PRÁTICA

Há poucos anos, algumas feministas consideravam que o movimento feminista na América Latina estava priorizando pouco a defesa dos direitos de propriedade, em comparação com a defesa dos direitos reprodutivos e a luta pelo fim da violência contra a mulher. Diziam que os focos de atenção estavam sendo a identidade de gênero da mulher associada à compreensão da categoria “mulher” marcada pelas diferenças fundamentais de classe, raça e etnia. Entendiam que a questão da “*política de identidade*” era mais forte, e as questões relativas às contradições de classe, a questão da economia política e a questão da redistribuição estavam tendo um lugar secundário, na estratégia política do movimento feminista.

Eu li sobre isso e parei para pensar. Vi que algumas autoras brasileiras também tinham essa compreensão¹. Depois encontrei, também, no livro do SOS CORPO² uma reflexão sobre o que se passava no nordeste, onde realizaram uma pesquisa sobre Trabalho e Agricultura Familiar. As autoras diziam que havia pouca im-

¹ Refiro-me aqui às análises de Carmem Deere e Magdalena de León no livro sobre o Empoderamento da Mulher: Direito à Terra e Direitos de Propriedade na América Latina. UFRGS Editora, 2002 e Maria Ignez Paulilo – “Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise” publicada na Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, vol.12, n.1, 2004.

² Livro escrito por Ana Paula Portella, Carmem Silva e Simone Ferreira – Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar, SOS Corpo, Recife, 2004.

portância atribuída ao debate sobre os rumos do desenvolvimento rural, ou seja, exatamente sobre esse ponto de encontro que aqui foi tão realçado por todos os grupos: tanto o movimento feminista, como o movimento agroecológico contestam a ordem capitalista, querem uma outra sociedade. Pois bem, na análise feita pelo SOS CORPO, havia o reconhecimento de que temas como, por exemplo, o rumo do modelo agrícola, era considerado um pouco árido e pouco desenvolvido no movimento de mulheres ou em organizações específicas de mulheres. Temas como esse concentravam-se nas diretorias dos sindicatos ocupadas, majoritariamente, pelos homens. Os temas trazidos pelas organizações de mulheres ficavam restritos às secretarias de mulheres ou comissões específicas.

Por outro lado, afirmavam que “os projetos de agricultura alternativa, que poderiam significar um espaço de experimentação de igualdade de gênero, com poucas exceções, não se articulavam com os movimentos de mulheres rurais”. Então, eu fui juntando as peças e cheguei a conclusão de que esse era um ponto importante a ser discutido, que isso que está sendo considerado como perspectivas separadas, devem se agrupar em algum lugar.

As questões trazidas pela Agroecologia, do ponto de vista ecológico, político e sócio-econômico, precisam dialogar mais com a concepção feminista, porque a Agroecologia coloca em xeque as questões de redistribuição, as questões de justiça no campo e do modelo de desenvolvimento, que nós já vimos ser baseado e centrado, hoje, na apropriação privada dos bens da natureza, mercantilização e artificialização crescente do meio ambiente.

É certo que as mulheres continuam lutando pela sua identidade como trabalhadoras rurais. Aqui no Nordeste, várias pesquisas mostram os resultados dessa luta. Mas eu estou admitindo que nos últimos tempos no Brasil há, sim, grupos de mulheres e movimentos de mulheres que estão colocando em questão a crítica ao modelo agrícola e enfrentando muito de perto a contestação às políticas públicas. Na crítica ao modelo convencional de crédito, por exemplo, há

grupos e movimentos de mulheres trabalhando uma proposta que leve em conta o sistema de produção com seus vários subsistemas (roçado, quintais, criação, produção artesanal), assim como estão buscando formular, de forma mais ampla, uma concepção de financiamento para o campo, que não fique restrita ao crédito. Essa também é a perspectiva que nos orientou no debate sobre Mulheres Construindo a Agroecologia no II Encontro Nacional de Agroecologia.

Talvez, o que esteja faltando é que se observe, de forma mais conjunta, o que parece estar apartado. Parece que aquelas autoras diziam: o movimento feminista não incorporou uma estratégia política porque está mais preocupado com a identidade e menos com a questão de redistribuição, de justiça, de exploração econômica, etc. Mas, a meu ver, a nossa análise deve identificar grupos e organizações de mulheres que, às vezes, não estão tão articulados, mas estão produzindo novos sentidos políticos que nos ajudam a interpretar o que foi visto como desencontro.

Uma questão que apareceu, também no debate, é a do essencialismo, da naturalização da mulher. Na Articulação Nacional de Agroecologia, as mulheres que estão trabalhando gênero numa perspectiva feminista, têm dito que a ecologia ajuda a entender o ciclo da natureza. Mas o debate sobre relações sociais de gênero, dentro da Agroecologia, precisa desnaturalizar as relações que são explicadas, muitas vezes, recorrendo-se à tradição, e analisar as construções sociais da subordinação da mulher, para a defesa de seus direitos. Penso que, na história do movimento feminista, a luta política para afirmar o lugar social e político das mulheres, e o investimento teórico-político feito pelas feministas no debate da relação natureza-cultura, talvez tenha levado a um outro extremo, que colocou alguma dificuldade de retrabalhar o que significa a relação com a natureza. Essa concepção, que os homens adotaram de forma completamente equivocada, de que a natureza está aí a ser dominada a todo custo, está em questão. Eu penso que está na hora do feminismo retomar esse debate, com muita propriedade, no diálogo

crítico com a visão ecofeminista. Precisamos dar um tratamento sobre os sentidos da relação com a natureza, no novo projeto de sociedade.

RELAÇÃO ENTRE DIREITO INDIVIDUAL E DIREITOS COLETIVOS

Falávamos sobre os direitos das mulheres, no debate de grupo, e chegamos no direito à terra. Dona Sebastiana, quebradeira de coco babaçu, contou sobre o desejo de querer a terra para *reflorestamento*.³ Isso serviu de gancho para outra conversa.

O movimento feminista defende o direito das mulheres à propriedade individual. O Brasil ficou atrás de muitos países da América Latina, porque só recentemente assegurou esse direito. Mas, há uma outra questão a ser melhor trabalhada, que é a relação entre o direito individual à terra e os direitos coletivos de acesso e gestão dos recursos naturais.

Representantes do movimento feminista colocam a tensão entre a exigência pelo reconhecimento dos direitos coletivos à terra e pela igualdade de gênero. Para Carmem Deere, feminista que estuda a questão agrária, na América Latina, “os direitos coletivos à terra não garantem, necessariamente, a todos os membros da comunidade o acesso seguro e controle sobre a terra. O modo como a terra coletiva é distribuída obedece aos costumes e práticas tradicionais que, freqüentemente, discriminam as mulheres”.⁴

No Brasil, as lutas das populações tradicionais, pelo reconhecimento de seus territórios, associadas às formulações de propostas de manejo e uso da biodiversidade, nas reservas extrativistas, assentamentos agroextrativistas, ou pelo livre acesso e uso dos bens da natureza, trazem novas questões para este debate.

³ Reflorestamento, aqui, tem o sentido de replantar árvores nativas onde foi derrubada a floresta, e não no sentido que frequentemente se usa, de forma inapropriada de plantio de monocultura de árvores, como eucalipto.

⁴ Ver o mesmo livro citado na nota 1.

São novas territorialidades que os movimentos sociais vão instituindo, construindo e redefinindo o direito do acesso à terra e à gestão dos recursos naturais, em contraposição aos interesses do capital. É importante uma leitura sobre isso, pois, em muitos casos, não há propriedade individual. Em geral, são os direitos coletivos que estão em jogo e que têm suas bases na Constituição Federal de 1988. Tenho visto que, nos chamados Planos de Uso dos Recursos Naturais, nessas unidades, quando há mulheres organizadas, elas têm influenciado na definição de normas que asseguram o reconhecimento de seu trabalho e geração de renda, por exemplo, no manejo dos óleos vegetais. Assim como, vi projetos de implantação de sistemas agroflorestais tornarem-se mais diversificados, na medida em que as mulheres sugerem a inclusão de novos produtos, cuja importância é avaliada, tanto do ponto de vista da segurança alimentar, como das possibilidades de geração de renda. As quebradeiras de coco babaçu lutam pelo direito ao livre acesso e uso dos bens da natureza. Lutam por instituir um novo direito, expresso na defesa do *Babaçu Livre*, exigindo medidas de valorização de seu trabalho e desse bem da natureza.

Precisamos retrabalhar a relação entre direito individual e os direitos coletivos, porque os territórios onde se encontram as populações tradicionais estão extremamente ameaçados. Hoje, essa é uma questão política fundamental, e, a meu ver, deve ser tratada junto com a efetivação do direito da titulação da propriedade individual, em nome das mulheres.

DESENCONTRO OU DESAFIO PERMANENTE?

Um dos grupos trouxe, à plenária, um ponto considerado como desencontro entre feminismo e agroecologia, que me chamou a atenção: a manutenção da unidade familiar como única perspectiva de unidade produtiva. Estamos diante de uma questão estrutural. O campesinato, como tal, que para muitos já foi considerado até modo de produção, e tem uma existência de classe, tem sua organização

econômica baseada na família, que se constitui como unidade de produção e consumo. Chegou-se a falar que as transformações capitalistas fariam desaparecer o campesinato. Aqui, no Brasil, nós vemos que há uma força viva política que tem produzido mudanças muito significativas na ordem capitalista brasileira. O campesinato tem trazido questões novas, tem inovado as pautas de luta.

Com base nos depoimentos que escutamos nestes dias, estou convencida de que é possível mudar as relações dentro da família e torná-las mais democráticas e igualitárias. Os exemplos de algumas mulheres deixaram claro que as mudanças estão ocorrendo em suas famílias, por duas razões: porque são mulheres que participam de movimentos sociais, quer seja sindical, associação de mulheres ou outro, e são experimentadoras, ou seja, praticam a agroecologia e estão engajadas em redes de experimentação, realizando intercâmbios em outras comunidades e municípios, ou em outras partes do país. Essas mulheres conseguiram atingir um grau de autonomia e são reconhecidas na família.

Temos um desafio: aprofundar esse debate na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). As feministas chamaram a atenção para a questão da divisão sexual do trabalho e suas implicações nas relações de subordinação das mulheres e questionaram a separação entre produção e reprodução social. Suas análises têm impacto sobre conceitos e análises do campesinato.

Identifico alguns pontos centrais desse debate: (a) a distribuição do produto do trabalho é mais igualitária nos sistemas de produção, nos quais a mulher participa das decisões do planejamento e da forma de dispor dos produtos; (b) não há, necessariamente, correspondência entre a geração de receita e consumo; a preferência dada aos homens para o consumo de proteína é encontrada em várias situações e regiões; (c) quando se expande o leque de atividades geradoras de renda, nas quais as mulheres se envolvem, aumentam suas opções estratégicas; (e) entender que a família é lugar de cooperação e conflito, pois aí se expressam interesses distintos.

As entidades engajadas em dinâmicas sociais e experiências de promoção da agroecologia precisam assumir o compromisso político desse debate e tirar consequências dessas questões em suas concepções e práticas.

CRUZANDO PONTOS COMUNS DA PEDAGOGIA POLÍTICA

Quero destacar pontos que cruzam a metodologia e a política nos dois movimentos. É extremamente importante a concepção de pedagogia política, tanto nas práticas feministas como também nas práticas agroecológicas a partir das experiências e de valorizá-las. Foram citados trabalhos inspirados nas práticas de educação popular. Em função disso, há um campo muito importante para estreitar um entendimento, uma troca, sobre a concepção de realização de diagnósticos e pesquisas.

Outro campo muito importante para trabalhar é a realização de intercâmbios. Para concretizar nossa visão sobre a construção do conhecimento agroecológico, trabalhamos para que se crie, no Brasil, uma grande rede, onde cada vez mais, agricultores e agricultoras, experimentadores e experimentadoras, troquem seus aprendizados e práticas. É muito interessante essa dinâmica de intercâmbio, principalmente em lugares onde existe o compromisso das organizações mistas com a formação de mulheres experimentadoras. Muitas vezes elas participam de organizações de mulheres. Nesse caso é bom, cada vez mais, que as mulheres com suas organizações específicas, nos seus movimentos, estejam presentes também nesses intercâmbios.

Do ponto de vista metodológico, achei muito bom que um dos grupos tenha sugerido que devemos continuar fazendo um debate feminista sobre os temas do ENA – Encontro Nacional de Agroecologia. O grupo de trabalho de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) elaborou um folheto, que foi distribuído durante o ENA, com o título-“*Mulheres Construindo a Agroecologia*”. Estão todas(os) convidadas(os) a participar desta discussão e aprofundá-la.

Consideramos que estamos fazendo uma análise da política de crédito, por exemplo, ainda muito incipiente e pouco consistente, politicamente. Alguém se referiu a um caso do Rio Grande do Norte, onde as mulheres estão acessando o PRONAF Mulher, ou lá, onde há experiências do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da CONAB. Precisamos aprofundar a leitura sobre como essas experiências estão se concretizando, e nos municiarmos de argumentos, uma vez que não dá mais para ficar dizendo, genericamente, que o crédito não atende às mulheres. Há também uma proposta elaborada pelos movimentos sociais, na Amazônia, concretizada no programa Proambiente, que combina crédito com outras formas de financiamentos e fundo ambiental, que é mais amplo do que crédito e não temos ainda conseguido avançar.

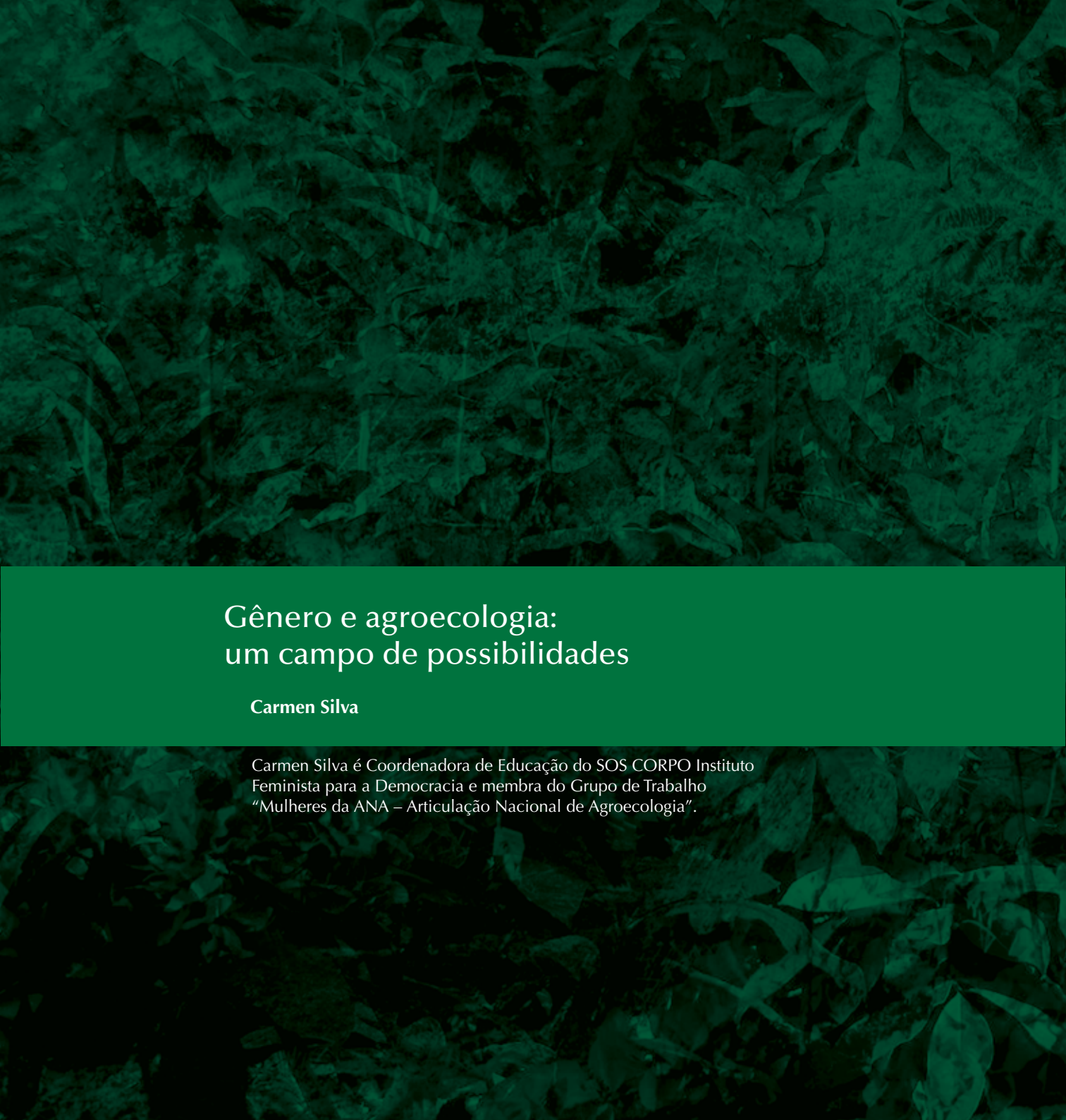
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA E SISTEMATIZAÇÃO NO DIÁLOGO

Quero valorizar a sugestão de realização de pesquisa e sistematização para continuar debatendo estes temas, lembrando que existe um banco de dados das experiências agroecológicas mapeadas na preparação do II Encontro Nacional de Agroecologia. Através dele, podemos ver as experiências nas quais as mulheres são protagonistas. Esse banco de dados está disponível. Falta análise.

Um grupo lembrou do planejamento participativo do agroecossistema. É uma iniciativa no campo agroecológico que precisamos cruzar mais com a concepção político-metodológica do movimento feminista. Um refinamento desse instrumento que favoreça vários exercícios pedagógicos, seria interessante.

Foi sugerido ainda dar continuidade às pesquisas. A meu ver, precisamos agora fazer alguns levantamentos, por dentro das próprias experiências agroecológicas, para analisar que processos de transformação estão ocorrendo, onde as mulheres participam ativamente e são protagonistas. Precisamos ter a iniciativa de dizer o que é a sobrecarga das mulheres, o que é a segmentação do trabalho produção-reprodução, qual a participação das mulheres no planejamento da produção,

etc. Tentar trabalhar isso, analisando as experiências agroecológicas que estão buscando dialogar, e romper com essa visão de subordinação das mulheres. Essa é uma idéia bastante boa. Quero lembrar que, tanto o grupo de trabalho de gênero do sudeste, sobre qual a Rodica falou, está iniciando agora uma proposta de pesquisa, como Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), já há algum tempo, também tem pensado em algo dessa natureza. Poderíamos, mais adiante, formular proposta para dar um tratamento em conjunto a algumas dessas análises.

The background of the entire page is a dense, close-up photograph of green leaves and plants, creating a textured, naturalistic pattern. The leaves vary in shape and size, with some showing prominent veins. The overall color palette is various shades of green, from deep forest green to lighter, more vibrant greens.

Gênero e agroecologia: um campo de possibilidades

Carmen Silva

Carmen Silva é Coordenadora de Educação do SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia e membra do Grupo de Trabalho “Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia”.

A minha responsabilidade neste encontro é trazer o debate sobre gênero como um aporte necessário para aprofundarmos a reflexão sobre o trabalho em agroecologia. O foco deste encontro é a metodologia que nos inspira nestas atividades de acompanhamento de grupos; implantação de experiências de manejo, produção e comercialização; apoio à organização de associações, tudo isso que apresentamos aqui. Quando juntamos quatro instituições (SOS CORPO, Centro das Mulheres do Cabo, FASE e Centro Sabiá) para discutir Agroecologia, Gênero e Segurança Alimentar, como neste momento, isso, em si, já indica que temos referências nos princípios que regem, teoricamente, a Agroecologia. Esta iniciativa é muito importante e muito rara, pois queremos discutir uma relação de parceria a partir de princípios, isso mostra quem somos. Escolhi um trecho de Paulo Freire para ajudar na nossa reflexão:

“A educação tem sentido porque o mundo não é, necessariamente, isso ou aquilo, porque os seres humanos são tão projetos quanto podem ter projetos para o mundo. A educação tem sentido porque mulheres e homens aprendem que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem.

De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria por que falar em educação”.

Paulo Freire – Pedagogia da Indignação.
Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. 2000.

Esta fala de Paulo Freire tem muito a ver conosco, pois tem relação com a teoria que embasa a nossa forma de trabalho. Todos aqui, ao trabalharem com organizações populares, em algum momento já se conectaram com estas idéias. Freire trouxe, nesta frase, um elemento que é muito caro ao feminismo, que é o devir, que diz que nós não estamos prontos. E é a partir do que somos que nós podemos ser o que queremos. O futuro não está dado, é uma possibilidade. Fazer este debate conceitual e metodológico sobre gênero e agroecologia é parte da construção deste campo de possibilidades.

Antes de falar da questão de gênero, vou tratar um pouco da Segurança Alimentar e de Agroecologia, que foi muito bem explicada por Marcelino. Um primeiro elemento é que a Agroecologia, como uma ciência, vem de duas áreas do conhecimento, uma básica e outra aplicada, a ecologia e a agronomia. Ela tem um pé na teoria e outro na prática. O outro elemento é a questão política no campo agroecológico. Se o campo agroecológico realiza experimentações que, na prática, se contrapõem ao agronegócio, essa experiência é política, pois o agronegócio é um sustentáculo do processo de acumulação capitalista. Além disso, o movimento agroecológico busca articular as experiências para ampliar o debate e favorecer a intervenção no campo das políticas públicas.

No Feminismo a questão política é um ponto central. Por isso, a nossa perspectiva, dentro deste debate, é articular a visão de produção com a questão política. Ou seja, trabalhamos com uma idéia de desenvolvimento que não seja

só econômico, mas que incorpore a sustentabilidade, com a manutenção da vida com qualidade e com felicidade. Este é um pressuposto do nosso projeto de desenvolvimento.

Não temos uma participação ativa na área da Segurança Alimentar, mas ela faz parte de um campo de preocupação. Predomina na humanidade a noção de que a responsabilidade da alimentação das famílias é das mulheres, porque de nós é exigido o trabalho doméstico, e, historicamente, o homem foi visto como provedor. Por conta da desvalorização da mulher, isso tem gerado uma distribuição desigual dos alimentos no interior das famílias. Outro ponto importante neste debate é a soberania alimentar, pois um país que não garante o alimento de seus habitantes está numa situação extremamente frágil e dependente do agronegócio. Esse é o contexto no qual enfrentamos a questão das relações sociais de gênero.

RELAÇÕES DE GÊNERO SÃO RELAÇÕES DE PODER

O que são relações de gênero? Entramos agora em um debate mais conceitual. A dificuldade neste debate é que muitas pessoas pensam as relações de gênero como as relações entre um homem e uma mulher, na família ou em uma relação amorosa. Esta forma de ver é muito microscópica, uma vez que não possibilita enxergar as relações sociais com um todo. Por isso não estou usando o termo ‘o gênero’, mas as ‘relações sociais de gênero’. Assim, podemos compreender melhor a sociedade e interpretar a realidade das famílias com as quais muitos/as aqui trabalham. Isso é bem importante, pois muita gente acha que discutir as relações de gênero é ver a relação como uma relação pessoal, entre um companheiro e uma companheira, e não como uma relação social, entre dois grandes grupos sociais, aquele composto pelos homens e o grupo social composto pelas mulheres.

Para uma melhor compreensão, podemos fazer uma comparação com a relação entre classes sociais. Nas classes sociais o que ajuda a separar uma da outra é

a propriedade, ou não, dos meios de produção. Além deste elemento temos a exploração. O que é explorar? É um grupo social, que tem propriedade, viver dos resultados do trabalho do outro, que não tem propriedade. Um terceiro elemento, que ajuda a entender o conceito de classe, é a experiência, ou seja, se sentir classe, pertencer à classe, ter identidade e realizar ações coletivas, é fundamental na compreensão de classe como constitutiva de um sujeito político.

Na discussão sobre gênero, ou seja, na relação social entre homens e mulheres, quais são os elementos centrais? Observamos que há menos mulheres em lugares de poder e mais mulheres no trabalho doméstico. Um elemento aí presente é a situação de desigualdade de poder. O poder é um referente para se pensar as relações sociais de gênero, não como um lugar ou um papel, mas como uma relação social entre os sexos. Outro elemento é o trabalho. Vemos como o próprio mundo se organiza em relação à divisão mundial do trabalho: há países que funcionam com base na produção agrícola, industrial e outros com base no capital financeiro. Vimos também, na discussão sobre classe, como se estrutura a divisão social do trabalho. No debate sobre gênero tratamos da divisão sexual do trabalho. Por que o cuidado da casa, das crianças e doentes é uma tarefa da mulher? Essa responsabilidade parece um problema pequeno dentro da família, mas como é assim em todas as famílias, ele é um problema do grupo social mulheres. As profissões mais identificadas com o trabalho doméstico, com o cuidado, são as de menor remuneração, o que traz uma problemática também para as mulheres. Na Agroecologia, conceitualmente, temos um trabalho de zelo, não só com a natureza, mas com as relações sociais. Isso pode colocar novamente as mulheres no lugar do cuidado e no lugar do trabalho de preservar a natureza, o que serviria apenas para reiterar o lugar das mulheres no mundo, da forma como já está.

O Feminismo é uma corrente de pensamento, é um tipo de movimento político que tem uma forte relação com a questão teórica. A Agroecologia é

fruto de duas ciências, mas, necessariamente, tem que dialogar com as ciências sociais, porque inclui na sua proposta as mudanças das relações de dominação. O Feminismo se articula com este campo das ciências sociais, que é um espaço cheio de divergências, mas a perspectiva feminista que defendemos se articula com a teoria crítica.

Pensar teoricamente sobre as relações de gênero implica em pensarmos em base simbólica que tem força material. Quando falamos da responsabilidade das mulheres com o cuidado isso tem uma força material: constrói coisas como legislações, valores, normas sobre o que o homem pode, o que a mulher pode, e no caso das mulheres sempre em situação de desfavorecimento. Muita coisa mudou na lei, mas na norma social elas continuam. Esta norma é importante, pois organiza a relação de dominação do grupo social homens sobre o grupo social mulheres. As normas da dominação não têm materialidade, mas criam um modo de vida que favorece os homens em detrimento das mulheres e outras prevalências como a do técnico sobre o agricultor, a do adulto sobre a criança, e nos leva a ir aceitando a dominação como uma forma normal de viver. Esse modelo é útil à hegemonia do modo de organização capitalista e patriarcal. Nós entendemos o patriarcado como a preponderância do homem sobre a mulher em todos os terrenos da vida social.

Esta visão de mundo tem outra face que é subjetiva, ou seja, de como cada uma de nós se constrói como sujeito. Como incide no nosso ser a desigualdade entre homens e mulheres? Para os homens pode ser um prejuízo a idéia de ser provedor, de virilidade, violência, etc. No caso de nós mulheres cria um modo de ser pessoa baseado numa subordinação introjetada, uma realidade de aceitação da dominação em luta interior constante com a busca do crescimento e da satisfação como pessoa. Nós mulheres, que participamos dos movimentos de liberação, também estamos nesta situação e é isso que nós tentamos mudar.

PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO DOMÉSTICO

Como a Agroecologia busca pensar o planejamento da produção de um determinado grupo ou família aproveitando os conhecimentos que já existem ali, e incorporando todas as pessoas que participam do trabalho, isso pode favorecer uma ambiência cultural favorável para discutir as relações sociais de gênero. Uma sugestão seria inserir no processo de planejamento do sistema produtivo o trabalho doméstico, entendendo-o como parte do trabalho necessário para a manutenção da vida, e, portanto, da produção daquele grupo ou família.

Esta é a nossa perspectiva feminista de gênero, que se configura no estágio atual da sociedade como uma relação de dominação e desigualdade. Mas há outras perspectivas como, por exemplo, a do Banco Mundial que busca aproveitar as supostas “características das mulheres” para integrá-las na sociedade e no mercado de trabalho, a partir do aproveitamento dos resultados do seu trabalho. Há também uma visão de gênero que se baseia na idéia da mulher ser complementar ao homem. Esta idéia é muito forte na área de agricultura quando se diz que o homem faz o trabalho produtivo e a mulher complementa. Ser complementar não é o principal, é secundário, é uma idéia de não sujeito, de pouca importância, de menor valor. E nós todas sabemos como o trabalho das mulheres em casa e na roça, no beneficiamento e na comida do dia-a-dia, é imprescindível para a produção familiar.

Há um debate entre nós sobre o problema da naturalização e a contradição que ele traria, pois, no campo do feminismo lutamos para desnaturalizar a situação da mulher e no campo da agroecologia trabalhamos com a idéia de tornar mais naturais os métodos de produção agrícola. No caso da relação de dominação entre homens e mulheres há uma certa naturalização do ‘papel’ da mulher e outra que diz “sempre foi assim”, “não vai mudar nunca”, e, com isso, reduzem-se as possibilidades de qualquer proposta de transformação. É uma

naturalização que, por termos uma concepção crítica, tentamos desmanchar. Já na agroecologia, há certas características das populações locais que queremos manter ou recuperar, como aquelas dos conhecimentos tradicionais, mas têm outras que não queremos porque são danosas à natureza e aos grupos humanos que ali vivem e trabalham. Valorizar o conhecimento local não significa considerá-lo como única verdade. É preciso promover a interação com outros conhecimentos, possibilitar experimentações, fazer intercâmbios e é assim que vai sendo construída a agroecologia na prática. O sentido que o termo ‘naturalização’ tem no caso do feminismo é diferente do sentido no caso da agroecologia. No final o que queremos é romper com um padrão de relações sociais baseadas na dominação e na exploração, das mulheres e da natureza.

Outra questão em debate é sobre o suposto papel da mulher no cuidado. Na minha opinião, o zelo é essencial para a sobrevivência da humanidade. A relação de cuidado dos seres humanos para com a natureza é fundamental para a sociedade. As mulheres foram colocadas, historicamente, neste lugar de preservação por terem sido responsabilizadas pelos cuidados com crianças e serviços da casa e, é claro, que esta tradição gerou também algumas habilidades e preocupações especiais como, por exemplo, com a preservação das sementes. Entretanto, o fato de ter mais habilidades para o cuidado impôs às mulheres este lugar social, sem que nós tivéssemos tido condições de escolha, mas a sensibilidade para o zelo é uma coisa a ser desenvolvida por toda a espécie humana. Como fazer a valorização do cuidado sem fortalecer o lugar das mulheres como únicas cuidadoras? É necessário que nós, como pessoas que trabalham com agricultores e agricultoras, estejamos atentas para isso.

A inclusão do trabalho doméstico como parte do processo de produção é uma saída metodológica, mas não é só isso. Como se pode trabalhar para que este grupo social mulheres saia desse lugar de sujeição? Só com auto-organização, com grupos articulados ao movimento de mulheres, para que elas construam

um espaço próprio, suas próprias reflexões e se coloquem no mundo como sujeito de seus direitos e de seus desejos. Por isso, é importante estimular a auto-organização das mulheres. Como as mulheres vão falar em público em uma reunião sobre comercialização ou crédito, onde o marido está presente, se ele bate nela em casa ou a ameaçou antes de sair? Na hora que a fala é liberada pelo/a educador/a numa roda de conversa estes elementos estão presentes, mas nem sempre são vistos. Este é um exemplo que pode parecer muito duro, mas todos e todas nós já vimos o olhar que uma determinada mulher lança ao esposo ou pai antes de se expressar em um encontro....

A última reflexão que eu queria trazer é sobre a crítica à família como célula *mater* da sociedade e a crise sobre o que funda uma família. Isso não significa desconsiderar as novas conformações familiares que existem hoje, mas entender que existe um pensamento hegemônico na sociedade baseado no patriarcado, que é a centralidade do homem no poder, que se reproduz no interior das famílias. O núcleo familiar se conforma em torno de relações de poder profundas, mas é a partir do entendimento da família como ente que se concebe hoje várias políticas públicas, como se a família fosse um bloco unitário, mas nós sabemos que ali existem pessoas que não pensam igual, há homens, mulheres, jovens, crianças, idosos. Os jovens e as jovens podem decidir sair do campo, mas do ponto de vista da Segurança Alimentar e da renda familiar é importante que eles permaneçam, daí temos que refletir sobre este problema.

A idéia predominante sobre família faz com que, na vida privada, ninguém “meta a colher”. A vida privada, como dizia uma filósofa feminista, é o lugar da privação de direitos para alguns: mulheres e homens pequenos. A família tem sido lugar de privações e violência. Às vezes nós não vemos porque estamos apenas com o conceito da Agroecologia ligado à produção sem insumos químicos e não pensando as mudanças nas relações sociais. Às vezes estamos sem os conceitos feministas que nos ajudam a interpretar que a célula familiar é mais

que uma unidade produtiva, a família tem laços afetivos e é muito mais difícil rompermos relações de subordinação quando existem laços afetivos.

Qual a diferença que a Agroecologia traz para as mulheres na produção, na comercialização, na alimentação e na vida familiar? Responder a esta pergunta é um desafio para nós que estamos neste encontro. Precisamos construir conhecimento sobre as experiências que realizamos e sobre como elas estão fazendo a diferença no mundo, no sentido da transformação social.

The background of the entire page is a dense, close-up photograph of green leaves and plants, creating a textured, naturalistic pattern. The leaves vary in shape and size, with some showing prominent veins. The overall color palette is a range of greens, from deep forest green to lighter, sunlit green.

Agroecologia e agricultura familiar

Marcelino Lima

Marcelino Lima é agrônomo e trabalha atualmente no Centro Sabiá e Caatinga.

Palestra realizada durante oficina no SOS Corpo em Recife, reunindo organizações que atuam assessorando famílias agricultoras e organizações de mulheres na Zona da Mata de Pernambuco. (FASE, SOS CORPO, Centro Sabiá, Centro das Mulheres do Cabo)

Falar de Agroecologia é falar de uma ciência, relativamente, nova, cuja base conceitual, fundamenta-se em outra ciência, a Ecologia, ciência que nos ajuda a perceber a magnitude da crise ambiental que vem sendo relatada pelos movimentos ecologistas, principalmente nos últimos 35 anos. Tal crise está, intimamente, ligada à internacionalização da agricultura industrializada, assumida pelos países ricos e vendida aos países em desenvolvimento com “a única forma de produzir”. Nós, que estamos próximos de experiências concretas de produção da agricultura familiar, sabemos que a forma de produção moderna é a principal responsável pela crise ecológica global, justamente porque é responsável pela degradação de recursos naturais, como solo e água, redução da biodiversidade e agro-biodiversidade e modificação extrema de ecossistemas inteiros.

Irei colocar algumas questões sobre a nossa vivência prática em defesa da agricultura familiar. Nossa conversa será sobre o que temos discutido e vivenciado com base na ciência da agroecologia, que é a ciência orientadora de nossa prática. Falar de agroecologia é falar da vida das pessoas e colocar em cheque paradigmas e modelos. É mexer com questões que dominam a produção primária no mundo. A crise da produção em que vive o mundo rural se expressa de diferentes modos e em várias dimensões. A principal dessas dimensões expressa-se na forma de um modelo de produção que degrada o meio ambiente, aumenta as desigualdades sociais e a pobreza rural, orientado por interesses econômicos.

REVOLUÇÃO VERDE: POLÍTICAS E AÇÕES DEGRADADORAS DO AMBIENTE GLOBAL

Este processo assume o rótulo de Revolução Verde, um conjunto de políticas e de ações que possibilitaram a modernização conservadora da agricultura dos países pobres e em desenvolvimento, logo após a segunda Guerra Mundial. Consolidada em torno de 1960, foi adotada, massivamente, como modelo de produção baseado na aplicação de insumos externos, principalmente agrotóxicos e fertilizantes químicos, ambos resultantes de restos da segunda Guerra Mundial. Naquele contexto, interessava às nações envolvidas na guerra, que houvesse um rápido crescimento econômico baseado na globalização e num mercado de produtos que mais tarde ditaria regras que favorecessem a eles próprios. O modelo da Revolução Verde foi vendido como um modelo que acabaria com a fome no mundo.

Não se pode negar que, este modelo, que tem como base a produção de grãos, adotou tecnologias convencionais que aumentaram a produtividade agrícola de cultivos, baseados na monocultura, e contribuíram para o aumento de divisa pela exportação dessas monoculturas. Porém, o passivo ambiental resultante da adoção deste modelo de forma hegemônica é muito grande. A sua adoção inviabilizou imensos sistemas tradicionais de produção nos países pobres e em desenvolvimento, que entraram em colapso pela exploração massiva dos nutrientes do solo e pela salinização causada pela irrigação pouco orientada e sem observar critérios técnicos. A base da crise é a questão ambiental.

Mais recentemente vimos que a Terra está entrando num colapso ambiental, cujos indícios de irreversibilidade tornam-se cada vez mais evidentes, e que resultam das transformações causadas pela necessidade cada vez mais crescente de exploração da natureza para a produção, associada à crescente necessidade de industrialização que aumenta a emissão de gases de efeito estufa, que, por sua vez, são responsáveis pelo aumento da temperatura na terra, causando efeitos

previsíveis e de proporções catastróficas. Este debate deixou de ser um debate de acadêmicos, agora é de toda sociedade.

A AGROECOLOGIA: CIÊNCIA ORIENTADORA DE PRÁTICAS PARA A RECONSTRUÇÃO DE AMBIENTES E DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A agroecologia surge como uma ciência que tem origem em duas outras: a agronomia e a ecologia, esta última baseada na utilização sustentável do meio ambiente e da mão-de-obra. A agroecologia começou a ser trabalhada no final do século 19 na Alemanha, passando mais ou menos 50 a 60 anos sendo discutida apenas no meio acadêmico. Foi em 1974 no I Congresso Mundial de Ecologia que foi publicado, pela primeira vez, um artigo, a partir daí se começou a conceituar a agroecologia como ciência. Isso é muito importante, porque estudiosos como Miguel Altieri já lançavam novos tratados e no Brasil as pessoas que trabalhavam com esta perspectiva, ou estavam fora do país, ou presos, já que vivíamos o período de Ditadura Militar. O retorno destas pessoas, com a anistia, já no início dos anos 1980, criou uma articulação, a Rede PTA¹, que tratava este tema como agricultura alternativa ou pequena agricultura. O início desta discussão no Brasil começa nesta época.

Nos dias atuais, as discussões sobre agroecologia são mais comuns. Alguns agricultores e agricultoras já tratam deste tema com relativa intimidade, ele já está presente na vida das pessoas. Mas, como esta ciência se tornou mais presente na vida das pessoas? Nos anos 1980 se fez uma aposta que foi aproximar quem faz estas práticas. Assim foram constituídos os CTAs – Centros de Tecnologias Alternativas, que eram centros experimentais. Diziam que era coisa de malucos que iam morar no sítio. Na realidade estas experiências foram um equívoco, pois tentavam reproduzir condições de

1 Rede de organizações e projetos que trabalham com tecnologias alternativas na agricultura

pesquisa somente encontradas em centros como os existentes nas EMBRAPAS (Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Um exemplo a ser citado é o caso de Ouricuri-PE, onde foi montado um CTA e se começou a exercitar Tecnologias Alternativas para a agricultura e programas de formação e capacitação para agricultores(as), lideranças das organizações de base e assessores(as). Em algum momento as dinâmicas mudaram e os técnicos também tiveram que mudar. Ficou difícil acompanhar as discussões sobre redes a partir do sítio, bem como foi impossível manter uma “estação de experimentos” com a escassez de recursos, que aumentava a cada ano. Essa questão foi superada quando o conceito de experimentação participativa entrou em pauta. Foi a partir dos questionamentos desta prática pelos agricultores, que passamos a aprender com a dinâmica comunitária e familiar. A partir daí, adotamos a postura de aprender com os processos comunitários locais.

Avançando para os dias de hoje, a partir da agroecologia, inicia-se um momento importante de discussão de conceitos de segurança hídrica e alimentar; o trabalho de jovens e mulheres; a questão do poder na família e a geração de renda. Hoje chegamos com todas estas discussões sem esquecer das discussões conceituais e de paradigma. A crise está ainda mais degradadora. Os espaços do agronegócio encontram, cada vez menos áreas, e invadem o Cerrado e a Amazônia, procurando locais para irrigação. Hoje se fala que o Sertão vai virar um mar de cana irrigada com água do Rio São Francisco. Isso assusta, pois a história do estabelecimento de agronegócios no Vale do Rio São Francisco é uma história repleta de contradições, repleta de exemplos de empobrecimento da população e de degradação ambiental. A cana-de-açúcar vem de um lugar na Índia parecido com a Zona da Mata de Pernambuco. Como colocar a cana-de-açúcar no Sertão, tendo os exemplos da Bahia e do Ceará que mostram que a relação custo x benefício é desfavorável? Que se gasta mais energia para produzir do que a energia que ela pode gerar? Esta é uma produção falida antes

de ser iniciada. Outro exemplo de projeto do agronegócio é o de Buíque-PE, que também é um pacote falido, do ponto de vista da produção de energia. É esta questão do balanço energético que a agroecologia questiona. As famílias que trabalham com base na agroecologia estão produzindo com a mão-de-obra local, com os recursos locais.

O artigo lançado em 1974 falava de agroecossistema, de banco energético, uso de insumos, fluxo de energia e matéria, mão-de-obra familiar, o que entra e o que sai do sistema. Falamos de conceitos teóricos, mas falando sempre da prática. A agroecologia nos proporciona a leitura da prática. Nos possibilita saber o que os agricultores estão fazendo em seu sistema, o seu balanço energético, a sua relação com o exterior. A agroecologia nos proporciona a capacidade de ler as realidades. Se nós conseguirmos entender o que as pessoas estão fazendo nos sítios, nas comunidades, a partir do seu manejo, para, então, intervir de forma a preservar seu ambiente, a cultura dessas pessoas e estimular a produção sustentável, estaremos praticando e conhecendo melhor a ciência da agroecologia. O referencial é este, sobre todos os aspectos, seja com o governo, com entidades parceiras, a nossa abordagem parte da prática e da compreensão do sistema de produção. Ela não se coloca na perspectiva do que é certo ou errado, mas de abordar o agroecossistema, a partir do balanço energético para que ele seja favorável.

Como pensar a combinação entre desenvolvimento econômico e a renaturalização e preservação dos espaços em um ambiente de flexibilização da legislação e descentralização das competências com prefeituras assumindo competências do IBAMA? Esta questão, apresentada neste debate, é extremamente complexa. Gostaria de trazer um exemplo para tratar disso, que é o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco, envolvendo várias escalas de competência. A transposição das águas do Rio São Francisco, chamada de Projeto São Francisco, está sendo contestada pela sociedade civil, não só pelo

fator agressão ambiental, mas também social. Após a reeleição de Lula, o projeto de transposição volta à tona, provocando reações contrárias de organizações da sociedade civil ao mega projeto articulado pelo Governo Federal. Entretanto, perto da virada do primeiro para o segundo mandato de Lula a sociedade civil retraiu-se da discussão, pois boa parte estava favorável à reeleição do presidente. Agora retomamos o debate, pois o governo federal disse que vai fazer a transposição a qualquer custo. A fala de Lula expressa a posição do Governo Federal em relação à transposição, evidenciando que agronegócio e as grandes barragens trarão benefícios concretos à população.

Mas nós perguntamos e o IBAMA, como órgão fiscalizador? Na minha compreensão o IBAMA está defendendo a posição do Governo ao qual pertence. As experiências das grandes barragens e açudes do Ceará concentraram água na mão de poucos. O projeto que estamos defendendo para o semi-árido, utiliza tecnologias e ações menos agressivas ao meio ambiente.

Desta forma a questão é: como podemos tornar a discussão sobre a agroecologia uma discussão mais presente? Há três desafios colocados pelo texto de Paulo Petersen². O primeiro é desenvolver uma crítica massiva ao modelo de desenvolvimento rural que extrapole o nosso meio para que o senso comum se aproprie deste debate. O segundo é a reorientação das políticas públicas e a reorientação do papel do estado neste debate. O estado deve ser crítico ao modelo degradador da natureza e da sociedade, pois aumenta a pobreza e a exclusão social. É só ver o modelo da agricultura irrigada. Há toda uma montagem da mídia que diz que a culpa é da cheia e da Chesf, mas é desse modelo. O terceiro é romper com a fragmentação e invisibilidade de nosso trabalho, que para a sociedade é invisível.

Petersen, Paulo e Almeida, Silvio Gomes de. Rincões transformadores – Trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro - uma perspectiva a partir da Rede PTA – (versão provisória), Rio de Janeiro, 2004.

Melhorou muito o nosso debate quando começamos a trabalhar as nossas redes e articulações. Mas, como podemos gerar um processo de não fragmentação das nossas ações de forma coletiva? Temos que romper com a forma de produção capitalista e excludente do mundo. O colapso já está dado. O mundo é um sistema fechado, onde tudo tem relação com tudo, formando uma complexa cadeia de relações e interdependências. Quando observamos o sistema de produção de alguma família que trabalha com agrofloresta, por exemplo de Dona Lurdes na Serra da Baixa Verde, enxergamos um sistema de produção que utiliza pouca energia, que está contribuindo para melhorar as condições de vida no planeta. As articulações e as redes podem ter um papel importantíssimo. Temos que pegar exemplos práticos e jogar nestas discussões. Estes desafios estão colocados no texto citado anteriormente, cuja leitura é recomendável.

Uma outra questão em debate é a defesa do conhecimento do cotidiano e como isso se relaciona com o conhecimento científico. Trata-se de questionarmos o que é conhecimento científico e empírico. Se não entrarmos neste debate, não vamos entrar na discussão sobre construção do conhecimento. O método científico foi desenvolvido a partir da observação dos fenômenos da natureza. Eu continuo afirmando que a construção do conhecimento tem um referencial, uma base, que é o conhecimento das famílias dos agricultores. Se nós pudermos fazer uma leitura da realidade das famílias e propor a partir daí, poderemos fazer alguma coisa na prática. A base é o conhecimento dos agricultores a ser articulado com o conhecimento científico. Nunca o contrário.

Ao analisarmos a segurança alimentar e nutricional, do ponto de vista da nutrição e da equidade na distribuição do alimento, temos um desafio, que vai desde a produção até a organização social. Esta questão se relaciona muito com a capacidade que as famílias têm de produzir alimento. Na Zona da Mata temos mais chuvas, mas temos mais concentração de terra. No semi-árido encontramos mais minifúndios, porém temos menos chuvas. Os fatores

naturais de produção estão fortemente ligados a esta capacidade. E quanto ao equilíbrio da alimentação de famílias agricultoras do Sertão? Eu diria que estas não têm, pelo que entendemos como uma alimentação equilibrada (2.500 cal/dia, alimentos diversificados, etc). A questão é encontrar, no conhecimento local, produtos locais que tenham os nutrientes necessários. Na Zona da Mata, que é um ambiente mais propício para o cultivo de hortaliças e frutas, como se trabalha sistemas de produção diversificados, de modo que as famílias se apropriem disso? Se as famílias conseguem manter uma agrobiodiversidade maior, têm maior possibilidade de ter uma melhor nutrição.

Soberania alimentar e segurança alimentar são conceitos diferentes. O Centro Sabiá, o CAATINGA e a Diaconia sistematizaram 45 experiências agroecológicas desenvolvidas por agricultores e agricultoras familiares para o II ENA – Encontro Nacional de Agroecologia. Uma coisa que ligava todas estas experiências era a segurança alimentar e nutricional. Todas trabalhavam este aspecto. Outra questão, também comum às experiências, era o acesso aos mercados. Muitas destas famílias já têm relação com o mercado. Falar de segurança alimentar e nutricional, também é falar de acesso ao mercado. O maior incentivo de uma família produzir e continuar produzindo é vender bem seus produtos. Hoje existem 30 feiras agroecológicas no estado de Pernambuco, confirmando que, mesmo com a seca, as famílias continuam produzindo.

Também temos um outro debate por fazer, que é sobre os indicadores de nossos projetos. Um indicador pode ser a auto-estima da família. Para mim, um dos indicadores é a diversificação. Há indicadores mais práticos como o IDH – Instituto do Desenvolvimento, a quantidade de calorias ingeridas ou o número de crianças que estão dando entrada nos hospitais por dia (o PIMC já está demonstrando mudanças neste indicador com o consumo de água limpa). Há indicadores de satisfação, como ilustra a história de agricultores

que migravam para São Paulo, e que agora têm orgulho de dizer que são agricultores familiares em Pernambuco. Mas, sem dúvida, temos que avançar em nossas formulações sobre indicadores.







Edição SOS CORPO
Tipo principal Berkeley
Papel Offset 75 g/m² (miolo)
Supremo 250g/m² (capa)
Número de páginas 162
Tiragem xx exemplares
Impressão Provisual
Finalização Novembro de 2007